



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA E A GNR

FORMANDO: Aspirante Telmo Ricardo Antas Gomes

ORIENTADOR: Capitão Reinaldo Saraiva Hermenegildo

LISBOA, AGOSTO DE 2011



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA E A GNR

FORMANDO: Aspirante Telmo Ricardo Antas Gomes

ORIENTADOR: Capitão Reinaldo Saraiva Hermenegildo

LISBOA, AGOSTO DE 2011

DEDICATÓRIA

**Aos meus pais por tudo aquilo que me proporcionaram,
e a ti, Sam, pela paciência e apoio incondicional.**

AGRADECIMENTOS

Apesar do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) ser um elemento de avaliação final do Tirocínio para Oficiais e este influir individualmente na nota de cada um, a sua elaboração é o culminar de um trabalho conjunto de várias pessoas e instituições, que deram o seu contributo, umas mais que outras, mas de certo todos valiosos, servindo este espaço para agradecer a todas elas, tentando recompensar de certa forma o seu empenho e dedicação.

Em primeiro lugar, pela importância crucial na realização do TIA, quero deixar os meus agradecimentos ao meu orientador, Capitão de Infantaria Reinaldo Saraiva Hermenegildo, por toda a sua disponibilidade, por toda a sua ajuda, pelos conselhos dados desde a formulação da proposta do tema até à conclusão e revisão do Trabalho final, criando a estrada que guiou a realização deste trabalho ao seu sucesso.

Ao Director Nacional da Polícia Judiciária, Doutor Almeida Rodrigues, pela autorização à consulta de documentação no Centro de Documentação da Polícia Judiciária, assim como ao Sr. Nuno Silva, Sra. Rosa Melo, e ao Inspector-Chefe Vitor Antunes, por toda a disponibilidade e prontidão que demonstraram, fornecendo ferramentas importantes para todo o trabalho.

Ao Tenente-Coronel Santos Alves, Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, assim como ao Capitão Paulo José, pelos dados fornecidos e por toda a paciência e disponibilidade que demonstraram.

Ao meu amigo João Marques, pela revisão do “ABSTRACT”, à minha irmã e à minha amiga Joana Velhinho, pela revisão de todo o trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio que sempre me deram, acreditando em mim e fazendo inúmeros esforços para que nada me faltasse.

À minha namorada, companheira e amiga, Samantha, pelas horas de dedicação perdidas e pelo apoio incansável, demonstrados nas alturas mais necessárias e que sem o qual seria impossível a realização deste trabalho.

A todos os que não mencionei, apenas pelas limitações estruturais do texto, o meu muito OBRIGADO!

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS	II
ÍNDICE	III
ÍNDICE DE FIGURAS.....	V
ÍNDICE DE QUADROS	VI
LISTA DE ABREVIATURAS	VII
LISTA DE SIGLAS	VIII
RESUMO.....	XI
ABSTRACT.....	XII
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO AO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.1.1 FINALIDADE	1
1.1.2 ESCOLHA E DEFINIÇÃO DO TEMA	1
1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO E DO OBJECTIVO GERAL.....	2
1.1.4 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	2
1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	3
1.2 METODOLOGIA.....	3
1.3 ESTRUTURA	4
CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
2.1 TEORIAS DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA	5
2.1.1 MODELO COMUNITÁRIO.....	7
2.1.2 MODELO INTERGOVERNAMENTAL.....	8
2.1.3 A COMUNITARIZAÇÃO.....	9
2.2 SÍNTESE CONCLUSIVA	10
CAPÍTULO 3 - COOPERAÇÃO POLICIAL NA UNIÃO EUROPEIA	11
3.1 INTRODUÇÃO	11
3.2 ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	12
3.3 SERVIÇO DE POLÍCIA EUROPEU - EUROPOL.....	15
3.4 ACADEMIA EUROPEIA DE POLÍCIA - AEP	22
3.5 FRONTEX	25
3.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	29
CAPÍTULO 4 - O PAPEL DE PORTUGAL NA COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA.....	30
4.1 ENQUADRAMENTO LEGAL.....	30

4.2	AEP / CEPOL	34
4.3	FRONTEX	35
4.4	GRUPOS DE TRABALHO DA UE	37
4.5	SÍNTESE CONCLUSIVA	38
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		39
5.1	RESPOSTA ÀS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	39
5.2	CONCLUSÕES	40
5.3	RECOMENDAÇÕES FINAIS	42
5.4	LIMITAÇÕES À INVESTIGAÇÃO	42
5.5	PROPOSTAS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES	42
BIBLIOGRAFIA		43
ANEXOS		50
ANEXO A - EXTRACTO DA CONVENÇÃO EUROPOL		51
ANEXO B - ORGANOGRAMA DA EUROPOL		55
ANEXO C - DECISÃO QUE CRIA A ACADEMIA EUROPEIA DE POLÍCIA		56
ANEXO D - ORGANOGRAMA DA AEP		59
ANEXO E - EXTRACTO DO REGULAMENTO QUE INSTITUI A FRONTEX		60
ANEXO F - ORGANOGRAMA DA FRONTEX		62
ANEXO G - ORGANOGRAMA DA PJ		63
ANEXO H - DADOS RELATIVOS À UNE		64
ANEXO I - EXTRACTO DO DESPACHO 54/09-OG QUE PREVÊ A CRIAÇÃO DO GEACEPOL		65
ANEXO J - PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS ACTIVIDADES DA AEP		68
ANEXO K - EXTRACTO DO DECRETO REGULAMENTAR QUE VISA ARTICULAR AS AUTORIDADES EM ESPAÇO MARÍTIMO		75
ANEXO L - PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS OPERAÇÕES FRONTEX		78
ANEXO M - EXTRACTO DO QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DE 2011 DO MAI		80
ANEXO N - REPRESENTAÇÃO DA GNR NOS GRUPOS DE TRABALHO DA UE		81

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA B1: ORGANOGRAMA REPRESENTATIVO DA EUROPOL.....	55
FIGURA D1: ORGANOGRAMA DO SECRETARIADO DA AEP.....	59
FIGURA D2: ORGANOGRAMA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AEP.....	59
FIGURA F1: ORGANOGRAMA REFERENTE À ESTRUTURA DA FRONTEX.....	62
FIGURA G1: ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA PJ.....	63
FIGURA I1: QUADRO ORGÂNICO DE REFERÊNCIA DA ESCOLA DA GUARDA.....	66
FIGURA I2: ESTRUTURA DA ESCOLA DA GUARDA.....	67
FIGURA M1: QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DO MAI DE 2011.....	80

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO H1: N.º DE DOSSIERS ABERTOS ATRAVÉS DA UNE.....	64
QUADRO H2: N.º DE MENSAGENS TROCADAS ENTRE GNR E UNE.	64
QUADRO J1: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS ACTIVIDADES DA AEP EM 2008.	68
QUADRO J2: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS ACTIVIDADES DA AEP EM 2009.	69
QUADRO J3: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS ACTIVIDADES DA AEP EM 2010.	71
QUADRO J4: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS ACTIVIDADES DA AEP EM 2011.	73
QUADRO L1: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS OPERAÇÕES FRONTEX EM 2007.....	78
QUADRO L2: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS OPERAÇÕES FRONTEX EM 2008.....	78
QUADRO L3: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS OPERAÇÕES FRONTEX EM 2009.....	78
QUADRO L4: PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS OPERAÇÕES FRONTEX EM 2010.....	79
QUADRO N1: PARTICIPAÇÃO DA GNR NOS GT DA UE EM 2009.....	81
QUADRO N2: PARTICIPAÇÃO DA GNR NOS GT DA UE EM 2010.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.º	Artigo
Cmdte	Comandante
Et. al.	E outros (para pessoas)
E.g.	Por exemplo
N.º	Número
Reg.	Regulamento

LISTA DE SIGLAS

AEP	Academia Europeia de Polícia
AM	Academia Militar
AUE	Acto Único Europeu
CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen
CATS	Comité do artigo trinta e seis
CE	Comunidade Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEEA	Comunidade Europeia de Energia Atómica
CEPOL	European Police College
CIPC	Comissão Internacional de Polícia Criminal
CIRAM	Common Integrated Risk Analysis Model
CNCM	Centro Nacional Coordenador Marítimo
COREPER	Comité de Representantes Permanentes
COSI	Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna
CRATE	Centralised Record of Available Technical Equipment
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTCE	Comité Técnico para a Cooperação da Europa
DGAI	Direcção-Geral da Administração Interna
DGAIEC	Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
EG	Escola da Guarda
ELSJ	Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça
EPJ	Escola da Polícia Judiciária

EUA	Estados Unidos da América
EUROJUST	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
EUROPOL	Serviço Europeu de Polícia
EUROSUR	Serviço Europeu de Vigilância das Fronteiras
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas
GEACEPOL	Gabinete de Estudos e Assessoria Cepol
GIC	Grupo de Intervenção Cinotécnico
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPEP	Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal
GT	Grupo de Trabalho
GTAHE	Grupo de Trabalho Ad hoc para a Europol
GTCI	Grupo de Trabalho Cooperação
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
JAI	Justiça e Assuntos Internos
JOCE	Jornal Oficial das Comunidades Europeias
LAOS	Long Arm Operating System
LOIC	Lei Orgânica da Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MTC	Mecanismo das Taxas de Câmbio
OCTA	Organized Crime Threat Assessment
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
ONU	Organização das Nações Unidas
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
PE	Parlamento Europeu

PESC	Política Externa de Segurança Comum
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
RABIT	Rapid Action Borders Intervention Teams
REP	Rede Europeia de Patrulhas
RFA	República Federal Alemã
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIS	Sistema de Informações Schengen
SITCEN	Centro de Situação Conjunto da União Europeia
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa
TCE	Tratado das Comunidades Europeias
TECS	The Europol Computer System
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TGCG	Tenente-General Comandante Geral
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TJ	Tribunal de Justiça
TPO	Tirocínio para Oficiais
TUE	Tratado da União Europeia
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
UE	União Europeia
UNE	Unidade Nacional Europol
UNCT	Unidade Nacional de Combate ao Terrorismo
VIS	Sistema Europeu de Informação sobre Vistos

RESUMO

A actual conjuntura em que Portugal se insere levou à necessidade de criar e implementar novas ferramentas de cooperação para combate à criminalidade. A criação do Espaço Schengen, as condições de vida precárias dos cidadãos de países fronteiriços, o crime organizado e o terrorismo são alguns dos factores justificativos destas necessidades cooperativas.

No âmbito do término do Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança, surge o trabalho de investigação aplicada subordinado ao tema “Cooperação Policial Europeia e a GNR”. Na génese da escolha do tema subordinado está a necessidade de descortinar os mecanismos criados pela União Europeia para criar o seu propósito, um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

Para tal, a União Europeia constituiu agências especializadas no combate a tipos de criminalidade específica, funcionando como elos de ligação entre os Estados-membros, que auxiliam a cooperação entre estes. Para além desta cooperação ser desenvolvida a nível ministerial, é feita também ao nível das várias forças de segurança nacionais, englobando, no caso português, a Guarda Nacional Republicana.

Para a realização deste trabalho, em termos de método científico, recorreu-se à análise documental tendo por base a recolha e análise bibliográfica de artigos, obras de autores de referência na matéria, trabalhos científicos, fontes oficiais de legislação nacional e internacional e sítios oficiais na Internet.

Com o decorrer da análise do trabalho, é visível que a Guarda Nacional Republicana desempenha um papel importante nessas agências, nomeadamente na AEP, na promoção de cursos, e na Frontex, com a sua participação com os meios marítimos e cinotécnicos, mas mais pode ser feito ao nível da partilha de informação, como é possível verificar no funcionamento da Europol, tema que aprofundo no desenvolvimento deste trabalho.

Palavras-chave: COOPERAÇÃO; CRIMINALIDADE; UE; AGÊNCIAS; GNR;

ABSTRACT

The current situation in which Portugal is emerged led to the need to create and implement new tools for crime fight cooperation. The creation of the Schengen area, the poor living conditions of citizens of neighboring countries, organized crime and terrorism are among the factors supporting these cooperative needs.

In result of the finish of the Master's Degree in Military Science - Specialty Security, research was conducted on the topic of "European Police Cooperation and the GNR." The reason behind the choice of this subject is the necessity to uncover mechanisms developed by the European Union to meet its purpose, an Area of Freedom, Security and Justice.

To do that, the European Union created specialized agencies to combat specific types of crime, working as a link between the Member States, which helps cooperation between them. Not only is this cooperation developed at ministerial level, is also done at the various national security forces, including in the Portuguese case, the "Guarda Nacional Republicana".

For this piece, in terms of scientific method, we used the historical method based on the collection and literature review of articles, works of famous authors in this area, scientific papers, official sources for national and international legislation and official sites on the Internet.

Throughout this piece, we can see that "Guarda Nacional Republicana" plays an important role in these agencies, particularly in Cepol, promoting courses, and Frontex, with their operational involvement with the maritime and dog handlers units, but much more can be done in terms of sharing information, like it can be seen, for example, at Europol.

Keywords: COOPERATION, CRIME, EU; AGENCIES; GNR

*“A paz mundial só poderá ser
salvaguardada com esforços criativos
à medida dos perigos que a ameaçam”.*

Robert Schuman, 9 de Maio de 1950

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO AO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 FINALIDADE

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito do término do Tirocínio para Oficiais (TPO), enquadrado pela estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, que devido à entrada no processo de Bolonha, e por conseguinte a adaptação da Licenciatura em Ciências Militares na vertente da Guarda Nacional Republicana em Mestrado, viu a necessidade da sua realização, dotando os futuros oficiais da Guarda Nacional Republicana e do Exército com capacidades de investigação mais apuradas, na área das ciências sociais.

O peso da nota do trabalho relativo à avaliação final é significativo, demonstrando a importância que um estudo neste âmbito tem para a carreira do tirocinante, preparando-o para abordar problemas futuros relacionados com a sua profissão de modo pautado, avaliando as várias possibilidades de um modo analítico e científico.

Para além do supramencionado, a elaboração de um trabalho deste tipo permite ao tirocinante ganhar conhecimentos numa determinada área relacionada com a Segurança e Defesa, dando-lhe uma perspectiva mais real da conjectura institucional que o espera.

1.1.2 ESCOLHA E DEFINIÇÃO DO TEMA

A escolha do tema sob o qual incidiu a realização deste TIA esteve directamente ligada com a temática sobre a qual o autor teria mais interesse, dentro, logicamente, das matérias relacionadas com a instituição Guarda Nacional Republicana.

O facto da União Europeia (UE), da qual Portugal faz parte, ter-se estabelecido como uma zona democrática de livre circulação de pessoas e bens, facilitou a promoção da criminalidade internacional, tornando impossível a um Estado-membro assegurar a sua segurança interna somente pela protecção interna do seu Estado. Como tal, tornou-se imprescindível a criação de agências que promovam a cooperação europeia no âmbito da segurança, homogeneizando as forças ao nível de procedimentos, formação, equipamentos, etc. Levando deste modo a reunir as condições para que num futuro próprio possa ser estabelecida uma força europeia única.

As várias agências, redes e grupos de trabalho que foram criados ao nível da UE abordam a área da segurança das mais variadas formas possíveis, nomeadamente, no âmbito aduaneiro, ao nível da formação, operacional, troca de informações, segurança externa das fronteiras da UE, fiscal, entre outros.

Portugal participa ao nível da segurança da UE tanto a nível ministerial, dando o seu contributo em reuniões e conselhos na qual são debatidos as temáticas supramencionadas, como ao nível operacional, fazendo para isso uso das várias forças e serviços que promovem a segurança em Portugal.

É assim pertinente realizar um estudo de modo a entender a evolução destas agências no seio da UE, e *a posteriori* determinar a forma como a GNR influenciou sobre algumas destas agências.

1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO E DO OBJECTIVO GERAL

Este trabalho de investigação incide sobre a cooperação europeia no âmbito do domínio Justiça e Assuntos Internos (JAI) da UE. Com esta limitação excluía-se à partida outras participações da GNR a nível europeu, como é o caso da sua participação na Política Europeia de Segurança e Defesa.

Abordar esta temática revelou ser um assunto complexo e abrangente, existindo inúmeras vertentes para abordar, tarefa que se apresentou impossível dado o limite estrutural do trabalho. Como tal, procurou-se direccionar o trabalho para as agências descentralizadas da UE, que têm competências na vertente da cooperação policial. Deste modo, foram consignadas para análise o Serviço Europeu de Polícia (Europol), a Academia Europeia de Polícia (AEP) e a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-membros da UE (Frontex), assim como os vários grupos de trabalho em que a GNR participa, tendo sido excluída a abordagem a outras entidades tais como a Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), por este ser designado como um serviço geral na dependência da Comissão Europeia, não sendo uma agência descentralizada, e a Cooperação Schengen, pela complexidade do sistema, exigindo uma abordagem específica ao tema, justificando só por si, um estudo *ex professo*, e em simultâneo por este tema já ter sido explorado inúmeras vezes, sendo intenção neste trabalho explorar áreas cuja análise esteja menos desenvolvida.

Destarte, congratula-se como objecto de estudo a cooperação policial europeia no âmbito JAI, tendo como objectivo geral analisar a evolução das agências europeias nessa área e, como a GNR tem vindo a dar o seu contributo, gerando a pergunta de partida “Que papel a GNR desempenha actualmente na Cooperação Policial Europeia?”.

1.1.4 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

De forma a poder dar resposta à pergunta de partida sobre o qual gira todo este trabalho investigativo, houve a necessidade de definir alguns objectivos específicos para consagrar o pretendido com esta investigação, nomeadamente:

- Efectuar uma análise evolutiva da União Europeia, com enfoque nas mudanças derivadas dos tratados, organização sobre o qual se debruça este trabalho;

- Efectuar uma análise sintética relativa aos avanços políticos ao nível da segurança na UE;
- Abordar cada uma das agências supramencionadas, em termos da sua constituição e evolução, assim como tarefas e trabalhos desenvolvidos;
- Verificar como a GNR participa nestas instituições;
- Verificar quais as razões limitativas do seu contributo;

1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Após a definição do objectivo geral e dos objectivos específicos, é agora importante definir algumas perguntas de investigação, com o intuito de encaminhar a evolução do trabalho no sentido de responder aos objectivos anteriormente formulados. Com base na pergunta inicial e nos objectivos específicos, chegou-se às seguintes perguntas de investigação:

1. Qual a razão para o desenvolvimento de estruturas de cooperação no âmbito da segurança na UE?
2. Quais as áreas, em matéria de segurança, às quais a UE atribui mais importância?
3. Como desenvolve a GNR o seu contributo nas agências europeias, nomeadamente, a Europol, a AEP e a Frontex?
4. Quais os benefícios que a GNR retira da sua participação nestas agências?
5. Que limitações existem actualmente que impeçam a evolução da cooperação da GNR nesta vertente?

1.2 METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho de investigação teve a sua génese com a concretização do projecto de investigação, gerado no ano transacto, e que tinha como objectivo definir a forma de elaboração do TIA, através da reunião de uma base bibliográfica congregando inúmeros autores de referência que expuseram as suas ideias sobre a temática, documentos de legislação oficial a nível nacional e internacional, que se revelaram essenciais para entender o funcionamento das agências. Para além disso todas as informações foram complementadas com informações na Internet, a partir de fontes credíveis, assim como relatórios e informações dos vários gabinetes das agências em Portugal.

Depois da reunião de toda essa informação, procedeu-se à elaboração da pergunta de partida, pergunta que vem originar a necessidade de desenvolvimento desta investigação.

Para a realização do trabalho propriamente dito, foi feito uso da análise documental, à semelhança do processo efectuado para a elaboração do projecto de investigação, mas desta vez numa forma muito mais elaborada. Para a forma estrutural do trabalho foram utilizadas as “Orientações para Redacção de Trabalhos” da Academia Militar, e quando estas eram omissas, recorreu-se ao uso de outra bibliografia, nomeadamente o “Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses

de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada”, da Professora Doutora Manuela Sarmento, por ser considerada uma obra de referência na Academia Militar (AM).

1.3 ESTRUTURA

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos distintos. No primeiro capítulo, foi feita a revisão de literatura, definidas metodologias e perguntas de investigação, assim como objectivos para o trabalho. No segundo capítulo é feita uma abordagem às Teorias de Integração da UE, nomeadamente o modelo comunitário e o modelo intergovernamental, de modo a tentar expor duma perspectiva histórica a constituição da UE como conhecemos nos dias de hoje. O capítulo seguinte aborda as várias agências europeias mencionadas neste trabalho, nomeadamente a Europol, a AEP e a Frontex, relatando a sua constituição e história evolutiva, assim como a sua organização, competências e principais trabalhos desenvolvidos. No quarto capítulo, é abordada a participação de Portugal, e em particular pela GNR, em cada uma dessas agências, ao nível dos recursos humanos empenhados, valências e participações operacionais e suas limitações consequentes destas.

O último capítulo é destinado às conclusões finais do trabalho, onde são apresentadas as respostas às perguntas de investigação através de uma síntese conclusiva, expondo também as dificuldades sentidas, assim como propostas para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 TEORIAS DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

A cooperação sempre teve um papel importante nas oscilações de poder entre estados, pois era uma maneira destes conseguirem equiparar-se a uma força mais forte e juntos atingirem um objectivo comum, isto é, as cooperações acabam por ser as “relações que os Estados mantêm entre si” de onde “resultam tomadas de consciência de interesses comuns, que tendem a corporizar-se na criação de organizações internacionais entre Estados, umas de vocação universal, outras de âmbito regional” (Couto, 1980, p.20).

Na Europa, apesar de a ideia de unificação não ser nova, só no séc. XX, após a Segunda Guerra Mundial, e com uma Europa em ruínas, é que se começou a falar verdadeiramente de cooperação entre estados europeus.

Após o insucesso do “Congresso da Europa”¹, as pressões do “Plano Marshall”², o aparecimento do “Pacto de Bruxelas”³ e a criação do Conselho da Europa⁴, surge no dia 9 de Maio de 1950, através do discurso de Robert Schuman (*in* Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal [GPEP], 2008, p.25), ministro dos Negócios Estrangeiros francês, o primeiro verdadeiro acto de integração europeia, que propõe a criação de uma organização aberta onde a França e a República Federal Alemã disponibilizariam os seus recursos de carvão e aço a outros países europeus, em que este dizia:

"Com a organização conjunta da produção de base e a instituição de uma nova Alta Autoridade, cujas decisões unam a França, a Alemanha e os países que venham a aderir, esta proposta lançará os alicerces de uma Federação Europeia, indispensável à preservação da paz" (Schuman, 9 de Maio de 1950, Comunicação pessoal).

A 18 de Abril de 1951, seis países⁵ assinam em Paris o tratado⁶ que vai dar origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Muito mais além de cooperação intergovernamental, esta comunidade vai criar órgãos⁷ comuns aos estados membros que vão impor regras sobre estes estados.

A 25 de Março de 1957, são assinados, pelos mesmos seis, os tratados de Roma que vêm

¹ Congresso realizado em Haia, em Maio de 1948 de onde surgiram duas tendências : a federalista e a unionista.

² Proposta feita pelos Estados Unidos da América (EUA) em Março de 1947, em que todos os Estados que pretendessem ajuda americana deveriam cooperar e partilhar entre si, que veio a originar a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) em Abril do mesmo ano.

³ Pacto estabelecido a Março de 1948 entre França, Reino Unido e países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) que veio originar a União da Europa Ocidental em 1954.

⁴ Este conselho promoveu uma das primeiras iniciativas no âmbito da cooperação policial europeia, ao reunir os altos funcionários no âmbito das questões de segurança, com o intuito de criar uma instituição que promovesse a união entre povos europeus e lutasse pelos direitos do Homem.

⁵ Bélgica, França, República Federal Alemã (RFA), Itália, Luxemburgo e Holanda.

⁶ Tratado de Paris – entrou em vigor a 23 de Julho de 1952 e tinha um prazo de 50 anos

⁷ O Conselho, a Comissão, o Tribunal de Justiça e o Parlamento Europeu.

instituir a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa ou EURATOM) (Soares, 2005). A criação da CEE, segundo o artigo 2º do Tratado CEE, tinha como objectivo, através do mercado comum, promover um desenvolvimento harmonioso da economia, uma expansão contínua e equilibrada para uma maior estabilidade e relações mais estreitas entre os Estados que a integram (*ibidem*).

Chega-se então ao dia 14 de Junho de 1985, onde se dá um grande passo na liberdade de circulação de pessoas, com a assinatura do Acordo de Schengen⁸, cuja vontade já havia sido demonstrada. Já no preâmbulo do Tratado de Roma (1957, p.1) é referida a intenção de “...estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus, DECIDIDOS a assegurar, mediante uma acção comum, o progresso económico e social dos seus países, eliminando as barreiras que dividem a Europa,...”, afirmando deste modo a intenção de dissolver as fronteiras internas⁹. Tinha sido atingido o primeiro passo para a liberalização da circulação de pessoas dentro do espaço europeu (Colaço, 2002). Mais tarde, a 19 de Junho de 1990¹⁰ vem ser assinada a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS) completando o anterior acordo, definindo as condições e garantias de aplicação da livre circulação (*Ibidem*).

Em Fevereiro de 1986 temos mais uma data marcante, para além da adesão de Portugal (e Espanha), a 1 de Janeiro, com a assinatura em Haia e Luxemburgo do Acto Único Europeu, que veio rever os Tratados de Roma abrindo caminho, num tempo limitado¹¹, à realização plena de um mercado interno, que “... compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação de mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições do Tratado.” (Conselho Europeu *apud* GPEP, 2008, p.146). Neste acto foram aprovadas medidas que criaram novas competências comunitárias (ao nível do Parlamento e do Conselho) e reformaram instituições, preparando os estados para a integração política que daí advinha (Comissão Europeia, 2007).

Todas estas iniciativas e tentativas de união política culminaram na entrada em vigor do Tratado da União Europeia (TUE)¹², fazendo com que a CEE perdesse o seu termo “Económica”, fundisse a Comunidade Europeia (CE), a CEEa e a CECA, e deste modo se passasse a “assinalar uma nova fase no processo de integração europeia iniciado com a instituição das Comunidades Europeias,...” (Conselho da UE, 1992, p. 1).

Mas para melhor compreender todo este processo evolutivo, considerado por alguns como “europeísmo”, (Moreira, 1996, p.334) faremos referência às teorias de integração, nomeadamente no caso europeu, ao modelo comunitário e ao modelo intergovernamental.

Como refere Hermenegildo (2010), “As teorias da integração facultam- nos modelos para a

⁸ Assinado pela França, RFA e BENELUX.

⁹ De acordo com o art. 1º da CAAS, fronteiras internas são fronteiras comuns terrestres das Partes Contratantes, assim como os aeroportos, relativamente a voos internos, e aos seus portos marítimos, desde que as embarcações provenham de portos nos territórios das partes Contratantes, sem fazer escalas fora destes.

¹⁰ Devido ao esforço necessário para aplicação deste acervo, só foi realmente aplicado a 26 de Março de 1995.

¹¹ O desenvolvimento do mercado interno terminaria a 31 de Dezembro de 1992(art. 8º-A do AUE).

¹² Foi aprovado em 10 de Dezembro de 1991, na Cimeira de Maastricht e assinado em 7 de Fevereiro de 1992, entrando em vigor em 1 de Novembro de 1993.

compreensão do processo de integração europeia. Todavia, nenhuma delas o consegue explicar na sua totalidade, nem sem falhas, porém, todas elas têm um papel fundamental na compreensão de determinados sectores e vertentes da integração europeia, pois a óptica com que cada teoria analisa, compreende e explica a integração europeia é apenas parcial e, dessa forma, importa estudar as várias teorias da integração, para compreender o processo de integração europeia, o mais próximo possível da sua totalidade.”

O Tratado de Maastricht, ou TUE (1992), veio criar três pilares sob o qual assentou toda a base da UE; o Primeiro Pilar composto pela Comunidade Europeia, pela CEEA e pela CECA. “Para além disso, introduz duas novas áreas de cooperação intergovernamental” (Soares, 2005, p.204), o Segundo Pilar, dedicado exclusivamente à Política Externa de Segurança Comum (PESC), prevista no título V do TUE; e por fim, o Terceiro Pilar, remetendo para a cooperação nos domínios da Justiça e Assuntos Internos (JAI), previsto no título VI do tratado, cuja temática revela a importância que a UE dá à existência de um espaço de liberdade, segurança e justiça para os seus cidadãos (*Ibidem*). A *posteriori* poderão constatar que a matéria a ser tratada ao longo do trabalho será relativa à vertente da cooperação policial, inserida neste pilar.

2.1.1 MODELO COMUNITÁRIO

O modelo (ou método) comunitário define o modo de funcionamento do primeiro pilar da arquitectura da UE, assentando, “...com base no respeito pelo princípio da subsidiariedade, numa lógica de integração caracterizada por uma importante atribuição do exercício de competências estatais às instituições comunitárias.”¹³ (Soares, 2005, p. 61). Isto é, neste método existe uma integração gradual e natural dos estados membros na organização, onde parte dos seus poderes são transferidos para a instituição, o que vai levar a uma perda progressiva de soberania do estado, relativamente a algumas matérias, em benefício dos interesses de toda a organização.

Tendo como pedra basilar a busca do interesse comum, usufrui do poder de iniciativa legislativa exclusivo da comissão para poder garantir essa busca, em detrimento dos interesses de cada estado, sendo essa uma das bases deste método (*Ibidem*).

Para este método funcionar, apoia-se num “triângulo Institucional, à volta do qual se desenrola fundamentalmente o processo de decisão das Comunidades Europeias.”(*Ibidem*, p.59), composto pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu (PE) e Conselho de Ministros.

Ainda segundo a autora (*Ibidem*), a Comissão Europeia, com o seu poder de iniciativa legislativa (art.º208 do Tratado das Comunidades Europeias - TCE), serve de arranque a todo o processo legislativo, apesar deste culminar no Conselho, por vezes em colaboração com o PE. Deste modo, com uma comissão constituída por elementos independentes aos

¹³ Direito de iniciativa da Comissão; Votação por maioria qualificada no Conselho de Ministros; Papel activo do Parlamento Europeu no processo de decisão; Homogeneidade na interpretação legal do direito comunitário controlada pelo Tribunal de Justiça.

governos, a UE assegura a prossecução do interesse comum.

Já a regra da maioria qualificada¹⁴ no Conselho de Ministros vem trazer novamente, ao contrário do que acontecia nos outros pilares, outra ferramenta para a prossecução do interesse comum, já que ao não necessitar da unanimidade tem uma margem de manobra para poder forçar os estados-membros a cederem em alguns pontos (Santo, 2007).

Por sua vez, a participação cada vez mais activa do PE no processo de decisão¹⁵ demonstra a sua influência cada vez maior sobre as deliberações finais, funcionando actualmente como fonte de legitimação do sistema (Soares, 2005).

O Tribunal de Justiça (TJ) desempenha um importante papel como intérprete das bases normativas dos estados membros, tentando homogeneizar entre membros a aplicação dos Tratados (art.220º do TCE), contribuindo para uma aplicação uniforme da lei.

O princípio da subsidiariedade¹⁶, enraizado neste pilar, refere-se à intervenção da Comunidade só em casos que os resultados alcançados a nível comunitário beneficiem em relação aos nacionais (Boniface, 1997).

2.1.2 MODELO INTERGOVERNAMENTAL

Este modelo, tendo por base a abordagem realista, vem opor-se ao modelo comunitário enfatizando o papel dos actores nacionais no processo de integração europeia. Centrado nos estados e nos seus interesses, sobre o qual assentam o segundo e terceiro pilares, por comportarem áreas sensíveis como a política de defesa e a cooperação judicial e policial, as quais os estados têm dificuldade em ceder o poder de decisão (Farinha, 2005). A cooperação intergovernamental vem dar lugar à integração e ao equilíbrio institucional existente no primeiro pilar. São as instituições de cariz intergovernamental¹⁷ que representam os estados membros que possuem as competências para intervirem nestes pilares (Soares, 2005).

Começando por falar quanto ao poder de iniciativa, este é partilhado entre os Estados membros, contrariamente ao que acontecia no primeiro pilar, cujo papel pertencia à Comissão¹⁸. E ainda apesar desta estar associada à PESC e ao domínio do terceiro pilar¹⁹, não detém nenhum poder de decisão nem de execução próprio, cabendo este em exclusividade ao Conselho Europeu e ao Conselho de Ministros, assim como aqui perde o estatuto de “Guardião dos Tratados”²⁰ (*Ibidem*).

O poder de iniciativa da Comissão é também limitado pela regra da unanimidade no âmbito

¹⁴ Terá que ser atingido 61% dos votos. Caso a proposta não fosse originária da Comissão esta necessitaria de dupla maioria qualificada para ser aprovada.

¹⁵ Ao nível legislativo, como consultor e co-decisor, ao nível orçamental e ao nível dos tratados internacionais, estabelecendo pareceres favoráveis (art. 300º do TCE).

¹⁶ Ver art.2º do TUE e art.5º do TCE.

¹⁷ Conselho Europeu e Conselho de Ministros.

¹⁸ Ver n.º2 do art.34º e art.42º do TUE, referente ao poder da Comissão sobre o JAI.

¹⁹ Ver n.º2 do art.36º do TUE.

²⁰ Nome dado à Comissão devido à sua capacidade de denunciar ao TJ o incumprimento dos Tratados no âmbito do primeiro pilar por parte dos estados membros.

do Conselho de Ministros, pois tem de obter um acordo de todos os estados membros, tornando muito difícil a apresentação de propostas que sejam do agrado geral. Apesar de esta regra ainda estar vigente, muito trabalho tem sido feito no sentido de alterar esta regra, pelos entraves que traz à integração europeia. O Tratado de Nice é a prova dessa intenção ao introduzir a maioria qualificada em certos domínios da JAI.

O PE, vê aqui também o seu poder deliberativo muito reduzido, “...possuindo apenas o direito de ser informado, de emitir opiniões, de fazer perguntas e realizar um debate anual sobre a evolução da PESC e sobre a evolução do 3º pilar, sem natureza juridicamente vinculativa” (Soares, 2005, p.67). Exceptuam-se dois casos no âmbito do terceiro pilar, previstos no n.º1 do art.39º e art.42º do TUE.

Por fim, a limitação dos poderes do TJ são evidentes, visto este não ter qualquer influência sobre as decisões do segundo pilar, assim como acontecia no terceiro pilar, até ao Tratado de Amesterdão²¹, que lhe atribuiu algumas, no seu artigo 35º, apesar de muito limitadas (*Ibidem*).

2.1.3 A COMUNITARIZAÇÃO

Ambos os modelos assumem igual importância neste sistema dualista único, apesar do modelo comunitário suscitar de um modo mais fácil o processo integrativo europeu, o modelo intergovernamental é necessário para tratar assuntos mais delicados, pois segundo Adriano Moreira (1999, p.490), “o sector político é o que suscita maiores dificuldades quer de um ponto de vista funcionalista quer de um ponto de vista mais ambicioso, político e federalista: estão em causa todos os valores do patriotismo, da lealdade à Pátria, à Nação e ao Estado”.

Mesmo considerando que existe um abismo que separa os dois modelos, estes tendem para cada vez mais se entrelaçarem, conduzindo cada vez mais a um alastramento das regras do modelo comunitário a outras áreas. Segundo Bessa (2010), um desses exemplos foi o Tratado de Amesterdão, onde foram transferidas determinadas matérias²² do terceiro pilar para o primeiro pilar, por serem “consideradas como questões de interesse comum” (Sousa, 2004, p.104) no âmbito da criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça²³, dando origem ao Título IV do TCE. Com a assinatura do Tratado de Nice²⁴, deu-se uma nova “comunitarização²⁵”, alargando a maioria qualificada à cooperação judiciária civil, apesar de o ser de uma forma parcial e diferida (Soares, 2005).

Com o Projecto de Constituição²⁶, cuja origem foi em 2001, na Cimeira de Laeken, e

²¹ Tratado assinado a 2 de Outubro de 1997, entrando em vigor a 1 de Maio de 1999.

²² Asilo, imigração, política de vistos, controlo nas fronteiras externas e internas e cooperação em matéria civil.

²³ O tratado definia um período de 5 anos para criar este espaço.

²⁴ Tratado assinado a 26 de Fevereiro de 2001, entrando em vigor a 1 de Fevereiro de 2003.

²⁵ Nome dado ao processo de transferência de áreas dos dois pilares do modelo intergovernamental para o “pilar comunitário”.

²⁶ Acta que aprovava o projecto foi assinada em Outubro de 2004, mas a recusa da ratificação por parte da França e Holanda invalidou o processo.

posteriormente, com a assinatura do Tratado de Lisboa²⁷, a “Europa foi progredindo passo a passo, de tratado em tratado” (Estaing, 2002, comunicação na Convenção sobre o Futuro da Europa), com a atribuição de personalidade jurídica que lhe permite a celebração de acordos dentro do domínio das suas competências, a previsão da metodologia de votação no Conselho, prevendo um poder de voto com base na relação país/população. Foi também este tratado que confirmou finalmente a hegemonia do modelo comunitário, como é explícito no artigo 17º do mesmo, referindo que “Com a excepção da Política Externa de Segurança Comum e dos restantes casos previstos nos Tratados, (a Comissão) assegura a representação externa da União.”, demonstrando deste modo o papel cada vez mais importante da Comissão em matérias que antes pertenciam com exclusividade aos Estados membros, através da aplicação da votação por maioria qualificada para novos pontos que antes exigiam a unanimidade. Ao clarificar a repartição de competências²⁸ entre os Estados membros e a UE, tornou-se necessário suprimir a antiga estrutura dos três pilares da UE, por estes possuírem matérias dentro do mesmo pilar com competências diferentes. Deste modo, as matérias que se encontravam no terceiro pilar, JAI, foram transferidas para o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ), que foi dividido em quatro domínios²⁹ (UE, 2010). Se antes as matérias no âmbito do terceiro pilar pertenciam quase na sua totalidade às competências dos Estados membros, depois da supressão dos pilares muitas destas competências passaram para a alçada da UE, reafirmando o que anteriormente já havia sido dito, relativamente à influência cada vez mais acentuada do modelo comunitário na UE.

2.2 SÍNTESE CONCLUSIVA

A UE nasceu assim de uma necessidade de cooperação entre os Estados-membros, acelerada pelos ideais e objectivos comuns, travada pelo receio de perda de soberania por parte dos Estados.

E é neste ambiente dicotómico de jogos de poder e de cedências de soberania que a União Europeia se vai construindo, diferente de qualquer outra organização internacional, mas como diz Hermenegildo (2010) “não é nada de novo, é sim a singularidade do processo de construção europeia, que é *sui generis* e atípico.”

²⁷ Tratado assinado a 13 de Dezembro de 2007 em Lisboa, entrando em vigor a 1 de Dezembro de 2009, tendo o objectivo inicial de unir o TCE e o TUE num só Tratado, acaba por rever estes os dois transformando o TCE no Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE), subordinando-o ao TUE, que define os grandes princípios e as opções fundamentais.

²⁸ Competências exclusivas, partilhadas e de apoio.

²⁹ Políticas relativas ao controlo nas fronteiras, ao asilo e à imigração; a cooperação judiciária em matéria civil; a cooperação judiciária em matéria penal; e a cooperação policial.

CAPÍTULO 3

COOPERAÇÃO POLICIAL NA UNIÃO EUROPEIA

3.1 INTRODUÇÃO

A cooperação policial entre estados europeus não é uma matéria recente, logicamente que diferente dos moldes actuais, mas existem relatos de cooperações políticas no âmbito policial remontando ao final do séc. XVIII³⁰ (Pedroso, 2000).

Inúmeras acções individuais de cooperação policial foram feitas ao longo dos tempos, maioritariamente cooperações bilaterais com países vizinhos que consagravam acordos, mais no âmbito da troca de informações, de forma a beneficiarem-se mutuamente (Farinha *apud* Pereira & Neves, 2005).

Foi então que em 1923, nasce a Comissão Internacional de Polícia Criminal (CIPC)³¹, uma organização “...sem suporte em qualquer tratado internacional...” (Pedroso, 2000), que vem ser descredibilizada por se subjugar aos interesses nazis.

Após a guerra, volta a ganhar força até que em 1956, muda o seu nome para Organização Internacional de Polícia Criminal ou INTERPOL. Apesar da má fama devido à influência nazi durante a guerra, a imparcialidade político-religiosa que lhe foi aplicada nos anos seguintes permitiu que alcançasse o estatuto de organização Internacional reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). O seu sucesso ao nível de informações judiciais fez com que esta se expandisse até aos 188 países representados actualmente. Mas essa mesma afluência veio criar alguns problemas entre países membros levando a que os países europeus sentissem a necessidade, apesar dos avanços na INTERPOL³², de criar mecanismos próprios para uma cooperação policial mais concentrada nos interesses da Europa (*Ibidem*).

Várias iniciativas decorreram a partir dos anos setenta, tais como o Clube de Berna³³, o grupo Pompidou³⁴, TREVI³⁵, Schengen³⁶, entre outros. Deu-se o “aparecimento de várias “bolsas” de cooperação, as quais (...) foram convergindo para modelos de cooperação mais estruturados e institucionalizados” (Pedroso, 2000, p.14).

³⁰ Entre 1759 e 1774, o Tenente-General da polícia francesa foi contactado pelo Papa e por Catarina II, Imperatriz da Rússia, em questões relacionadas com a segurança.

³¹ Criada em Viena, por Johann Schrober.

³² Criação, nos anos oitenta, de um gabinete regional europeu, que levou à formação de um Comité Técnico para a Cooperação na Europa (CTCE), e posteriormente, um Secretariado Europeu.

³³ Criado em 1971, composto pelos Serviços de Informações dos países da CE e Suíça, com o objectivo de trocar informações e analisar o fenómeno terrorismo.

³⁴ Criado em 1971, pelo Presidente francês George Pompidou, com o objectivo de combater o tráfico de droga. Mais tarde, em 1980, é incorporado dentro do Conselho da Europa.

³⁵ Criado a 1 de Dezembro de 1975, numa reunião dos ministros do interior dos países comunitários, em Roma, tendo sido utilizada mais no combate ao tráfico de droga e crime organizado.

³⁶ Constituído pelos membros que ratificaram o Acervo de Schengen, como supra mencionado (ver Cap. II). Subdivide-se em vários grupos de trabalho, onde são tratadas as mais diversas áreas. Está também inserido o Sistema de Informações Schengen (SIS), sendo este mais um grande mecanismo de cooperação policial.

3.2 ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

“Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-membros, sem prejuízo das limitações e condições previstas no presente Tratado e nas disposições adoptadas em sua aplicação” (art. 8º-A do Tratado de Roma). Estávamos em 1957, e era este o texto que se encontrava exposto no Tratado de Roma que instaurava a CEE, plasmando o princípio da livre circulação de pessoas. Já nesta altura se demonstrava a vontade de criar um espaço onde não existisse fronteiras, unificando toda a Europa num espaço onde o cidadão poderia circular livremente sem restrições ao nível interno (Boniface, 1997).

Após inúmeros avanços ao nível político, nomeadamente no AUE, ao definirem como objectivo determinante a instituição de um espaço sem fronteiras internas³⁷, temos a aprovação do Acordo de Schengen, que apesar de assinado em 1985, a Convenção relativa às Condições de execução do mesmo, que define as regras para a sua aplicação, só entraria em vigor a 26 de Março de 1995, devido ao complexo processo de ratificações a que foi sujeito pelos países membros. Tinham-se criado assim as ferramentas necessárias para fabricar um espaço que permitisse aos cidadãos europeus finalmente pudessem viajar livremente pelos estados membros. Só que tamanha facilidade de movimentação de pessoas trouxe outros perigos eminentes, o crime deixava de ser local ao nível de um estado passando a ser internacional. “A supressão do controlo nas fronteiras diminui as possibilidades de identificação e detenção de pessoas procuradas, podendo o crime organizado aproveitar a situação para desenvolver ou estabelecer redes internacionais...” (Farinha, 2005, p.18). O crime tornava-se agora muito mais difícil de controlar. Segundo Gonçalves (2007, p.91), “... com fenómenos como o terrorismo e a traficância, veio exigir a transnacionalização da prevenção e do combate à criminalidade...” através do apoio de meios, trocas de informação, etc. A supressão das fronteiras tornou-se assim a grande preocupação dos estados membros relativamente a questões de segurança e cooperação, apresentando-se quase sempre “...como resposta aos problemas de segurança resultantes da mobilidade das pessoas” (Pedroso, 2000, p.18).

Mas o receio de perda de soberania por parte dos estados torna esta tarefa ainda mais difícil, cedendo em parte para que seja possível cooperar mas sempre com um pé atrás, onde se “mantém uma relação tensa e contraditória com a cooperação policial” (Pedroso, 2000, p.4).

Segundo Sousa (2004, p.103), com o Tratado de Maastricht, o legislador “dotou a cooperação informal existente desde os anos 70 nos domínios da justiça e assuntos internos de um quadro institucional e jurídico, criando, assim, o Terceiro Pilar...”, presente no Título VI, já que no âmbito externo teríamos o segundo pilar, onde estaria a Política Externa de Segurança Comum (PESC), que apesar de também respeitar à cooperação policial, não é abordada no âmbito do trabalho.

³⁷ Definição descrita no art.1º da CAAS.

O carácter intergovernamental do terceiro pilar atribuía aos estados membros o estatuto de principais actores, dando-lhe a responsabilidade de actuação (artigo K.2) e financeira (artigo K.8). Já no seu artigo K.1, art. 29º do TUE actualizado, vinha disposto todos domínios de cooperação neste pilar, que se agrupavam em três grandes domínios, nomeadamente as questões ligadas à passagem de fronteiras externas³⁸, a cooperação judiciária penal e civil, e por fim a cooperação policial³⁹. Relativamente à cooperação policial, é de realçar a previsão de criação de uma Unidade Europeia de Polícia (EUROPOL), acto esse que seria consumado na Convenção de 27 de Julho de 1995. Apesar da polémica sentida por aqueles que defendiam um sistema mais comunitário e um projecto de integração mais profundo, a institucionalização da cooperação no terceiro pilar foi um grande avanço (Farinha, 2005).

Segundo Farinha (2005), tínhamos assim consagrado um Conselho “JAI”, composto pelos ministros das áreas em questão, que podia emanar posições comuns que seriam expressas junto das organizações internacionais, sempre respeitando o princípio da subsidiariedade⁴⁰, que de acordo com o artigo K.4 previa a possibilidade de adoptar acções comuns por maioria qualificada, e estabelecer convenções, como foi o caso da EUROPOL, mais tarde. No patamar logo a seguir existia o Comité de Representantes Permanentes (COREPER)⁴¹, ao que se lhe seguia o Comité K.4, originado pelo artigo K.4, constituído por um representante de cada estado membro. Dentro deste Comité estavam agregados três grupos directores⁴² (GD) mais o grupo EUROPOL, responsável por elaborar a Convenção EUROPOL e as suas regras de aplicação. Também outras estruturas que existiam até então, como é o caso do grupo Trevi, o grupo Ad-hoc Imigração e o grupo de Coordenadores da Livre Circulação foram absorvidos por esse mesmo Comité (Benyon, Turnbull, Willis, Woodward & Beck, 1994).

Com o Tratado de Amesterdão, que entrou em vigor em 1999, a parte relativa à liberdade de circulação de pessoas passou para o primeiro pilar, assegurando assim o princípio da livre circulação de pessoas, através da simplificação de aprovação por maioria qualificada⁴³. Neste tratado foi também integrado o Acervo de Schengen, obrigando a que todos os estados membros da UE fossem obrigados a ratificar o acordo (Santo, 2007).

Em Fevereiro de 2001, com o Tratado de Nice, o art. 29º do TUE foi alterado, prevendo a criação da Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), assim como o art. 40º, alargando a aplicação de cooperação reforçada (*Ibidem*).

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a 1 de Dezembro de 2009, dá-se a abolição dos pilares da arquitectura da UE e o JAI consagra-se na ambição de criar um “Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça” (Guedes & Elias, 2010). A matéria tratada nesta área é excluída do âmbito do TUE, passando para o Tratado sobre o Funcionamento da União

³⁸ Políticas de asilo; regras de passagem de fronteiras externas; política de imigração de países terceiros.

³⁹ Luta contra a toxic dependência; luta contra a fraude e cooperação aduaneira.

⁴⁰ Como foi mencionado antes, é considerar que os objectivos da UE serão melhor conseguidos de forma conjunta do que individualmente.

⁴¹ Previsto no artigo 151º do TUE.

⁴² GD I – Asilo e Imigração; GD II – Cooperação Policial e Aduaneira; GD III – Cooperação Judiciária.

⁴³ Com efeitos cinco anos após a entrada em vigor do tratado.

Europeia (TFUE). O processo de decisão intergovernamental tornou-se meramente residual, com a extensão do voto por maioria qualificada no Conselho a quase todas as matérias⁴⁴. O PE tem os seus poderes alargados, tendo poder de co-decisão em quase todos os domínios JAI, e naqueles que não tem, deverá dar o seu consentimento prévio. No entanto, os estados também vêem os seus poderes alargados no âmbito das capacidades dos seus parlamentos, com os prazos para exame de compatibilidade com o princípio de subsidiariedade aumentados (arts. 12º, 88º n.º2 e 85º n.º1 do TFUE), assim como mantêm a liberdade de organizar os meios de cooperação das autoridades de segurança interna (arts. 72º e 73º TFUE) (Direcção Geral da Administração Interna [DGAI], 2010).

É criado um Comité Permanente para a cooperação operacional em matéria de segurança interna (COSI) (art. 71º do TFUE) e o Comité do art. 36º (CATS) é extinto (Guedes & Elias, 2010).

Relativamente à cooperação de carácter operacional, o Conselho apenas poderia legislar através de unanimidade, com consenso do PE, como é nos casos de perseguição transfronteiriça (art.º 89 TFUE). Se o consenso não for atingido poderá ser constituído, com um mínimo de nove estados membros, uma cooperação reforçada.

Ainda no âmbito da criação do tão desejado espaço de liberdade, segurança e justiça, durante os meses de Outubro e Novembro de 2009 foi desenvolvido um projecto chamado Programa de Estocolmo⁴⁵. Segundo Guedes e Elias (2010), este programa, que vigorará entre 2010 e 2014, estabelece as metas a ser atingidas nos próximos anos, em que “...a elaboração, acompanhamento e implementação da Estratégia de Segurança Interna deverá ser uma das tarefas prioritárias...”, devendo esta ter por base a estratégia europeia de segurança⁴⁶, adoptada em Dezembro de 2003, documento que se refere apenas à dimensão externa da segurança na Europa.

A estratégia europeia de segurança interna foi aprovada a 25 e 26 de Março de 2010 pelo Conselho Europeu e define várias directrizes estratégicas de acção, correspondendo o capítulo V à Cooperação Operacional, em que é dada grande importância ao COSI, nomeadamente na coordenação e cooperação das autoridades policiais, assim como “...deve ser melhorada a capacidade da Europol para apoiar as operações dos Estados membros.” (Conselho da UE, 2010, p.14).

Nessa estratégia estão também definidos os principais riscos para a Europa, levando à necessidade de incidir sobre estes, nomeadamente “...o terrorismo, as graves formas de criminalidade organizada, o tráfico de droga, a cibercriminalidade, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual de menores” assim como “a criminalidade económica e a corrupção, o tráfico de armas e a criminalidade transfronteiras” (Conselho da UE, 2010, p.2).

⁴⁴ Vistos (art.º77 TFUE); imigração legal (art.º79 TFUE); cooperação judiciária em matéria penal (arts. 82º a 86º TFUE); Eurojust (art.88º TFUE); protecção civil (art. 196º TFUE).

⁴⁵ Publicado no JOUE n.ºC 115 de 4 de Maio de 2010, pp. 1-38.

⁴⁶ Aprovada no Conselho Europeu de 12 e 13 de Dezembro de 2003.

Deste modo e de uma forma sucinta podemos verificar que a UE se munuiu de determinadas “ferramentas normativas” e “mecanismos” para a apoiarem na consecução dos seus objectivos de cooperação policial e segurança interna.

Esses mecanismos, nomeadamente as agências e os grupos de trabalho existentes no quadro de cooperação policial europeia são os principais responsáveis por estabelecer a ligação entre a UE e as forças policiais dos estados membros.

Como tal, torna-se essencial descrever o processo evolutivo desses mecanismos, nomeadamente a Europol, a AEP, a Frontex e alguns grupos de trabalho, para podermos perspectivar a cooperação policial europeia de um modo global.

3.3 SERVIÇO DE POLÍCIA EUROPEU - EUROPOL

O conceito de “serviço de polícia europeu” surgiu oficialmente no Conselho Europeu de Luxemburgo, em Junho de 1991, devido à proposta do Chanceler alemão Helmut Kohl que apresentou uma moção para a criação de uma Unidade Europeia de Polícia. Esta iniciativa foi também apoiada pelo trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Trevi III⁴⁷, que propunha o “estabelecimento de oficiais de ligação e de unidades nacionais de informações sobre droga em todos os estados membros” (Farinha, 2005, p.440).

Deste modo, foi criado em Agosto de 1991 o grupo *Ad hoc* para a EUROPOL (GTAHE), cujo principal objectivo era fornecer as condições necessárias para a criação da Europol. Esta ideia foi impulsionada pelo Tratado de Maastricht, em Dezembro de 1991, ao fazer constar no ponto 9 do seu artigo K.1, “a organização de um sistema europeu para o intercâmbio de informação no âmbito de uma Unidade Europeia de Polícia (Europol)”. Apesar de os alemães defenderem a constituição de uma unidade de polícia muito mais genérica, o grupo de trabalho, influenciado pelos britânicos vira-se para a vertente dos estupefacientes e cria a Unidade Europeia de Droga (UED), que viria a ser aprovada no Conselho Europeu de Copenhaga, a 2 de Junho de 1993, destinada ao tratamento de informações relativas ao tráfico de estupefacientes. Entretanto foram desenvolvidos mais projectos, maioritariamente propostos pela vontade alemã, que levaram à Convenção Europol (*Ibidem*).

A Convenção que consagra o Serviço Europeu de Polícia (Europol), com sede em Haia na Holanda, foi aprovada no Conselho Europeu de Cannes, em Junho de 1995, tendo sido assinada em Bruxelas a 26 de Julho do mesmo ano e só entrando em vigor a partir de 1 de Outubro de 1998⁴⁸ (Guedes & Elias, 2010) (Ver Anexo A).

É assim materializado um “Serviço Europeu de Polícia dotado de personalidade jurídica” (Pedroso, 2000, p.76) cujo objectivo é melhorar “...a eficácia dos serviços competentes dos Estados membros e a sua cooperação no que diz respeito à prevenção e combate ao

⁴⁷ O Grupo Trevi, dividia-se em 3 níveis, interministerial, altos funcionários e peritos. Mais tarde o Grupo de peritos dividiu-se em 4 subgrupos, entre eles, o Trevi III, especializado na luta contra a criminalidade, mais no âmbito do tráfico de estupefacientes (Benyon et al., 1994).

⁴⁸ Foi aprovada para ratificação portuguesa pela Res. Ass. Rep. N°60/97 e ratificada pelo Dec. Do PR n°64/97 de 19 de Setembro.

terrorismo, ao tráfico de estupefacientes e outras formas de criminalidade internacional...” (art. 2º da Convenção Europol) desde que esses crimes necessitem de uma acção comum por parte de pelo menos dois estados membros.

Com vista a realizar os objectivos descritos anteriormente, a Europol foi constituída em duas fases, a primeira onde iria empenhar-se apenas na prevenção e luta contra o tráfico de estupefacientes, criminalidade NRBQ, redes de imigração clandestina, tráfico de seres humanos e de veículos furtados. Numa segunda fase, a iniciar dois anos após entrada em vigor da convenção, ficaria também responsável pelas actividades de terrorismo que “atentem contra a vida, a integridade física, a liberdade das pessoas e os bens” (n.º2 do art. 2º da Convenção).

Segundo Sousa (2004), as suas funções, esplanadas no artigo 3º da Convenção que a constitui, passa por facilitar a troca de informações entre estados membros, efectuar a recolha de informações, auxiliar as investigações dos Estados-membros, fornecendo as informações que necessitem, elaborar relatórios anuais, podendo ainda, dependendo da disponibilidade financeira, avaliar e aconselhar os serviços dos estados membros quanto ao nível de formação, organização, equipamentos e métodos de investigação e prevenção.

Com o Tratado de Amesterdão a UE demonstrou a vontade de dotar a Europol de mais capacidade de intervenção, visto que o número 2 do artigo 30º deste tratado consagrava “...que no prazo de cinco anos o Conselho deve promover a cooperação através da Europol e adoptar medidas...” (Farinha *in* Pereira & Neves, 2005, p.442) de modo a reunir as condições necessárias para a realização de acções com equipas de investigação conjuntas em colaboração com os Estados-membros assim como criar contactos com magistrados e investigadores especializados.

Ao longo da sua actividade, que se iniciou a 1 de Julho de 1999⁴⁹, a Europol foi alargando a sua área de competência em determinados momentos, nomeadamente a 30 de Novembro de 2000, com o Protocolo relativo ao Branqueamento de Capitais, e a 28 de Novembro de 2002, com o Protocolo relativo às equipas de investigação conjuntas, ambos com entrada em vigor a 29 de Março de 2007, e ainda a 27 de Novembro de 2003, com o Protocolo relativo às investigações sobre actividades criminosas transfronteiriças. A 6 de Dezembro de 2001, foi dado mais um passo importante no crescimento da Europol, com a Decisão do Conselho n.º2001/C 362/01, que alarga as competências às formas graves de criminalidade internacional, sendo estas, os atentados contra a vida, integridade física, e a liberdade; Atentados ao património e aos bens públicos e fraude; e comércio ilegal e atentados contra o ambiente (Anexo à Convenção Europol). Ainda em 2001, e devido aos acontecimentos terroristas nos EUA a 11 de Setembro de 2001, a Europol cria uma Task-force Antiterrorista, no âmbito de desenvolver investigações e adquirir informações sobre possíveis casos na UE⁵⁰, assim como em 2002, e ainda neste âmbito, desenvolveu o documento estratégico

⁴⁹ Comunicação do Conselho nº1999/C 185/01.

⁵⁰ Depois de cessar funções, é reactivado em 2004.

sobre o terrorismo na Europa e o relatório sobre a situação e as tendências do terrorismo na Europa (UE, 2009).

Preocupados com a contrafacção da moeda europeia⁵¹, o Conselho da UE publicou a Decisão 2005/511/JAI, a 12 de Julho de 2005, designando a Europol como repartição central de combate à contrafacção do euro. Deste modo é ainda recomendado a todos os países que subescreveram a Convenção Internacional para a Supressão da Moeda Falsa, acordada a 20 de Abril de 1929, conhecida como Convenção de Genebra, que deverão agir de acordo com a Decisão, reconhecendo a Europol como repartição central de combate à contrafacção do euro (*Ibidem*).

Já em 2006, e no decorrer do Conselho JAI de Junho desse mesmo ano, foram aprovadas algumas conclusões relativamente ao futuro do Serviço Europeu de Polícia. Dessas conclusões, os Estados membros deveriam ratificar e implementar três protocolos à Convenção Europol. Estes protocolos visariam a substituição da Convenção Europol por uma Decisão, o melhoramento do funcionamento da Europol e a verificação do método de revogação da Convenção Europol, ideias essas que foram reforçadas em 2007, com a publicação do Programa do “Trio de Presidências”⁵² que via como uma das suas prioridades o fortalecimento da Europol e a consolidação do seu quadro jurídico.

E é com o trabalho desenvolvido por essas três presidências que se chega à Decisão 2009/371/JAI, de 6 de Abril de 2009, que veio substituir a Convenção Europol, tornando esta instituição uma agência da UE. Essa decisão consagra o alargamento da missão da Europol de modo a abranger o branqueamento de capitais⁵³, o auxílio na prevenção da criminalidade, o melhoramento dos métodos e técnicas de polícia científica⁵⁴, vendo também a possibilidade de participar em equipas de investigação conjuntas⁵⁵ assim como solicitar aos estados membros que efectuem ou coordenem determinadas investigações⁵⁶ (*Ibidem*). De modo a tornar o seu funcionamento mais eficaz foram aperfeiçoados parâmetros nos domínios do tratamento e protecção de dados, assim como o facto de a partir de 2010 ter sido previsto o financiamento da Europol com fundos comunitários⁵⁷ e foi definido um estatuto dos funcionários da UE, dando um maior poder ao Parlamento Europeu na gestão da Europol (Europol, 2011).

A 1 de Janeiro de 2010, entrou em vigor a Decisão supracitada criando a agência europeia EUROPOL, cuja sede fica estabelecida em Haia, na Holanda, dispondo de um efectivo de 717 elementos a desempenharem funções, dos quais 137 são elementos de ligação das autoridades nacionais⁵⁸ dos estados membros responsáveis pela aplicação da lei,

⁵¹ O “euro” entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2002.

⁵² Programa assinado em Lisboa de 2006, por Portugal, Alemanha e Eslovénia, levando uma presidência a dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela outra, durante 18 meses (tempo decorrente das três presidências), permitindo a realização de projectos mais ambiciosos.

⁵³ N.º5 do art. 5º da Decisão 2009/371/JAI.

⁵⁴ N.º4 do art. 5º da Decisão 2009/371/JAI.

⁵⁵ Art. 6º da Decisão 2009/371/JAI.

⁵⁶ Alínea d) do n.º1 do art. 5º e art. 7º da Decisão 2009/371/JAI.

⁵⁷ Até à data era suportada pelos estados membros.

⁵⁸ Dados de 2011 da Europol.

denominados de oficiais de ligação, através dos quais a “Europol promove a gestão rápida e eficaz do fluxo de informações...” (Carrión, 2005, p.199), tendo também analistas e outros peritos, que garantem um serviço 24 horas por dia em qualquer língua da UE (Europol, 2011).

Ao nível da organização da estrutura, de acordo com o Anexo B, a EUROPOL possui como órgãos o Conselho de administração e o Director, conforme descrito no art. 36º da Decisão⁵⁹ que substituiu a Convenção EUROPOL. “O conselho é composto por um representante de cada Estado-membro e um representante da Comissão” (n.º 1 do art. 37º da Decisão 2009/371/JAI). Cada membro do Conselho de Administração tem direito a um voto, tendo que as suas decisões serem tomadas pela maioria de dois terços, reunindo-se para o efeito, pelo menos duas vezes por ano. O seu presidente e Vice-Presidente são seleccionados pelo grupo de Estados-membros que elabora o programa conjunto de dezoito meses⁶⁰, tendo as suas funções a mesma duração.

O Conselho de Administração tem como funções adoptar uma estratégia para a Europol; fiscalizar o desempenho do Director; aprovar sob proposta do Director e após acordo da Comissão, as regras aplicáveis ao pessoal da EUROPOL; aprovar o regulamento financeiro e nomear o seu contabilista⁶¹; nomeia o pessoal destinado a proceder à auditoria (membros da EUROPOL), aprovando também as suas regras de execução (selecção, demissão, funções, deveres, competências e salvaguardas de independência); é responsável também por elaborar uma lista com pelo menos três candidatos ao cargo de Director e Directores adjuntos; estabelece o seu regulamento interno e tem à sua responsabilidade quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, desde que no âmbito das disposições de aplicação da Decisão (n.º4 do art. 37º da Decisão 2009/371/JAI).

O director por sua vez, dirige a EUROPOL num mandato de quatro anos que pode ser prorrogado por mais quatro (n.º1 do art. 38º da Decisão 2009/371/JAI), sendo o seu representante legal. É responsável por dar execução às decisões do Conselho de Administração assim como dar resposta aos seus pedidos; coadjuva o Presidente do Conselho da Administração na preparação das reuniões; elabora o mapa de previsão de receitas e despesas, assim como executa o orçamento da EUROPOL; instaurar um processo de controlo da avaliação do desempenho da EUROPOL e redigir um relatório geral sobre as actividades desenvolvidas pela EUROPOL no ano anterior com os resultados atingidos (art. 38º da Decisão 2009/371/JAI).

Relativamente aos mecanismos criados para fiscalizar o trabalho desenvolvido pela EUROPOL, existe uma Instância Comum de Controlo, prevista no artigo 34º da Decisão, de modo “a garantir que a conservação, o tratamento e a utilização dos dados na posse da EUROPOL não são lesivos dos direitos das pessoas em causa” (Conselho da UE, 2009, p.54). Está também prevista as Autoridades Nacionais de Controlo, no artigo 33º da Decisão, na qual cada Estado-membro determina uma autoridade nacional de controlo

⁵⁹ Antigo art. 27º da Convenção EUROPOL

⁶⁰ Mencionado anteriormente como Programa do “Trio de Presidências”

⁶¹ De acordo com o Regulamento nº2343/2002 da Comissão, de 19 de Novembro de 2002

encarregada de fiscalizar, com base na legislação nacional, a licitude do tratamento de dados pessoais entregues pelos Estados-membros, atendendo sempre aos direitos dos titulares (Conselho da UE, 2009).

Como uma das pretensões da EUROPOL é “... agilizar o intercâmbio de informações entre os Estados-membros na prevenção e luta contra o crime organizado transnacional” (Guedes & Elias, 2010, p.192) era necessário existir uma estrutura que fosse o elo de ligação entre a EUROPOL e as autoridades nacionais, pois são essas autoridades nacionais os verdadeiros investigadores e angariadores de informação no terreno, em que a EUROPOL, quer por falta de meios, quer por falta de competência, se apoia para alimentar as suas bases de dados. Deste modo, o artigo 8º da Decisão (antigo art. 4º da Convenção EUROPOL) estabelece que cada Estado-membro deve criar, ou designar, uma unidade nacional (UNE) responsável por estabelecer o contacto entre a EUROPOL e as autoridades nacionais, tendo em conta que continua a ser aplicável a legislação nacional a estas relações. Estas unidades devem facultar todas as informações e responder aos pedidos efectuados pela EUROPOL que possam importar no desempenho das suas funções, mantendo-os actualizados, informando a EUROPOL aquando de novos factos, para inserção na base de dados. Cada UNE tem um chefe definido, que terá de se reunir com os restantes chefes das unidades nacionais para assistir a EUROPOL em questões operacionais, ou por sua iniciativa própria ou a pedido do Conselho de Administração ou Director, segundo o n.º7 do art. 8º da Decisão (UE, 2009)

Para além das UNE, existem também os oficiais de ligação, previstos no art. 9º da Decisão, que cada unidade deverá destacar para a EUROPOL, sendo estes agentes responsáveis por constituir os gabinetes de ligação nacionais na EUROPOL, tendo a seu cargo a responsabilidade de representar os interesses das suas UNE na EUROPOL. Cabe a estes fazer a troca de informação proveniente da UNE para a EUROPOL e vice-versa, assim como efectuar intercâmbios bilaterais de informação com agentes de ligação de outro Estado-membro, desde que a legislação nacional assim o permita (Conselho da UE, 2009).

Outro facto a realçar relativamente ao trabalho desenvolvido pela EUROPOL, segundo a própria instituição (2011), é que, consciente de que para travar o crime que se desenrola dentro dos estados membros também é necessário estabelecer canais de partilha de informação com países terceiros, têm sido inúmeros os países e as instituições com que esta tem desenvolvido acordos de cooperação. Essas relações de cooperação, previstas nos artigos 22º e 23º da Decisão, podem ser divididas quer com base na natureza da instituição ou estado que estabelece a relação de cooperação, quer na natureza dessa relação, que pode ser estratégica, técnica ou ao nível da transmissão de dados. Ao nível de protocolos operacionais estabelecidos com países terceiros, temos actualmente já acordados com a Austrália, Canadá, Croácia, Islândia, Noruega, Suíça e EUA. Já ao nível estratégico, tem protocolos estabelecidos com a Albânia, Bósnia-Herzegovina, Colômbia, República da Macedónia, Moldávia, Rússia, Turquia, República da Sérvia, Montenegro e Ucrânia. Ao nível das agências europeias a EUROPOL estabeleceu um acordo de cooperação operacional com a Eurojust, no sentido de sincronizar melhor o seu funcionamento, evitando sobreposição de funções. Quanto à cooperação estratégica,

desenvolveu-a com agências como o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia, o Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, o Gabinete Antifraude da União Europeia (OLAF), a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), a Academia Europeia de Polícia (AEP) e o Centro de Situação Conjunto da UE (SitCen). Por fim, a EUROPOL tem também acordos de cooperação com outras organizações internacionais, ao nível operacional, com a Interpol, nomeadamente quanto ao acesso à sua base de dados, e ao nível estratégico, com a Organização Aduaneira Mundial e com o Gabinete das Nações Unidas para a Droga e o Crime (*Ibidem*). E é com esta multiplicidade de acordos que actualmente a EUROPOL gere a sua informação estabelecendo trocas que beneficiem ambas as instituições mas acima de tudo beneficiem a segurança europeia.

Segundo Guedes e Elias (2010, p.193), “a criação e manutenção de um sistema de vasos comunicantes é uma regra central do jogo”, em que a EUROPOL constitui uma peça crucial no jogo da segurança interna europeia, através de elos de ligação para partilha de informação que esta criou entre os Estados-membros e si própria. Mas para gerir toda essa informação a EUROPOL necessitava de um sistema informático que optimizasse o tratamento da informação. É com esse objectivo que é criado o TECS (*The EUROPOL Computer System*), previsto nos artigos 10º e 11º da Decisão (antigo art. 7º da Convenção EUROPOL), sistema informático cujas funções se dividem em três componentes, que são a introdução, acesso e tratamento de dados (Farinha, 2005).

A qualidade dos dados inseridos é da responsabilidade das UNE, sendo estas que têm a competência para introduzir os inputs de informação no sistema e de salvaguardar esses mesmos dados, impedindo o acesso de pessoas não autorizadas (n.º3 do art. 11º conjugado com o art. 35º da Decisão).

Os dados introduzidos no TECS são referentes a pessoas que sejam suspeitas da autoria ou co-autoria de uma infracção da competência da EUROPOL ou pessoas nas quais haja indícios factuais que levem a crer que irão cometer uma infracção da competência da EUROPOL (n.º1 do art. 12º da Decisão), podendo-se ter acesso a vários elementos dessas pessoas⁶². Conscientes do preciosismo e da importância dos dados recolhidos⁶³, apenas pessoal autorizado da EUROPOL pode introduzir estes dados, nomeadamente, elementos autorizados das UNE, os Oficiais de Ligação, o Director e Directores-adjuntos da EUROPOL, assim como outros elementos devidamente autorizados (Farinha, 2005). Quanto à consulta dos dados, para além de ser permitido aos elementos anteriormente referidos, também as autoridades nacionais competentes designadas para o efeito o podem fazer, se bem que neste caso o sistema apenas menciona se os dados pretendidos estão disponíveis ou não e posteriormente terão que ser requisitados à UNE do estado-membro em questão (Guedes & Elias, 2010). Poderão também ter acesso aos dados as organizações ou

⁶² Nome, data e local de nascimento, nacionalidade, sexo, residência, documentos de identificação (BI, passaporte, carta de condução) e características físicas ou perfis de ADN. Ainda se poderá ter acesso às infracções praticadas, se são suspeitos de pertencer a organizações criminosas, quem instrui o processo e qual o seu número, condenações e ainda quem introduziu os dados (n.º2 e 3 do art. 12º da Decisão).

⁶³ Em 2009, já possuía 135 489 objectos inseridos no sistema – Dados da Europol.

estados-membros fora da UE com os quais a EUROPOL estabeleceu acordos de cooperação, desde que estes não influem sobre a protecção e segurança pública de um Estado-membro (n.º1 do art.24º da Decisão).

De modo a poder otimizar o uso da informação inserida no sistema, a EUROPOL, em conjunto com grupos de analistas especializados, criou os ficheiros de análise (art. 14º da Decisão). Estes ficheiros dispõem de toda a informação fornecida pelo sistema proveniente dos Estados-membros relativamente a um determinado tipo de crime, auxiliando as autoridades nacionais na realização de operações que envolvam elementos de outros estados membros (Europol, 2009).

Para além do papel importantíssimo da EUROPOL na partilha de informação com os Estados-membros e outras organizações e na colaboração com autoridades nacionais na realização de algumas operações conjuntas, a EUROPOL é também responsável pela realização de alguns relatórios, nomeadamente na avaliação da ameaça em relação ao crime organizado (*Organized Crime Threat Assessment - OCTA*).

Tendo sido recomendada a sua criação pela Comissão no Programa de Haia⁶⁴, o OCTA foi publicado pela primeira vez em 2006, e é neste documento que o Conselho da UE se baseia para definir as suas prioridades e recomendações no combate ao crime organizado. Este relatório permite identificar “padrões de comportamento e factores facilitadores do crime organizado e caracterizar os grupos e tipos de crime de acordo com os seus níveis de ameaça” (Guedes & Elias, 2010, p. 195).

Após a criação do OCTA advieram outros relatórios que têm como objectivo o estudo de outras áreas do crime ou regiões específicas, como são exemplos, o ROCTA⁶⁵, OCTA-WA⁶⁶ e o TE-SAT⁶⁷ (Europol, 2009).

É assim notória a grande evolução que esta agência sofrido ao longo dos poucos anos da sua existência, demonstrando a vontade política que há em atribuir o papel principal da segurança interna, visível na Estratégia de Segurança Interna da União Europeia⁶⁸, ao referir no Capítulo V das suas Directrizes estratégicas de Acção que deve “...ser melhorada a capacidade da Europol para apoiar as operações dos Estados-Membros” (Conselho Europeu, 2010, p.25).

A Europol vai continuar a desenvolver o seu trabalho, nas áreas que actualmente exploram e em novas áreas, como o cibercrime. Segundo Rob Wainwright (*in* euronews, 2011), Director da Europol, “no que toca ao cibercrime, temos um programa ambicioso para desenvolver o nosso trabalho. Esse trabalho envolve áreas tradicionais de trabalho com as forças de polícia, mas também as universidades, o sector privado e a indústria”.

⁶⁴ Adoptado em Novembro de 2004, definiu as principais linhas de acção da cooperação JAI, entre elas um reforço da segurança, através da melhoria da cooperação policial e da troca de informações.

⁶⁵ Igual ao OCTA, mas desenvolvido com o objectivo de estudar o crime organizado proveniente da Rússia

⁶⁶ OCTA que relata os pontos de crime organizado no Oeste de África que passam para a UE

⁶⁷ Refere os focos de terrorismo existentes na UE, categorizando-os pela sua fonte de motivação

⁶⁸ Em Dezembro de 2003, foi aprovada a Estratégia Europeia de Segurança, visando apenas a protecção externa. No Conselho Europeu de 25 e 26 de Março de 2010, foi aprovada a Estratégia Europeia de Segurança Interna.

Como diz Gonçalves (2007) “a Europol e a Eurojust são dois instrumentos políticos de fundamentais de uma política de segurança interna europeia adulta. Mas é preciso ir mais longe”.

3.4 ACADEMIA EUROPEIA DE POLÍCIA - AEP

Foi no conselho de Tampere (Guedes & Elias, 2010), realizado a 15 e 16 de Outubro de 1999 que surgiu a Academia Europeia de Polícia (AEP, ou Cepol, como é mais conhecida), proveniente duma iniciativa de Portugal⁶⁹, afirmando-se definitivamente como uma rede que agrupava os “institutos nacionais de formação de altos funcionários dos serviços de polícia dos Estados-Membros”(n.º2 do art. 1º da Decisão 2000/820/JAI) a 22 de Dezembro de 2000, em Conselho após aprovação no Parlamento Europeu (ver Anexo C). Com a criação da AEP desenvolveu-se uma ponte entre os vários centros de formação policial nacionais dos estados membros dando início a uma série de encontros de partilha de informação e métodos entre os altos funcionários dos serviços policiais (*Idem*). Com o ano de 2001 começou verdadeiramente o trabalho da AEP, que desenvolveu inúmeras acções de formação versando sobre as áreas consideradas de interesse crucial pelos diversos serviços policiais⁷⁰ (MNE, 2002). Com uma evolução latente ao nível do número de formações e de elementos envolvidos, em 2004 a AEP vê a sua sede fixada em Bramshill⁷¹, no Reino Unido, assim como lhe é atribuída personalidade jurídica⁷² e o Conselho de Administração é incumbido de criar um Secretariado permanente para auxiliar nas tarefas administrativas (UE, 2009). O final de 2004 trouxe aquilo que faltava à AEP, que foi a proposta para transformação numa agência da UE, a 1 de Outubro de 2004, sendo deste modo financiada com fundos da UE, possibilitando uma maior dinamização das suas iniciativas (MNE, 2005).

Deste modo, a Decisão do Conselho 2005/681/JAI, de 20 de Setembro de 2005 vêm revogar a Decisão 2000/820/JAI, tornando a AEP uma agência da UE desde 1 de Janeiro de 2006, tendo como finalidade “...contribuir para a formação de altos funcionários dos serviços de polícia dos Estados-membros, otimizando a cooperação entre os seus diversos componentes” (art.5º da Decisão 2005/681/JAI).

Segundo Farinha (2005), os seus objectivos são o aprofundamento do conhecimento mútuo sobre os sistemas e estruturas dos serviços de polícia dos vários Estados-membros e da cooperação policial transfronteiriça existente entre eles, melhorar o conhecimento dos instrumentos da UE, nomeadamente, das instituições europeias, processo de tomada de decisão e ferramentas jurídicas da UE; da EUROPOL e serviços nacionais responsáveis

⁶⁹ Iniciativa n.º2000/C 206/02 da República Portuguesa, com vista à criação provisória da Academia de Polícia Europeia.

⁷⁰ As acções de formação incidiram sobre a gestão civil de crises; controlo aduaneiro; policiamento de proximidade; conhecimentos e experiências necessárias no domínio de perturbações da ordem pública; controlo internacional da criminalidade; conhecimentos linguísticos e conhecimento dos sistemas policiais nacionais; assuntos judiciais e penais relacionados com a Internet; concepção de novas formas de aprendizagem; organização da formação e gestão dos recursos humanos; técnicas de comunicação e mediação de conflitos.

⁷¹ Decisão 2004/567/JAI de 26 de Julho de 2004. Anteriormente estava sediada de forma provisória em Copenhaga.

⁷² Decisão 2004/566/JAI.

pela luta ao crime organizado e da EUROJUST assim como assegurar a formação relativamente ao respeito das garantias democráticas (art.6º da Decisão 2005/681/JAI). Para isso a AEP deverá realizar sessões de formação; participar na elaboração de programas harmonizados para a formação de agentes no âmbito da cooperação transfronteiriça, dando especial atenção àqueles que ocupam funções em “postos-chave”; divulgar as melhores práticas e resultados de investigação; facilitar no intercâmbio de agentes de polícia no âmbito da formação; preparar os agentes para a participação na gestão de crises não militares; criar uma rede electrónica para facilitar o desempenho das suas funções e permitir aos agentes de polícia de alto nível dos Estados-membros a aquisição dos conhecimentos linguísticos necessários (art. 7º da Decisão 2005/681/JAI).

Segundo Jacinto (2005), a AEP compreende como órgãos (ver anexo D) o Conselho de Administração, o Director e o Secretariado. (art.9º da Decisão 2005/681/JAI) O Conselho de Administração é composto por uma delegação de cada Estado-membro, vinte e sete membros neste momento, que normalmente corresponde ao director dos institutos nacionais de formação policial. Cada delegação tem direito a um voto, deliberando por maioria de dois terços, exceptuando a proposta de orçamento apresentada à comissão, que terá de ser por unanimidade. Reúnem-se normalmente quatro vezes por ano, na qual têm que aprovar Decisões que definam os módulos de treino, métodos de ensino, orçamento, o programa de trabalho, o relatório anual e o quinquenal, assim como implementar as regras que regulam o secretariado (art.11º da Decisão 2005/681/JAI).

Segundo o n.º10 do mesmo artigo, o Conselho poderá criar grupos de trabalho para o auxiliar na sua tarefa, existindo neste momento quatro comités, criados pela Decisão do Conselho de Administração 10/2007/GB. Começando no Comité Estratégico, este ajuda o Conselho de Administração a definir as estratégias para desenvolver os conceitos futuros da AEP, auxiliando e coordenando matérias que são tratadas por vários comités ou grupos de trabalho, como é o caso do relatório anual e do programa anual de trabalho⁷³.

O Comité do Programa Anual realiza propostas e recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao Programa Anual de Trabalho. Actualmente é composto por nove elementos dos Estados-membros⁷⁴, respeitando as regras de rotatividade expostas no art.3º da Decisão 10/2007/GB, no qual têm de desenvolver o calendário anual, assim como contribuir para o relatório anual e ajudar na implementação das actividades da AEP (AEP, 2011).

O Comité Orçamental e Administrativo auxilia o Conselho de Administração através de propostas e recomendações feitas no âmbito das áreas financeiras e administrativas, mais especificamente estimando os custos das iniciativas propostas pelo Director, assim como dando conselhos na implementação de orçamentos. Prepara também a análise orçamental do Conselho de Administração para o relatório anual, assim como o aconselha em todas as

⁷³ Programa elaborado anualmente que prevê todas as actividades que serão desenvolvidas ao longo do ano.

⁷⁴ Malta, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Itália, Letónia e Eslováquia.

medidas que tenham impacto financeiro ou a nível administrativo (e.g. recursos humanos e instalações). Actualmente é composto por doze elementos⁷⁵ (*Ibidem*).

Por fim temos o Comité de Formação e Investigação, composto actualmente por nove elementos⁷⁶, responsável por fazer recomendações e propostas ao Conselho de Administração sobre o desenvolvimento do treino AEP, assim como definir a sua estratégia de ensino e pesquisa. Para concretizar esses objectivos realiza determinadas tarefas tais como criar guias para as sessões de formação, assim como ajuda na harmonização de programas, desenvolve formação para formadores, desenvolve ferramentas para uma formação de qualidade e auxilia no desenvolvimento dos módulos de e-learning (*Ibidem*).

Todos os Comités “...são apoiados por grupos de trabalho, grupos de projecto e subgrupos” (Guedes & Elias, 2010, p.211), que são criados com o objectivo de dentro de um determinado comité, trabalharem um assunto específico que tenha relevância para a AEP.

Por sua vez (AEP, 2011), o Director é nomeado pelo Conselho de Administração, duma lista de pelo menos três candidatos, com um mandato de quatro anos. Este é responsável pela administração da AEP, para isso tem de tomar algumas decisões executivas, nomeadamente ao nível da aplicação do orçamento assim como o plano de trabalho, devendo também manter contacto com os serviços nacionais. Tem a seu cargo o Secretariado, composto por trinta e um elementos, que o auxiliam divididos em dois grandes grupos: o Departamento de Formação, Ciência, Investigação e Desenvolvimento e o Departamento de Serviços Associativos.

Para além destas estruturas, a AEP prevê mais alguns elementos organizacionais, nomeadamente os Pontos de Contacto (previsto no art.14º da Decisão 2005/681/JAI), que estabelecem a ligação entre esta e os Estados-membros, devendo ser estes elementos a própria delegação no Conselho de Administração. Outros exemplos são os Coordenadores Nacionais de Formação, os Administradores Nacionais⁷⁷, os Gestores Nacionais e-Net, os Correspondentes de Investigação e Ciência⁷⁸ e os Coordenadores do Programa de Intercâmbio. Todos estes elementos funcionam como elos de ligação do Estado-membro à AEP na sua área de competência, mas também servem para coordenar as relações com elementos de outras instituições de formação policial (AEP, 2011).

Esta agência desenvolve o seu trabalho de formação, usufruindo de um orçamento de 7,8 milhões de euros⁷⁹, o que faz com que seja uma das agências europeias com o orçamento mais baixo⁸⁰ (*Ibidem*).

⁷⁵ Hungria, Bélgica, Polónia, Eslovénia, Chipre, República Checa, Estónia, Finlândia, Luxemburgo, Holanda e Espanha.

⁷⁶ Áustria, França, Grécia, Hungria, Lituânia, Portugal, Roménia e Suécia.

⁷⁷ Cargo criado por vezes com o intuito de auxiliar o Ponto de Contacto em assuntos administrativos.

⁷⁸ Ponto de Contacto entre os institutos nacionais de formação policial, a comunidade nacional científica e o Secretariado da AEP, nas áreas da formação e ciência.

⁷⁹ Dados de 2010.

⁸⁰ Segundo o Final Report Volume I Synthesis and prospects (AEP, 2009, p.2) das vinte e seis agências analisadas, a AEP é a terceira com o orçamento mais baixo.

Mesmo com este baixo orçamento, tem vindo a expandir-se na organização de cursos e palestras tendo em vista a formação dos elementos das forças nacionais, verificando-se um aumento para noventa e um cursos ministrados em 2010 dos apenas sessenta e dois que foram ministrados em 2006, sendo realizados nas mais variadas instituições de formação policial dos Estados-membros. Ao longo dessas noventa e uma formações participaram 2198 formandos e 791 peritos, demonstrando o papel cada vez mais preponderante que a AEP desempenha no seio da Segurança Interna dos Estados-membros (AEP, 2011). A grande meta da AEP para cumprir no futuro, é possuir as condições para “...assegurar a aplicação uniforme tanto das normas comuns como de determinados cursos prioritários em toda a UE, por forma a garantir que todos os funcionários dos serviços responsáveis pela aplicação da lei tenham um nível semelhante de conhecimentos” (Jacinto, 2005, p. 129), de modo a “...desempenhar um papel de referência e uniformizador de doutrina no âmbito da formação superior policial” (Gomes, 2005, p. 248).

3.5 FRONTEX

A FRONTEX é uma agência europeia estratégica, ao contrário das anteriores que são designadas como agências de cooperação policial e judiciária em matéria penal, onde se insere também a EUROJUST. Segundo a UE (2011), agências estratégicas são “...organismos de direito público europeu (...) que são criados por um acto de direito derivado para realizar tarefas técnicas, científicas ou administrativas muito específicas”.

Segundo Guedes e Elias (2010), a origem desta agência provém das conclusões do Conselho Europeu de Tampere⁸¹, no qual foram feitas recomendações no sentido de um “...estreitamento das relações de cooperação e assistência técnica mútua entre os serviços de controlo das fronteiras dos Estados-membros...” (Presidência do Conselho Europeu de Tampere, 1999). Tais intenções foram materializadas com o Regulamento do Conselho nº2007/2004⁸², em 26 de Outubro de 2004, que veio consagrar uma “...Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (...) tendo em vista uma gestão integrada das fronteiras externas dos Estados-membros⁸³ da União Europeia” (art.1º do Reg. (CE) nº2007/2004 do Conselho de 26 de Outubro de 2004) (ver Anexo E).

Com a implementação do Espaço Schengen⁸⁴, criou-se uma “comunidade democrática” de países desenvolvidos que proporcionam condições de vida bastante atractivas. Tal facto representa um estímulo acrescido para os cidadãos dos países que ficam na periferia deste espaço, o que vêm desencadear os “fluxos migratórios”, muitos deles difíceis de controlar pela sua inserção ilegal no país. Deste modo, o Espaço Schengen, composto por 25 países que aboliram as fronteiras que partilhavam entre si, possuindo na sua totalidade 42 672 km

⁸¹ Realizado a 15 e 16 de Outubro de 1999.

⁸² Publicado no JOCE L 349, de 25 de Novembro de 2006.

⁸³ Segundo o n.º1 do art. 1º-A do Reg. (CE) 2007/2004, são as fronteiras territoriais e marítimas, aeroportos e portos marítimos dos Estados-membros aos quais são aplicáveis a legislação relativa à passagem de pessoas nas fronteiras externas.

⁸⁴ Conceito de espaço criado com o Acordo Schengen de 1985 que simboliza um território de livre circulação de pessoas, espaço onde as fronteiras interiores deixaram de existir.

de fronteiras externas marítimas e 8 826 km terrestres, entre as quais foram realizadas 300 milhões de travessias só no ano de 2009⁸⁵, necessitava de um organismo que pudesse melhorar as relações de cooperação entre os países ostentadores de fronteiras externas, de modo a assegurar que as fronteiras externas da UE continuassem a ser acolhedoras para os cidadãos comuns mas também uma barreira eficiente para o crime transnacional (Frontex, 2006). Deste modo, a Frontex “promove um modelo europeu de segurança integrada de fronteiras que consiste não apenas nos controlos fronteiriços mas também noutros papéis” (Guedes & Elias, 2010, p.203).

Com sede em Varsóvia⁸⁶, na Polónia, entrou em funcionamento a 1 de Maio de 2005⁸⁷, apesar de só ter iniciado a sua parte operacional a 3 de Outubro do mesmo ano, com um efectivo de 45 elementos, dos quais 27 eram peritos nacionais destacados (FRONTEX, 2006). No ano de 2006, para além de todas as intervenções a nível operacional feitas por parte da Frontex na zona das Canárias e Mediterrâneo, foi também publicado o “Código das Fronteiras Schengen”⁸⁸, código que vem definir as normas de controlo das fronteiras externas, assim como as condições de entrada e recusa de nacionais de países terceiros (MNE, 2007). No seu n.º2 do art.16º, estabelece a FRONTEX como agência coordenadora da cooperação operacional na gestão das fronteiras externas, realçando a sua importância neste âmbito. Ainda em 2006 (MNE, 2007), e na sequência do aprovado na “Abordagem Global das Migrações: acções prioritárias para África e para o Mediterrâneo”⁸⁹, a Comissão apresentou uma proposta de Regulamento que viria alterar o Reg. (CE) 2007/2004, estabelecendo um mecanismo de criação de equipas de intervenção rápida nas fronteiras (*Rapid Action Borders Intervention Teams* - RABIT), com o objectivo de auxiliar os Estados-membros que se vejam confrontados com afluxos excepcionais de migração clandestina. Essa proposta foi aprovada e consagrou o Reg. (CE) 863/2007, em 11 de Julho de 2007, dando à FRONTEX a competência para determinar a composição, formação e destacamento dessas equipas (FRONTEX, 2008). Para auxílio na comunicação entre a FRONTEX e a equipa de intervenção rápida, foi consagrado também no Regulamento a existência de agentes de coordenação⁹⁰, que tem o papel de supervisionar e relatar os resultados da operação à Agência, e a criação de Pontos de contacto Nacionais⁹¹, cuja função é comunicar com a Agência relativa a qualquer assunto relacionado com as equipas, sendo estes os primeiros a ser informados quanto às necessidades de recursos humanos para a formação de uma equipa.

Foi também em 2007, mais precisamente em Maio, que se iniciou o projecto⁹² de criação da Rede Europeia de Patrulhas (REP), com o objectivo de assegurar a vigilância das fronteiras marítimas externas meridionais através de operações conjuntas coordenadas pela Frontex

⁸⁵ Dados oficiais da FRONTEX.

⁸⁶ A sua sede foi definida em 26 de Abril de 2005, com a Decisão do Conselho 2005/358/CE.

⁸⁷ Conforme o exposto no art. 34º do Reg. (CE) n.º 2007/2004 de 26 de Outubro de 2004.

⁸⁸ Reg. (CE) n.º562/2006 do PE e do Conselho, em 15 de Março de 2006.

⁸⁹ Aprovado pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2005.

⁹⁰ Art. 8º -G do Reg. (CE) 2007/2004.

⁹¹ Art. 8º -F do Reg. (CE) 2007/2004.

⁹² Projecto criado a partir do estudo “MEDSEA”, entregue pela FRONTEX em Julho de 2006.

(MNE, 2008). Para além disso, foi criado um inventário central do equipamento técnico disponível (CRATE)⁹³, onde consta o equipamento que os Estados-membros disponibilizam, a pedido de um outro Estado-membro, para auxiliar no controlo e vigilância de fronteiras. Ainda relativamente à vigilância das fronteiras foi apresentado em 2007, pela Comissão, uma comunicação que “define um roteiro para o desenvolvimento e criação de um sistema europeu de vigilância de fronteiras” (EUROSUR) (Comissão Europeia, 2008, p. 10). Com a implementação do Tratado de Lisboa, denotou-se a “intenção de introduzir alterações nas estruturas governamentais da União Europeia” (Frontex, 2010, p.7), ao consagrar no art.77º do TFUE, que a UE terá que desenvolver a sua política com vista à adopção de “qualquer medida que seja necessária para o estabelecimento gradual de um sistema de gestão integrada das suas fronteiras externas” (Conselho Europeu, 2008, p.76).

Após o relatório anual de 2008 da Frontex, chegou-se à conclusão que mais de metade das irregularidades encontradas nas fronteiras externas pertenciam à fronteira entre a Grécia, Turquia e a Albânia. Com base nesses dados, em Fevereiro de 2010, a Agência decidiu criar o primeiro gabinete operacional da Frontex, no porto de Pireu, na Grécia, assim como realizou a primeira operação com as equipas de intervenção rápida aplicando pela primeira vez o mecanismo destas (RABIT), com um efectivo de 174 elementos dos Estados-membros, para actuar numa zona onde “os fluxos que atravessam ilegalmente a fronteira atingiram proporções alarmantes” (Malmström *apud* Traynor & Smith, 2010).

Tendo por base toda esta evolução, a Frontex é actualmente uma agência com vários projectos no âmbito da segurança das fronteiras externas e que tem como funções coordenar a cooperação operacional entre os estados-membros no gestão de fronteiras externas, assim como apoiar a formação dos guardas dessas mesmas fronteiras, definindo também as suas normas de formação (Guedes & Elias, 2010). A Frontex tem também de efectuar análises de risco, contando para isso com a sua unidade de Análise de Risco, que elabora o modelo integrado de análise de risco (CIRAM); Deve acompanhar as pesquisas em matéria de controlo e vigilância das fronteiras externas assim como apoiar os Estados-membros que necessitem de uma assistência reforçada e apoiar a organização de operações conjuntas (art. 2º do Regulamento Frontex) (Farinha, 2005).

A Frontex (2010, p.3) é uma agência da UE dotada de personalidade jurídica cuja visão passa por “...assumir-se como a pedra basilar do conceito Europeu de Gestão Integrada de Fronteiras, promovendo o mais alto nível de profissionalismo, interoperabilidade, integridade e respeito mútuo entre parceiros envolvidos”.

Ao nível da sua estrutura, a Frontex é gerida e representada pelo seu director executivo (art.15º do Regulamento Frontex) (ver Anexo F). Este administra a agência de forma independente, durante um mandato de 5 anos, após eleito pelo conselho de administração, sendo assistido por um director executivo adjunto. Possui também o Conselho de Administração, composto por um representante de cada Estado-membro e por dois representantes da Comissão. Os mandatos destes elementos têm a duração de 4 anos,

⁹³ A criação deste inventário tem por base o art. 7º do Regulamento FRONTEX.

podendo ser renovados apenas uma vez (n.º1 do art. 21º do Regulamento Frontex). O Conselho de Administração é responsável por aprovar o orçamento, as políticas em matérias de pessoal da Agência, o director executivo e adjunto, o relatório anual do ano transacto, o Programa de Trabalho para o próximo ano, supervisiona o trabalho do director assim como define o procedimento para a tomada de decisão deste (Frontex, 2010). É também responsável por definir o seu regulamento interno e a sua estrutura. Cada membro do Conselho tem direito a um voto e excepto nas matérias relativas ao programa de trabalho do próximo ano e à eleição do Director Executivo e respectivo adjunto cujas votações são feitas tendo por base a maioria de dois terços, todas as outras votações são feitas por maioria absoluta (n.º1 do art. 24º do Regulamento Frontex). Existe também uma secção de Auditoria Interna, criada com o objectivo de avaliar, aconselhar e otimizar o uso dos recursos da Agência. Para além da Auditoria Interna, existe um Apoio Executivo que auxilia o Director Executivo nas suas tarefas, através do aconselhamento por parte de peritos nas mais variadas matérias. Segundo o relatório anual da Frontex (2009) em 2008, ocorreu uma mudança estrutural que agrupou a Frontex em 3 grandes Divisões: A Divisão de Operações (OPD), que aglomera o Centro de Situação Frontex, a Unidade de Análise de Risco e a Unidade de Operações Conjuntas; A Divisão de Estruturação de Capacidades que congrega as áreas do treino, da investigação e desenvolvimento e a do Catalogação de Recursos; Por fim temos a Divisão de Administração, composta pela área de Procuradoria e Finanças, Serviços Administrativos e Assuntos Jurídicos (Frontex, 2011). Esta nova estrutura vem facilitar o processo de tomada de decisão assim como uma melhor coordenação de serviços, assegurando uma maior eficiência estrutural de modo a que o sucesso do seu desempenho seja ainda maior (Frontex, 2009).

Para além duma estrutura funcional e do voluntarismo demonstrado por parte dos Estados-membros, a Frontex tem contado com a cooperação de várias agências⁹⁴, como é o caso da EUROPOL, que para além do auxílio prestado ao nível operacional, tem cooperado na realização de documentos como os relatórios “OCTA”. As cooperações que a Agência tem mantido não se limitam a outros organismos, mas inclusive com outros Estados-membros, como é o caso da República da Islândia e Noruega⁹⁵, da Confederação Suíça e o Principado de Liechtenstein⁹⁶ (UE, 2010).

Tudo aponta para que a Frontex venha a ganhar cada vez mais importância na cooperação relativa à gestão das fronteiras externas, quer pelo seu crescimento ao nível de recursos administrativos, dispondo actualmente de 294 elementos, quer pelo seu papel interventivo, com 6411 horas de operações realizadas no ano de 2010 (Frontex, 2011). A UE também tem vindo a demonstrar a sua vontade política em desenvolver esta área, como é visível no Comunicado da Comissão COM(2010)171 de 20 de Abril de 2010, em que foi apresentado um plano de acção para implementar o Programa de Estocolmo, onde está previsto, no âmbito da Frontex, a troca de informações com outros organismos tais como a Europol e a

⁹⁴ Europol, UNHCR, IOM, EMSA, Interpol, ICMPD, Cepol.

⁹⁵ Decisão do Conselho 2007/511/CE, de 15 de Fevereiro de 2007.

⁹⁶ Decisão 2010/490/UE, de 26 de Julho de 2010.

Eurojust, o estabelecimento de gabinetes regionais e especializados, e a proposta de revisão do Regulamento Frontex, reforçando os seus poderes (Comissão Europeia, 2010).

A Frontex apresenta-se como uma boa solução à actual conjuntura, que exige cada vez mais “...uma coordenação e coerência entre a dimensão interna e a dimensão externa da segurança da União Europeia” (Gomes, 2005, p.231), tornando a cooperação entre Estados-membros essencial para assegurar a segurança dos seus cidadãos e para a criação de um verdadeiro espaço de liberdade, segurança e justiça. Como diz o Sr. Jarmela Palos, Director nacional do Serviço Estrangeiro e Fronteiras (2010, comunicação pessoal) ao referir-se à Frontex, “é irreversível o processo que se iniciou com esta agência, que é nova mas extremamente dinâmica”.

Segundo Hermenegildo (2011), é intenção da presidência polaca⁹⁷ associar a área ELSJ com a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), através do COSI, de modo a poder agir de uma forma indirecta sobre a vertente externa da UE. A verdade é que “...as referências a questões externas estão quase sempre associadas a temas domésticos da União, como sejam, por exemplo, os fluxos migratórios fruto das transições no Médio Oriente/Norte de África...” (*Ibidem*, 2011, ¶3), demonstrando a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Frontex, procurando assegurar a sua zona interna através da protecção e acção fora das suas fronteiras externas.

3.6 SÍNTESE CONCLUSIVA

Vimos neste capítulo algumas das agências na qual a UE atribui a competência para desenvolver as mais variadas matérias relacionadas com a Cooperação Policial Europeia, conforme descrito nos art.29º e 30º do TUE, no qual define como objectivo “uma cooperação mais estreita entre forças policiais, autoridades aduaneiras e outras autoridades competentes dos Estados-membros...” (art.29º do TUE).

Apesar da importância do trabalho desenvolvido pelas agências supramencionadas, nomeadamente referidas, a Europol no âmbito da investigação, a AEP na formação e a Frontex na Vigilância das fronteiras externas, estas só têm sucesso graças à “boa vontade” dos países membros, que se dispõem a fornecer os meios necessários.

⁹⁷ Presidência do Conselho Europeu, assumida desde 1 de Julho de 2011.

CAPÍTULO 4

O PAPEL DE PORTUGAL NA COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA

4.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

“Portugal empenha-se no reforço da identidade europeia...” e pode, “...tendo em vista(...) um espaço de liberdade, segurança e justiça (...), convencionar o exercício, em comum, em cooperação ou pelas instituições da União, dos poderes necessários à construção e aprofundamento da união europeia” (n.º5 e 6 do art.7º da Constituição da República Portuguesa - CRP). É este o texto escrito num dos primeiros artigos da constituição da república portuguesa, obra basilar da democracia portuguesa, demonstrando a importância que os órgãos decisores dão à cooperação internacional.

A nova conjectura e os novos panoramas internacionais obrigam os Estados a “...abdicar da sua soberania, para que num mundo globalizado, possam tratar dos seus problemas nacionais” (Beck *apud* Guedes & Elias, 2010, p.113).

São inúmeras as demonstrações legais feitas pelo estado português no sentido de desenvolver a cooperação internacional no âmbito da segurança. Por exemplo, na publicação “A Visão estratégica da cooperação portuguesa”⁹⁸, que estabelece objectivos muito específicos quanto ao futuro da cooperação em Portugal, elucida-nos para a importância dessa cooperação ao referir logo na primeira linha da introdução, “Portugal precisa de uma política de cooperação” (Conselho de Ministros, 2005, p.1). Também na Lei de Segurança Interna (LSI)⁹⁹ a cooperação é referenciada no n.º2 do seu art.4º, ao dizer que “as forças e os serviços de segurança podem actuar (...) em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais das quais Portugal faça parte, tendo em vista, em especial, o aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça da União europeia” (Assembleia da República, 2008, p.1).

Em Portugal é o Ministério da Administração Interna (MAI) que é responsável pela “...formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas de segurança interna” (art.1º do DL n.º203/2006). Para além de todas as outras missões que o MAI tem, é também a este que incumbe “assegurar a manutenção de relações no domínio da política da administração pública com a União Europeia, (...) no âmbito dos objectivos fixados para a política externa portuguesa” (alínea m) do art.2º do DL n.º203/2006), através da Direcção Geral de Administração Interna (DGAI), que tem por missão “...garantir o apoio técnico à formulação de políticas, ao planeamento estratégico e operacional, à política legislativa e às relações internacionais,...” (art.10º do DL n.º203/2006). No âmbito das relações

⁹⁸ Publicada em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 22 de Dezembro.

⁹⁹ Lei nº53/2008, de 29 de Agosto.

internacionais o DGAI assenta sobre três eixos principais, sendo o primeiro a política de assuntos internos no quadro da UE (DGAI, 2011, p.14). Dispõe para isso de uma Direcção de Serviços de Assuntos Europeus, cujas funções passam por assegurar a participação do MAI em todas as reuniões do âmbito JAI assim como a sua representação nos comités e grupos de trabalho que funcionam junto das instituições comunitárias (DGAI, 2011). A DGAI é também responsável por “assegurar a coordenação e a ligação funcional e técnica com os oficiais de ligação do MAI¹⁰⁰ junto das missões diplomáticas de Portugal,...” (alínea g) do n.º4 do art.2º do DL n.º78/2007).

Para além dos serviços centrais de suporte¹⁰¹ o MAI também integra os serviços centrais de natureza operacional, entre as quais as forças de segurança (alínea a) do n.º1 do art.4º do DL 203/2006) na qual se insere a GNR¹⁰². Aprofundando um pouco mais as valências no âmbito do estabelecimento de relações de cooperação, as próprias leis orgânicas “...têm atribuições idênticas em termos de relações internacionais” (Guedes & Elias, 2010, p.134) sendo estas incumbidas de participar “...em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial e no âmbito da União Europeia...” (alínea o) do n.º2 do art.3º da lei 53/2007 e alínea o) do n.º1 do art.3º da lei 63/2007).

Falando ao nível da GNR, o Comandante-Geral tem na sua dependência directa uma unidade orgânica flexível responsável pelo “...enquadramento estratégico das relações internacionais” (Guedes & Elias, 2010, p. 136). A Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI)¹⁰³, tem como funções no âmbito das relações internacionais coordenar “...as actividades que decorrem do envolvimento directo do comando da Guarda nas organizações internacionais;” (alínea j) do art.6º do Despacho 32021/2008).

É assim de uma forma muito abrangente e sintética que é demonstrado alguns dos órgãos que trabalham para a promoção da cooperação no âmbito da segurança. Seguidamente será referida a participação portuguesa ao nível das agências europeias.

4.1 UNIDADE NACIONAL DA EUROPOL (UNE)

Ao nível da Europol, e como já havia sido abordado anteriormente, são as UNE as responsáveis pela ligação entre a Europol e as autoridades nacionais¹⁰⁴ (Farinha, 2005).

Em Portugal “compete à Polícia Judiciária assegurar o funcionamento da UNE” (Guedes & Elias, 2010, p.196), como está previsto no n.º1 do art.12º da lei n.º49/2008, de 27 de Agosto¹⁰⁵ e no n.º2 do art.5º da lei n.º37/2008¹⁰⁶.

¹⁰⁰ A função de Oficial de Ligação do MAI vem prevista no DL n.º193/94 de 23 de Maio e foi criada com o objectivo de resolver a inexistência de previsão deste cargo nos diplomas orgânicos da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Polícia de segurança Pública (PSP) e no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

¹⁰¹ Ao qual pertence a DGAI, a Inspeção-Geral da Administração Interna, a Secretaria-Geral e a Direcção-Geral de Infra-estruturas e Equipamentos.

¹⁰² Segundo o n.º2 do art. 6º do DL 203/2006, são forças de segurança

¹⁰³ Prevista na alínea a) do n.º2 do art.1º do Despacho 32021/2008

¹⁰⁴ Previstas no art.8º da Decisão Europol

Ao nível orgânico, conforme o Anexo G, a PJ compreende a Direcção Nacional, as unidades nacionais, as unidades territoriais, as unidades regionais, as unidades locais, as unidades de apoio à investigação e as unidades de suporte¹⁰⁷. Dentro das unidades de suporte, está a Unidade de Cooperação Internacional (UCI)¹⁰⁸, unidade onde está integrada a UNE (alínea b) do art.30º da Lei orgânica da PJ) (PJ, 2011). A UCI é responsável por assegurar “...a operacionalidade dos mecanismos de cooperação operacional, no âmbito da(...) da Europol...” (alínea b) do n.º2 do art.15º do Decreto-lei n.º42/2009).

Já a UNE, para além da função de elo de ligação entre a Europol e as autoridades nacionais do Estado-membro, auxilia também este através do fornecimento de análises operacionais para apoiar as investigações; da preparação de relatórios estratégicos e operacionais tendo por base as informações fornecidas pelos Estados-membros; fornecendo conhecimentos periciais e prestando apoio técnico às investigações em curso; promovendo a harmonização de métodos de análise e contribuindo para a luta ao crime organizado através do fornecimento de dados ao Centro de Conhecimentos (Conselho da UE, 2009).

Ao nível de recursos humanos, a UNE é composta actualmente pela Coordenadora Superior de Investigação Criminal, que detém as funções de chefia, um Inspector Chefe e mais 6 Inspectores, todos elementos pertencentes à PJ ¹⁰⁹ (UNE, 2011).

A GNR também integra a UNE, assim como a PSP e o SEF, “...através de oficiais de ligação permanentes” (n.º2 e 3 do art.12º da LOIC), junto da UNE e dos Gabinetes Nacionais a funcionar junto da Europol¹¹⁰ (Guedes & Elias, 2010). Ao nível da UNE, encontra-se um Inspector do SEF que desempenha funções de Oficial de Ligação na UCI, abrangendo deste modo tanto a UNE como o Gabinete da Interpol, que também integra a UCI. Já na sede da Europol, em Haia, o Gabinete Nacional a funcionar junto da Europol é composto por um Oficial da GNR¹¹¹, mais um Inspector Chefe e um Inspector da PJ (UNE, 2011).

Segundo Guedes e Elias (2010) a representação das variadas forças e serviços tanto na unidade nacional como no gabinete existente na sede da Europol é uma oportunidade “crucial para a sedimentação de uma visão holística da recolha, tratamento de informação criminal, bem como para a sistematização de mecanismos de intercâmbio e tratamento de informação” (Guedes & Elias, 2010, p.197) dentro da própria segurança interna.

Como já foi falado anteriormente, a sua principal actividade passa pela tramitação de solicitações ao nível de informação policial operacional (Relatório de Actividade da UNE do ano 2010). Ao nível da troca de informação operacional, dos 945 (dos quais 223 são das autoridades nacionais) dossiers abertos em 2008 na UNE referentes a novos casos, a GNR não foi responsável pela abertura de nenhum, caso que se vinha a verificar desde 2006, onde só em 2005 a GNR teve responsabilidade pela abertura de 4 dos 928 dossiers abertos

¹⁰⁵ Lei de Organização de Investigação Criminal - LOIC

¹⁰⁶ Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

¹⁰⁷ Conforme o art.22º da Lei Orgânica da Polícia Judiciária

¹⁰⁸ Antigo Departamento Central de Cooperação Internacional da Direcção. Nacional da Polícia Judiciária.

¹⁰⁹ Dados do relatório anual da UNE de 2010.

¹¹⁰ A sua previsão surgiu com a publicação da actual LOIC.

¹¹¹ Actualmente é ocupado pelo Major Costa e Silva.

nesse ano (UNE, 2009). Nos anos de 2009 e 2010 a GNR foi responsável pela abertura de 1 dossier em cada um dos anos, de um volume total de 1043 (235 são de autoridades nacionais) e 1058 (225 são de autoridades nacionais) respectivamente, tendo subido para 4, até Julho deste ano, como é possível constatar no Anexo H.

Por outro lado, foram efectuadas algumas solicitações de troca de informação operacional da parte da UNE à GNR, nomeadamente 14 em 2009, 13 em 2010 e 9 até Julho deste ano. Apesar do volume quantitativo de participação da GNR na abertura de dossiers não ser elevado, a troca de mensagens entre estas entidades é uma constante, tendo sido registadas 209 mensagens enviadas e recebidas só este ano, até ao mês de Julho¹¹² (Dados cedidos pela UNE).

Para além da troca de informação regulada pela UNE, também as autoridades nacionais têm enviado peritos às reuniões na sede da Europol, em Haia, como foi no caso da GNR, o envio de um elemento¹¹³ a uma reunião em Maio de 2010, que juntou os responsáveis pelas revistas policiais (UNE, 2011). Já em 2011, por casualidade da conjuntura económica, que levaram a limitações financeiras, a presença de peritos nas reuniões tem sido assegurada pelos Oficiais de Ligação.

Por fim, a Europol desenvolve, através de grupos de analistas especializados, ficheiros de análise¹¹⁴ nas quais são compendiadas as informações sobre um relativo tipo de criminalidade (Guedes & Elias). A GNR, nesse âmbito, através de peritos destacados da Unidade de Controlo Costeiro (UCC) e em cooperação com a Polícia Judiciária e com a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, dá os seus contributos para a realização do ficheiro de análise *AWF – SMOKE*, que retrata as organizações de produção e/ou comércio ilegal de tabaco na UE (Dados cedidos pela DPERI).

Muito tem evoluído esta instituição ao nível da cooperação entre Estados-membros, mas apesar de tudo, muito mais pode ser feito ao nível da cooperação com as forças nacionais, pois é a “boa vontade” destas, através da partilha voluntária de informação para enriquecer a base de dados da Europol, que vão enaltecer e realçar o peso desta instituição na cooperação europeia. De futuro, como sugestão, no seu relatório de 2010, a UNE propõe uma maior divulgação das características do sistema de modo a que as outras forças estejam cientes das suas potencialidades (UNE, 2011).

Actualmente, no âmbito da cooperação com a Europol, a partilha de informação com a GNR comporta uma parte mínima do “bolo total”, em parte pela falta de incentivo à cooperação, por outro lado, o facto de esta estar dirigida para a criminalidade organizada, cuja competência é quase exclusiva da PJ¹¹⁵.

¹¹² Em 2009 foram 378 e em 2010 foram trocadas 329 mensagens.

¹¹³ Tenente-Coronel Horácio Félix, Chefe da Redacção da Revista da Guarda Nacional Republicana “Pela Lei e Pela Grei”.

¹¹⁴ Conforme refere o art.14º da Decisão Europol.

¹¹⁵ Art.7º da Lei Orgânica de Investigação Criminal.

Apesar destas limitações, denota-se uma vontade de promover cada vez mais este tipo de cooperação, estando nos planos da GNR “...reforçar a ligação às redes internacionais Europol e Interpol no policiamento do tráfico de estupefacientes (Reis, 2011).

4.2 AEP / CEPOL

Portugal representa-se nesta agência através dos directores das Instituições de ensino das várias autoridades nacionais, nomeadamente, o Comandante da Escola da Guarda (EG), o Director do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e o Director da Escola da Polícia Judiciária (EPJ), formando a delegação portuguesa junto da AEP (Guedes & Elias, 2010). Essa delegação é chefiada sob uma forma rotativa, alternando a cada seis meses entre o MAI e o MJ, e dentro do MAI, entre a GNR e a PSP¹¹⁶ (*Ibidem*). Relativamente à Escola da Guarda, em 2009 foi aprovado o despacho que prevê a nova estrutura da EG, na qual criou, o Gabinete de Estudos e Assessoria Cepol (GEACEPOL) (alínea a) do n.º2 do Despacho GCG n.º54/09-OG). Este gabinete, que no seu quadro orgânico de referência é composto por quatro militares e um civil¹¹⁷, tem como funções assegurar a representação da GNR na AEP, responsabilizando-se também pela preparação dos cursos ministrados na EG e pela recepção dos participantes das forças de outros países (anexo ao Despacho GCG n.º54/09-OG) (ver Anexo I).

O contributo da GNR na AEP passa pela organização, apoio à organização e participação dos vários cursos que vão decorrendo ao longo do ano. Para além disso, a GNR assegura também a sua presença nas várias reuniões do Conselho de Administração e dos Comitês¹¹⁸, e a sua participação no “*Cepol Exchange Programme*”¹¹⁹.

Nos últimos anos a GNR, conforme o Anexo J, participou em 75 actividades relacionadas com a AEP, nomeadamente: 23 actividades em 2008, das quais o curso “*European Police and Judicial Study Tour*” organizado em Setembro pela GNR; 26 actividades em 2009, tendo organizado em Junho o “*Nature and Environmental Awareness Seminar*”; 17 actividades em 2010, com a realização de dois cursos, o “*Crime Control and Traffic Safety: International Comparison*” em Outubro e o “*Tackling Illegal Motor Racing*” em Junho; 9 actividades até Julho de 2011, tendo organizado em Julho o curso “*International Aspects and Experiences of Domestic Violence*”. Para além da organização destes cursos a GNR também tem auxiliado a organização de outros, através da cedência de peritos para auxiliarem na formação.

No total, Portugal teve 303 participantes entre 2006 e 2010 e 184 formadores usados na realização de cursos entre 2007 e 2010.

¹¹⁶ Foi o ponto de contacto de Portugal na AEP no período de 2008/2009.

¹¹⁷ Anexo D ao Despacho GCG n.º54/09-OG.

¹¹⁸ Comité do Programa Anual; Comité Orçamental e Administrativo, onde esteve representada até 2010 (MNE, 2008).

¹¹⁹ Programa de intercâmbio de altas entidades das instituições policiais, com o intuito de promover a confiança entre forças e dar a conhecer diferentes culturas institucionais.

No futuro, está prevista a realização de mais um curso na EG, o “*Kynopol Seminar for Heads of Dog Handling Centres*”, em Dezembro deste ano, com o objectivo de discutir a criação de um centro europeu de formação de binómios cinotécnicos para as funções policiais.

A AEP surge assim como um “centro” europeu de formação, na qual pretende estabelecer uma homogeneização de procedimentos e doutrina ao nível dos altos funcionários das forças dos Estados-membros, mas há quem defenda que os “cursos de formação ministrados deverão ser mais operacionais, alargados a um maior número de polícias europeus, deixando de ter um cariz vincadamente académico” (Guedes & Elias, 2010, p.338)

No entanto, é importante continuar a fomentar este tipo de cooperação, levando, deste modo, a doutrina e métodos de trabalho da GNR a outras instituições, e melhorando através da análise comparativa com outras instituições. Como o Major-General Pinheiro Chaves menciona “...as actividades desenvolvidas no âmbito do Colégio Europeu de Polícia¹²⁰, privilegiaram a partilha de conhecimento e a cooperação entre as respectivas Academias, Escolas, Institutos dos Estados-membros da UE” (Chaves *apud* MAI, 2007).

4.3 FRONTEX

Desde 2004, data em que surgiu a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas da UE¹²¹, esta tem desenvolvido inúmeras iniciativas (operações conjuntas, meetings, workshops, etc.) no sentido de levar a cabo a sua missão de coordenar a cooperação operacional entre os Estados-membros no domínio da gestão das fronteiras externas (MNE, 2008).

Em Portugal, o ponto de contacto com a Frontex é o SEF, estando actualmente o Director do SEF, Manuel Jarmela Palos, a desempenhar as funções de Vice-Presidente do Conselho de Administração, papel que vem vindo a exercer desde 2008.

O empenho de Portugal nesta agência tem sido feito de inúmeras maneiras, ao nível operacional, através das inúmeras operações conjuntas que a Frontex tem organizado com o objectivo de controlar as fronteiras externas da UE, tanto no âmbito terrestre, quer marítimo, quer aéreo (MNE, 2011). Para além disso, Portugal participa nos vários workshops e meetings que a Frontex organiza com o intuito de discutir os assuntos que fazem parte da sua competência. Por fim, existe também a parte da formação, onde Portugal envia vários elementos para fazerem formação nos cursos “*RABIT*”, em que são formados no sentido de posteriormente poderem vir a participar nas equipas de intervenção rápida da Frontex (RABIT) (*Ibidem*).

¹²⁰ Outra denominação para a AEP.

¹²¹ Como anteriormente mencionado, criada pelo Regulamento (CE) n.º2007/2004.

Especificamente para as operações de vigilância das fronteiras marítimas, foi criada a Rede Europeia de Patrulhas¹²², à qual Portugal também pertence. Em Portugal é o Centro Nacional Coordenador Marítimo (CNCM) o responsável por fomentar a concretização dos “...projectos de cooperação a nível europeu tendentes ao combate à imigração ilegal por via marítima” (n.º2 do art.15º do Decreto Regulamentar n.º86/2007 de 12 de Dezembro). O CNCM é composto por um representante da Autoridade Marítima, da GNR, do Gabinete Coordenador de Segurança, da Marinha, da Força Aérea, do SEF e da PJ (n.º1 do art.º16 do Decreto Regulamentar n.º86/2007) (ver Anexo K).

A GNR, no âmbito da Frontex, estabelece as suas relações de cooperação através da Unidade de Controlo Costeiro, que possui os meios marítimos para efectuar as vigilâncias e fiscalizações nas fronteiras marítimas, e da Unidade de Intervenção, mais especificamente através do Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC), que fornece os binómios que são usados para a detecção de indivíduos ilegais em locais confinados nas embarcações e outros tipos de transporte. Essa capacidade interventiva resultou, de acordo com o Anexo L, que nos últimos anos a GNR tenha participado em 76 actividades da Frontex, nomeadamente 25 em 2009, 27 em 2010 e 24 em 2011 até à presente data (Julho de 2011)¹²³. Dessas actividades, é de destacar a participação nas operações INDALO¹²⁴, cujo objectivo era “...combater a imigração ilegal ao longo das fronteiras marítimas externas com destino à UE,...” (FRONTEX, 2007, p.22), mais especificamente aquelas que viriam do Norte de África para Espanha, e que tem levado ao empenho médio de 20 elementos da GNR mais embarcações¹²⁵. Para além dessas operações, a GNR tem-se representado em outras tais como as operações MINERVA¹²⁶, cujo objectivo é proceder à detecção de documentos falso ou falsificados e de imigrantes ilegais refundidos em contentores ou veículos através do uso dos meios cino¹²⁷; e as operações POSEIDON¹²⁸, com o intuito de vigiar e detectar fluxos de imigração ilegal nas fronteiras entre a Turquia e a Grécia, tendo sido já desenvolvida este ano com o empenho de 4 binómios, entre Abril e Maio (Frontex, 2011).

Ao nível da formação, a GNR tem participado em vários cursos, workshops e conferências, cujos temas passam, por exemplo, pelas equipas RABIT¹²⁹, sistema de informações EUROSUR, Rede Europeia de Patrulhas Costeiras, Cinotecnia, etc.

No Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2011 da GNR, à semelhança dos anteriores, a GNR definiu como objectivo operacional reforçar a participação da Guarda no âmbito da cooperação policial europeia (Secretário de Estado, 2011), estabelecendo como objectivo responder, no âmbito da Rede Europeia de Patrulhas Costeiras, a pelo menos 85% das acções solicitadas pela Frontex (GeADAP, 2011) (ver Anexo M). Tal objectivo tem

¹²² Projecto iniciado em 2007 tendo partido duma proposta do Conselho Europeu em Dezembro de 2006.

¹²³ Dados cedidos pela DPERI.

¹²⁴ Apoiada pela GNR anualmente desde 2007.

¹²⁵ 2007 – 1 LVI; 2008 – 2 LVI; 2009 – 20 elementos e 2 LVI; 2010 – 24 elementos e 2 LVI

¹²⁶ Apoiada pela GNR anualmente desde 2007.

¹²⁷ Eram empenhados dois binómios cino.

¹²⁸ Apoiada pela GNR anualmente desde 2007.

¹²⁹ 8 elementos da GNR formados em 2010.

vindo a ser plenamente conseguido anualmente¹³⁰, assim como está a acontecer este ano até à data, tendo respondido a 1162 das 1279 solicitações efectuadas pela Frontex, o que dá uma percentagem de 90,85% do total. A GNR demonstra assim mais uma vez deter as condições necessárias para se afirmar na cooperação com a agência Frontex, possuindo a competência, tendo em conta a sua dispersão territorial que abarca quase a totalidade das fronteiras portuguesas, e os meios, tendo por base a capacidade terrestre e marítima que a GNR possui, como é caso do recente Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa (SIVICC)¹³¹ necessários para reforçar a sua intervenção internacional no âmbito da protecção das fronteiras externas.

Portugal, por tudo o que foi dito, tem todas as condições para singrar o seu papel nesta instituição, devendo este, "...que tem uma fronteira nacional tão extensa coincidente com a fronteira externa da UE (...) perceber que este é um problema europeu e tem que ter uma dimensão europeia de resposta" (Costa *apud* Lusa, 2006). O grande problema que se apresenta de futuro é a questão económica, que obrigou a GNR a elaborar um plano de austeridade, que entre as muitas indicações, "...estabelece também o esforço nas restrições com as deslocações e missões ao estrangeiro, incluindo as relativas à Frontex" (Lusa, 2010). Resta aguardar para ver o que o futuro nos reserva tendo sempre em atenção que a cooperação com a Frontex é essencial para assegurar as nossas fronteiras.

4.4 GRUPOS DE TRABALHO DA UE

Para além de toda a sua participação na UE através das agências e redes europeias com oficiais de ligação, gabinetes e pontos de contacto, a GNR possui também elementos nos mais variados grupos de trabalho da UE que funcionam no âmbito da estrutura ELSJ. Os grupos de trabalho acabam por ser "...simples instâncias preparatórias do Conselho da UE, sem qualquer poder decisório,..." (Guedes & Elias, 2010, p.216) não podendo por isso ser comparadas ou assimiladas a algo semelhante às agências anteriormente tratadas.

Esses grupos de trabalho são responsáveis por trabalhar na área a que são destinados a fim de preparar os temas a debater nas reuniões no domínio JAI Conselho Europeu. Seguidamente irão ser referidos sumariamente os grupos de trabalho da UE no âmbito JAI na qual a GNR está representada (UE, 2011) (ver Anexo N).

O Grupo de Trabalho Cooperação Internacional (GTCP) possui representantes da GNR, PSP, SEF e PJ, e desenvolve trabalhos nas mais variadas áreas nomeadamente, manutenção da ordem pública; protecção de altas entidades; troca de informações sobre eventos internacionais de risco; segurança na internet; Criminalidade rodoviária; Passaportes e vistos; troca de informações sobre ADN; segurança transfronteiriça, entre outros (Guedes & Elias, 2010). Nesse grupo está também inserido o grupo de trabalho Cooperação policial – Peritos Futebol, que trabalha na segurança de jogos de futebol de

¹³⁰ 2008 – 91%; 2009 – 97,95%; 2010 – 95,60% (GNR, 2010).

¹³¹ Sistema de vigilância costeira que vem substituir o anterior, o *Long Arm Operating System* (LAOS).

dimensão internacional, e também o Grupo de Criminalidade Automóvel, perfazendo um total de 3 elementos, um por cada grupo (*Ibidem*).

O Grupo Terrorismo, cuja representação é feita em conjunto pelo SIS e pela Unidade Nacional de Combate ao Terrorismo (UNCT) da PJ, também possui representantes da PSP e GNR, e estuda os assuntos relacionados com o terrorismo numa perspectiva estratégica ao nível interno da UE, através da avaliação da ameaça (*Ibidem*).

O Grupo Cooperação Aduaneira, que trabalha no âmbito da DGAIEC, estudando formas de combater os crimes aduaneiros. Ainda em relação às fronteiras temos o Grupo Fronteiras, na qual também participa o SEF e trata de problemas relacionados com a Frontex, como por exemplo, a imigração legal, e o Grupo Eurosur, referente à criação de um sistema europeu de vigilância das Fronteiras. Em relação a outros grupos de trabalho relacionados com agências europeias, existe o Grupo Cepol, o Grupo Europol e o Grupo *European Explosive Ordnance Disposal Network*¹³² (MNE, 2011).

Existem ainda outros grupos na qual a GNR participa e que tratam as mais variadas matérias, tantas como aquelas que a própria GNR tem competências, quer ao nível das informações¹³³, como relativas à Protecção Civil¹³⁴, ou “...outras formas de cooperação especializada, como a Rede ATLAS¹³⁵ para a segurança de explosivos e o controlo de armas ligeiras na União europeia ou a Rede Europeia de Protecção de Personalidades Oficiais” (Pedroso, 2009, p.124). O importante a reter é que estes grupos de trabalho desenvolvem um importante trabalho na cooperação europeia, desenvolvendo estudos e encaminhando as chefias europeias a desenvolver meios de cooperação nas áreas em voga. É através da análise do trabalho produzido por estes grupos que poderemos “adivinhar” o futuro da UE em termos de cooperação policial.

4.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Neste capítulo foi abordada de que forma a GNR participa nas agências supramencionadas. Umas com um papel bastante interventivo, como é o caso da AEP e da FRONTEX, outras com um papel mais diminuto, como é o caso da Europol.

Para além destas, a GNR dá o seu contributo em muitas outras instituições europeias do género, como é o caso dos gabinetes SIRENE, no âmbito do Sistema de Informações Schengen, ou através de grupos de trabalho, como foi visto, na qual a GNR destaca peritos nas variadas áreas no sentido destes darem o seu contributo aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do ELSJ.

¹³² Referente a uma base de dados europeia sobre engenhos explosivos, que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito da Europol.

¹³³ Grupo SIS-Schengen.

¹³⁴ Grupo Protecção Civil – PROCIV.

¹³⁵ Grupo criado no âmbito da Decisão 2008/617/JAI de 23 de Junho que prevê a criação de uma rede com vista a melhorar a cooperação entre unidades especiais de intervenção dos Estados-membros, participando o Grupo de Operações Especiais da PSP e o Grupo de Intervenção de Operações Especiais da GNR.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 RESPOSTA ÀS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO¹³⁶

Começando por responder à primeira pergunta de investigação, através do ponto 3.2 podemos verificar que os projectos de constituição europeia, que tinha a sua génese na vertente política, expandiram-se com a intenção de criar um espaço de livre circulação de pessoas. Tal verificou-se com a criação do espaço Schengen, ao entrar em vigor em 1995, que veio abolir as fronteiras “internas” dos Estados-membros. Uma zona sem controlo fronteiriço retira a capacidade ao Estado de controlar a entrada de criminalidade no seu território, obrigando-o a desenvolver novas medidas no controlo da criminalidade internacional. Isso somado com o aumento gradual da criminalidade, criaram a necessidade de estabelecer cooperações no âmbito da segurança, de modo a poder colmatar as insuficiências às quais o estado não consegue responder. Esta é feita através de acordos bilaterais, e a um nível mais macro, acordos multilaterais. Para mediar esses acordos a UE viu-se na necessidade de estabelecer organismos / agências que pudessem desenvolver os trabalhos nessa área específica, sendo essa a razão da sua criação.

Para a segunda pergunta de investigação, teremos que recorrer ao ponto 3.2 no qual se refere às várias áreas, no âmbito da segurança, que a UE pretender incidir o seu trabalho. Sendo estas, o terrorismo, a criminalidade organizada, o tráfico de droga, o cibercrime, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual de menores, a criminalidade económica, o tráfico de armas e a criminalidade transfronteiras. Basicamente a UE pretende incidir o seu trabalho sobre as áreas que actuam em mais do que um Estado-membro, cuja partilha de informações pode ser uma mais-valia.

Relativamente à terceira questão, através do ponto 4.2 verificamos que a GNR coopera com a Europol através da UNE, efectuando trocas de informação no âmbito de investigações relativas às formas de criminalidade desenvolvidas no âmbito da Europol.

Já na AEP, através do ponto 4.3, vemos que as actividades cooperativas são desenvolvidas pela Escola da Guarda, que realiza acções de formação destinadas aos altos funcionários das forças e serviços de segurança, fazendo para isso uso de especialistas no ramo. Para além disso assegura a sua presença em outras acções de formação em outros Estados-membros, enviando representantes com o intuito de evoluir a sua doutrina através da análise de outros casos.

Por fim, em relação à FRONTEX, temos que ir ao ponto 4.4, na qual refere a participação da GNR em cursos de especialização, e.g. EUROSUR, formação RABIT, etc. Para além disso, a GNR coopera nas mais variadas operações conjuntas desenvolvidas por esta agência,

¹³⁶ Ver perguntas de investigação na página 3 do Capítulo 1 do corrente trabalho.

através da cedência de meios marítimos, para a vigilância das fronteiras marítimas, onde inclusivamente faz parte da REP, e de meios cinotécnicos, para a detecção de imigrantes ilegais.

Coopera ainda, em qualquer uma destas agências, através de oficiais de ligação que permitem ter um elo de ligação directo com a agência, servindo de mediador entre as instituições e zelando pelo seguimento dos interesses da GNR junto das instituições.

A resposta à quarta questão encontra-se tripartida entre os pontos 4.2, 4.3 e 4.4, na qual e como principal benefício que é comum a todas as agências trata-se da visibilidade que a GNR traz a Portugal, e à própria instituição, pela demonstração de profissionalismo e operacionalidade junto das instituições estrangeiras, resultante do compromisso que Portugal, e a GNR mais especificamente, têm para com a UE, no âmbito do processo de integração. Para além disso, a cooperação com a Europol permite-lhe solicitar informações presentes na sua base de dados, auxiliando as investigações em curso e permitindo uma interligação com outras informações. Já a cooperação desenvolvida com a AEP, permite formar os seus altos funcionários com os mais altos parâmetros de profissionalismo, assim como aperfeiçoar a doutrina institucional através da experiência dos peritos nas acções de formação ministradas pela GNR. A FRONTEX, para além de apostar na formação, subjugada à temática, que é ministrada aos militares da GNR, organiza operações conjuntas tendo em vista a protecção das fronteiras externas, incluindo grande parte da costa portuguesa, auxiliando deste modo, através do empenho de meios de outras forças, na missão da GNR de protecção do território nacional.

Para a última questão, teremos que analisar os pontos 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5, tendo em atenção que uma limitação que influencia fortemente a cooperação da GNR com qualquer uma delas é a actual situação económica de Portugal, que exigiu o estabelecimento de medidas de austeridade em todo o dispositivo e em todas as áreas, obrigando a que as representações nas agências europeias e a participação em operações internacionais conjuntas fossem consideravelmente limitadas e mesmo em alguns casos cessadas. Falando especificamente no caso da Europol, uma das limitações que se prende à cooperação com esta agência está relacionada com a falta de trocas de informação entre instituições, possivelmente devido a uma falta de incentivo e promoção das capacidades deste sistema. Quanto à área da formação, a GNR parece estar devidamente enquadrada com a AEP, realizando e participando em inúmeras actividades e *Workshops*, mas, como alguns autores defendem, esta formação não deveria ser feita somente para os altos funcionários das forças, devendo apostar numa formação relativa a todos os quadros.

5.2 CONCLUSÕES

Com a revisão de documentação e realização introdutória foi possível observar as especificidades e casualidades que originaram e construíram uma organização com características únicas que é a UE. As suas intenções democráticas, as características do

seu modelo dicotómico de integração fazem da UE o que ela é actualmente, um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas.

Para a prossecução do objectivo de criação desse espaço, foram criadas estruturas descentralizadas da estrutura geral da União Europeia, com independência para explorar o sucesso nas suas vertentes específicas. Uma dessas áreas de acção é a cooperação policial e judicial em matéria penal, responsável por salvaguardar o desenvolvimento da cooperação nos assuntos relacionados com as forças e serviços de segurança.

Ao longo deste trabalho verificámos que existe uma intenção de cada vez mais atribuir competências e capacidade de decisão ao organismo União Europeia, demonstrada através da evolução dos vários organismos estudados, que apesar de na sua génese serem controladas pelos Estados-membros, acabaram todas por se constituir como agências, ficando o poder decisor sob a alçada da UE, como aconteceu, por exemplo, com a Europol.

Podemos também concluir com o desenvolvimento do trabalho que, apesar de ser enfatizada a troca de informações entre Estados-membros, com a criação de sistemas de informação, como o sistema de Informações Europol, o EUROSUR¹³⁷, o VIS¹³⁸, entre outros, a UE desenvolve trabalhos nas mais variadas áreas, quer ao nível da formação, como ao nível operacional, através das operações conjuntas entre Estados-membros.

Respeitante ao objectivo geral do trabalho, que pretendia identificar o papel da GNR na cooperação policial europeia, especificada para o âmbito ELSJ no presente trabalho, foi verificado ao longo do trabalho que esta participação é feita ao nível das várias agências e grupos de trabalho.

Nas agências analisadas, a sua participação pode ser directa, através, por exemplo, das formações ministradas e assistidas no âmbito da AEP, assim como a cedência de meios para cooperação em operações conjuntas da Frontex. Ou pode ser indirecta, como é feito relativamente à Europol, em que a actividade passa pelas trocas de informação estabelecidas entre a GNR e a Europol, intermediadas pela UNE, que funciona como “mensageiro” entre os organismos.

Ao nível dos grupos de trabalho, estes são criados com o intuito de desenvolver trabalho de análise sobre as mais variadas temáticas, sendo possível verificar no trabalho as inúmeras áreas que a GNR dá o seu contributo¹³⁹, através dos seus representantes em cada grupo.

A sua participação nestas plataformas de cooperação beneficiam em muito a GNR, podendo facultar-lhe uma maior visibilidade internacional, novas ferramentas de trabalho e melhorias doutrinárias.

¹³⁷ Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras.

¹³⁸ Sistema Europeu de Informação sobre Vistos

¹³⁹ *Task Force* Chefes de Polícia; Academia Europeia de Polícia; Assuntos Gerais e Avaliação; *LAW Enforcement Working Party*; Cooperação Policial (Criminalidade Automóvel/Peritos de Futebol); Cooperação Aduaneira; Troca de Informações e Protecção de Dados; Protecção Civil; Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade; Assuntos SCHENGEN; Fronteiras; Transportes Terrestres – Segurança Rodoviária; Rede Atlas; *European Explosive Ordnance Disposal*; EUROSUR; *Enforcement* CITES; Terrorismo; SIS-SIRENE; Ponto de Contacto Nacional para a Criminalidade Automóvel Transfronteiriça; etc.

Em suma, a participação activa da GNR na cooperação policial europeia está relacionada com as suas competências multifacetadas, que abordam áreas como a protecção de fronteiras, investigação criminal, formação policial, trânsito rodoviário, engenhos explosivos, intervenções tácticas policiais, protecção civil, protecção ambiental, e muitas mais em que a GNR intervém.

Quanto ao futuro, não se sabe se estas iniciativas cooperativas serão para melhorar ou, se contrariamente à tendência dos últimos anos, vão regredir e voltar a situações passadas. Acontecimentos recentes fizeram com que a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça fosse ameaçada, com a França o encerramento das fronteiras francesas impedindo a entrada no país de comboios com imigrantes provenientes do Norte de África que entravam na UE através de Itália. Mas só futuramente poderá ser efectuada uma análise mais pormenorizada para saber se é uma nova tendência ou apenas um caso esporádico.

5.3 RECOMENDAÇÕES FINAIS

Como recomendações considera-se que deve ser equacionado o aumento de responsabilidades em organismos como a Frontex, pois a sua dispersão territorial, que abrange tanto fronteiras terrestres como marítimas, a sua multiplicidade de meios, e as suas competências, quer de prevenção, investigação ou repreensivas, dão à GNR características que deviam ter um papel muito mais marcante em agências como a Frontex.

5.4 LIMITAÇÕES À INVESTIGAÇÃO

Como limitações à investigação, há que realçar as limitações temporais para o desenvolvimento deste, obrigando a uma abordagem não muito aprofundada do tema. Para além disso, a falta de colaboração por parte de algumas entidades que dificultaram o fornecimento de dados essenciais para a conclusão do trabalho.

5.5 PROPOSTAS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

O trabalho corrente visou sobre a participação da GNR em algumas agências europeias de cooperação policial, enquadradas no ELSJ.

Estas agências, apresentam uma total disparidade relativas às funções que lhe são atribuídas, mas cada uma com igual importância podendo, no âmbito do TIA, ser desenvolvidas investigações sobre a transposição do conceito da AEP para ensino superior policial, criando uma entidade que vá homogeneizar a formação dos futuros altos funcionários das várias forças policiais.

Ao nível da Frontex, e no âmbito das equipas RABIT, estudar a possibilidade de criar equipas permanentes a funcionar nos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira, de modo a ter elementos especializados e devidamente formados através da Frontex a actuar junto às fronteiras.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Artigos

- Academia Militar (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.
- Benyon, J., Turnbull, L., Willis, A., Woodward, R., & Beck, A. (1994). *Police Co-operation in Europe: An Investigation*. Leicester: University of Leicester.
- Bessa, S. (2010). *A Política Europeia de Segurança e Defesa – A Participação Portuguesa, Dissertação de mestrado em ciências militares – especialidade de segurança*. Lisboa: Academia Militar.
- Boniface, P. (1997). *Dicionário das Relações Internacionais* (H. Caprichoso, Trad.). Lisboa: Plátano Edições Técnicas. (Trabalho original publicado em 1996) (Escrita original em francês).
- Canotilho, J. J., & Moreira, V. (2009). *Constituição da República Portuguesa – Lei do Tribunal Constitucional* (8ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carrión, M. (2005). Cooperação Policial na União Europeia : protecção dos cidadão europeus contra o crime organizado internacional. *Europa: Novas Fronteiras Espaço de liberdade, segurança e justiça*, 16-17, 197-200.
- Comissão Europeia. (2008). *Como Funciona a União Europeia: Guia das instituições da União Europeia*. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Conselho Europeu. (2010). *Estratégia de Segurança Interna da União Europeia: Rumo a um modelo europeu de segurança*. Bruxelas: União Europeia.
- Conselho Europeu. (2010). Programa de Estocolmo – Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 115, 1-38.
- Couto, A. (1980). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Direcção Geral da Administração Interna. (2011). *Cooperação Internacional Desenvolvida pelo Ministério da Administração Interna*. Lisboa: Direcção Geral da Administração Interna.
- Direcção Geral da Administração Interna. (2011). *Plano de Actividades de 2011*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- European Police College. (2011). *Annual Report 2010*. Budapest: CEPOL.
- Europol. (2009). *Ten Years of Europol*. The Hague: European Police Office.
- Europol. (2010). *Europol Review: General Report on Europol Activities*. The Hague: European Police Office.
- Farinha, L. (2005). A Polícia de Segurança Pública e a Cooperação Policial da União Europeia. In M. Pereira & J. Neves (Eds.), *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*. (pp. 413-476). Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

- Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal (2008). *60 Anos de Europa: Os Grandes Textos da Construção Europeia*. Lisboa: Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.
- Gomes, P. (2005). Cooperação Policial Internacional: O Paradigma da União Europeia. In Valente, M. (Ed.), *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 227-280). Coimbra: Almedina.
- Gonçalves, A. (2007, Maio-Junho). Erosão da Linha Divisória entre Segurança Interna e Externa na Política de Segurança Europeia: as consequências do 11 de Setembro de 2001. *Segurança e Defesa* (3), pp. 89-96.
- Guarda Nacional Republicana. (2010). *Relatório de Actividades de 2010*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana
- Guedes, A. M., & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos: Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Jacinto, F. (2005, Janeiro-Junho). A Academia Europeia de Polícia. *Polícia e Justiça*, 5, 105-129.
- Lira, R. (2010, Outubro-Dezembro). Entrevista [a] Jarmela Palos : Director nacional do SEF e vice-presidente do Conselho de Administração da Frontex. *Segurança e Defesa*, 15, 44-47.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2002). *Portugal na União Europeia: 2001*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2005). *Portugal na União Europeia: 2004*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2007). *Portugal na União Europeia: 2006*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2008). *Portugal na União Europeia: 2007*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2011). *Portugal na União Europeia: 2010*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Moreira, A. (1996) *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Pedroso, A. (2000). *A Cooperação Policial na União Europeia, Trabalho de Candidatura à obtenção do Diploma de pós-graduação em Estudos Europeus – vertente jurídica*. Lisboa: Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Pedroso, A. (2009). *Segurança Interna – O Imperativo da Congruência entre Conceito, Modelo e Sistema Operativo, Dissertação de Mestrado em Estudos Avançados de Direito e Segurança*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Santo, R. (2007). *Cooperação Policial Transfronteiriça na União Europeia, Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sousa, C. (2004). A Segurança Interna no Espaço Europeu. In Valente, M. (Coord.), *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 101-122). Coimbra: Almedina.

- Soares, A. (2005). *União Europeia: que modelo político?* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Unidade Nacional Europol (2009). *Relatório de actividades da UNE em 2008*. Lisboa: Polícia Judiciária.
- Unidade Nacional Europol (2010). *Relatório de actividades da UNE em 2009*. Lisboa: Polícia Judiciária.
- Unidade Nacional Europol (2011). *Relatório de actividades da UNE em 2010*. Lisboa: Polícia Judiciária.

Legislação Nacional e Internacional

- Assembleia da República. (2007). Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 168, 6065-6074.
- Assembleia da República. (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 213, 8043-8051.
- Assembleia da República. (2008). Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 165, 6038-6042.
- Assembleia da República. (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 167, 6135-6141.
- Conselho da União Europeia. (1995). Acto do Conselho 95/C 316/01 de 26 de Julho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 316, 1. Recuperado em 12 de Maio, 2011, em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31995F1127\(01\):PT:HT ML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31995F1127(01):PT:HT ML).
- Conselho da União Europeia. (1998). Decisão do Conselho 1999/C 26/06 de 3 de Dezembro. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 26, 22.
- Conselho da União Europeia. (2000). Acto do Conselho 2000/C 358/01 de 30 de Novembro. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 358, 1-7.
- Conselho da União Europeia. (2000). Decisão do Conselho 2000/820/JAI de 22 de Dezembro. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 336, 1-3.
- Conselho da União Europeia. (2001). Decisão do Conselho 2001/C 362/01 de 6 de Dezembro. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 362, 1.
- Conselho da União Europeia. (2002). Acto do Conselho 2002/C 312/01 de 28 de Novembro. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 312, 1-7.
- Conselho da União Europeia. (2003). Acto do Conselho 2003/C 2/01 de 27 de Novembro. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 2/1, 1-12.
- Conselho da União Europeia. (2004). Decisão do Conselho 2004/566/JAI de 26 de Julho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 251, 19.
- Conselho da União Europeia. (2004). Decisão do Conselho 2004/567/JAI de 26 de Julho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 251, 20.
- Conselho da União Europeia. (2004). Regulamento (CE) n.º 2007/2004 de 26 de Outubro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 349, 1-11.

- Conselho da União Europeia. (2005). Decisão do Conselho 2005/358/CE de 26 de Abril. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 114, 13.
- Conselho da União Europeia. (2005). Decisão do Conselho 2005/511/JAI de 12 de Julho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 185, 35-36.
- Conselho da União Europeia. (2005). Decisão do Conselho 2005/681/JAI de 20 de Setembro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 256, 63-70.
- Conselho da União Europeia. (2009). Decisão do Conselho 2009/371/JAI de 6 de Abril. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 121, 37-66.
- Guarda Nacional Republicana. (2009). Despacho n.º 54/09-OG de 30 de Dezembro. *Ordem à Guarda*, 1ª Série, n.º 5, 147-157.
- Guarda Nacional Republicana. (2009). *Despacho n.º32021/2008*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Ministério da Administração Interna. (2006). Decreto-Lei n.º 203/2006 de 27 de Outubro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 208, 7441-7446.
- Ministério da Defesa Nacional. (2007). Decreto Regulamentar n.º 86/2007 de 12 de Dezembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 239, 8880-8884.
- Ministério da Justiça. (2009). Decreto-Lei n.º 42/2009 de 12 de Fevereiro. *Diário da República*. 1ª Série, n.º 30, 1029-1037.
- Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia. (2006). Regulamento (CE) n.º 562/2006 de 15 de Março. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 105, 1-32.
- Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia. (2007). Regulamento (CE) n.º 863/2007 de 11 de Julho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 199, 30-39.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2005). Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005. *Diário da República*, 1ª Série-B, n.º 244, 7180-7201.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Decreto-Lei n.º 78/2007 de 29 de Março. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 63, 1844-1848.

Artigos Online

- Comissão Europeia. (2010). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions*. Recuperado em 18 Maio, 2011, em http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/commission_comm_com_2010_171_action_plan_stockholm_prog.pdf.
- Direcção Geral da Administração Interna. (2010). *Portugal no Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça*. Recuperado em 28 Abril, 2011, em <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=105&sid=105>.
- Euronews. (2011). Diretor da Europol: "Os grupos jihadistas continuam activos". *Euronews*. Recuperado em 15 Julho, 2011, em <http://pt.euronews.net/2011/07/06/diretor-da-europol-os-grupos-jihadistas-continuam-ativos/>.

- European Police College. (2011). *Welcome to Cefpol – European Police College*. Recuperado em 29 Abril, 2011, em <http://www.cepol.europa.eu/index.php?id=home0>.
- Europol. (2011). *Europol*. Recuperado em 11 Maio, 2011, em <https://www.europol.europa.eu/>.
- Frontex. (2006) *Frontex: Libertas Securitas Justicia*. Recuperado em 3 Maio, 2011, em <http://www.frontex.europa.eu/>.
- Frontex. (2006). *Relatório Geral da Frontex 2005*. Recuperado em 7 de Junho, 2011, em http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/justyna/microsoft_word_-_frontex-2008-0003-00-00-enpt.pdf.
- Frontex. (2007). *Relatório Anual da Frontex 2006*. Recuperado em 7 de Junho, 2011, em http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/justyna/microsoft_word_-_frontex-2008-0001-00-00-enpt.pdf.
- Frontex. (2008). *Relatório Geral da Frontex 2007*. Recuperado em 7 de Junho, 2011, em <http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/justyna/frontex-2008-0011-00-00-enpt.pdf>.
- Frontex. (2009). *Relatório Geral da Frontex 2008*. Recuperado em 8 de Junho, 2011, em http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/general_report/2008/pt.pdf.
- Frontex. (2010). *Relatório Geral 2009*. Recuperado em 9 de Junho, 2011, em http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/general_report/2009/frontex-2010-0005-00-00-enpt.pdf.
- Frontex. (2011). *General Report 2011*. Recuperado em 10 de Junho, 2011, em http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/general_report/2010/report_2011.pdf.
- Hermenegildo, R. (2009, Fevereiro). A Política Externa de Portugal para a PESC: o caso de Timor-Leste. *Revista Militar*. Recuperado em 11 Abril, 2011, em <http://www.revista militar.pt/modules/articles/article.php?id=504>.
- Hermenegildo, R. (2010). Paradoxos Europeus? *DN Opinião*. Recuperado em 12 Maio, 2011, em http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1677552&page=-1.
- Hermenegildo, R. (2011). A presidência polaca da União Europeia. *DN Opinião*. Recuperado em 15 Julho, 2011, em http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?Content_id=1905921&seccao=Convidados.
- Jornal de Notícias. (2011). Itália e França querem repor fronteiras. *Jornal de Notícias*. Recuperado em 21 Maio, 2011, em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1838052&page=-1.
- Lusa. (2006). Governo prepara plano no âmbito do Frontex para prevenir entrada ilegais. *dnoticias.pt*. Recuperado em 21 Maio, 2011, em http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/159632-governo-prepara-plano-no-ambito-do-frontex-para-prevenir-entrada-ilegais?quicktabs_2=2&quicktabs_13=0
- Lusa. (2010). Medidas de austeridade vão afectar vencimentos dos militares e “funcionamento normal” da Guarda. *Destak*. Recuperado em 17 Julho, 2011, em <http://www.destak.pt/artigo/69458>.

- Ministério da Administração Interna. (2007). *GNR – Início do Ano Escolar na Escola da Guarda*. Recuperado em 9 Maio, 2011, em <http://opinio.mai.gov.info/2007/11/26/gnr-inicio-do-ano-escolar-na-escola-da-guarda/>.
- Parlamento Europeu. (1999). *Conselho europeu de Tampere: 15 e 16 de Outubro de 1999 – Conclusões da Presidência*. Recuperado em 14 Abril, 2011, em http://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm.
- Reis, M. (2011). GNR vai despistar drogas nas viagens de finalistas para Espanha. *ionline*. Recuperado em 28 Abril, 2011, em <http://www.ionline.pt/interior/index.php?p=news-print&idNota=110722>.
- Traynor, I., & Smith, H. (2010). Guardas armados da UE travam entrada a imigrantes. *Presseurop*. Recuperado em 22 Junho, 2011, em <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/371481-guardas-armados-da-ue-travam-entrada-de-imigrantes>.
- União Europeia. (1957). *Versão compilada do Tratado de Roma*. Recuperado em 15 Abril, 2011, em http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002E/htm/C_2002325PT.003301.html.
- União Europeia. (1992). Tratado de Maastricht. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 224, 1-130. Recuperado em 15 Abril, 2011, em http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992E/tif/JOC_1992_224__1_PT_0001.pdf.
- União Europeia. (1997). Tratado de Amesterdão. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 340. Recuperado em 14 Abril, 2011, em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html>.
- União Europeia. (2001). Tratado de Nice. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 80, 1-87. Recuperado em 14 Abril, 2011, em http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12001C/pdf/12001C_PT.pdf.
- União Europeia. (2008). Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, *Jornal Oficial da União Europeia*, C 115. Recuperado em 14 Abril, 2011, em <http://eur-lex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ:C:2008:115:SOM:PT:HTML>.
- União Europeia. (2009). *Academia Europeia de Polícia (AEP)*. Recuperado em 29 Abril, 2011, em http://europa.eu/legislation_summaries/other/l14006_pt.htm.
- União Europeia. (2009). *Agências Estratégicas*. Recuperado em 7 Maio, 2011, em http://europa.eu/agencies/regulatory_agencies_bodies/policy_agencies/index_pt.htm.
- União Europeia. (2009). *O Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça*. Recuperado em 21 Maio, 2011, em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0022_pt.htm.
- União Europeia. (2009). *Europol: Serviço Europeu de Polícia (até 31.12.2009)*. Recuperado em 2 Junho, 2011, em http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/police_customs_cooperation/l14005b_pt.htm.
- União Europeia. (2010). *A repartição das competências na União Europeia*. Recuperado em 7 Maio, 2011, em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0020_pt.htm.

- União Europeia. (2010). *Agência Europeia de Gestão das Fronteiras Externas – Frontex*. Recuperado em 17 Maio, 2011, em http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/l33216_pt.htm.
- União Europeia. (2011). *Academia Europeia de Polícia*. Recuperado em 11 de Maio de 2011, em http://europa.eu/agencies/pol_agencies/cepol/index_pt.htm.
- União Europeia. (2011). *Conselho da União Europeia: Justiça e Assuntos Internos*. Recuperado em 24 Junho, 2011, em <http://consilium.europa.eu/toolbar/copyright.aspx?lang=pt>.
- Unidade Nacional Europol. *Europol*. Recuperado em 3 de Maio, 2011, em <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content/?id=%7B3A78AD7F-0A9A-4A17-8CEC-AF17C9EED4A4%7D>.

ANEXOS

ANEXO A

EXTRACTO DA CONVENÇÃO EUROPOL

CONVENÇÃO FUNDAMENTADA NO ARTIGO K.3 DO TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA QUE CRIA UM SERVIÇO EUROPEU DE POLÍCIA (CONVENÇÃO EUROPOL)

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES na presente Convenção, Estados-Membros da União Europeia,

TENDO EM CONTA o Acto do Conselho de vinte e seis de Julho de mil novecentos e noventa e cinco,

CONSCIENTES dos urgentes problemas decorrentes do terrorismo, do tráfico de droga e de outras formas graves de criminalidade internacional;

CONSIDERANDO que são necessários progressos para reforçar a solidariedade e a cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia, nomeadamente através do aperfeiçoamento da cooperação policial entre os Estados-Membros;

CONSIDERANDO que esses progressos permitirão melhorar a protecção da segurança e da ordem públicas;

CONSIDERANDO que no âmbito do Tratado da União Europeia, de 7 de Fevereiro de 1992, foi acordada a criação de um Serviço Europeu de Polícia (Europol);

TENDO EM CONTA a Decisão do Conselho Europeu de 29 de Outubro de 1993, segundo a qual a Europol será instalada nos Países Baixos e terá a sua sede na Haia;

RECORDANDO o objectivo comum de melhorar a cooperação policial no domínio do terrorismo, do tráfico de droga e de outras formas graves de criminalidade internacional através de um constante, seguro e intenso intercâmbio de informações entre a Europol e as Unidades Nacionais dos Estados-Membros;

PRESSUPONDO que as formas de cooperação estabelecidas na presente Convenção não poderão afectar outras formas de cooperação bilateral ou multilateral;

CONVICTAS de que também no domínio da cooperação policial há que prestar particular atenção à protecção dos direitos do indivíduo, em especial à protecção dos seus dados pessoais;

CONSIDERANDO que as actividades da Europol definidas na presente Convenção não prejudicam as competências das Comunidades Europeias e que, no âmbito da União Europeia, a Europol e as Comunidades Europeias têm um interesse comum em estabelecer

formas de cooperação que permitam a cada uma exercer o mais eficazmente possível as respectivas funções,

ACORDARAM nas seguintes disposições:

TÍTULO I - CRIAÇÃO E FUNÇÕES

ARTIGO 1º - CRIAÇÃO

1. Pela presente Convenção, os Estados-Membros da União Europeia, adiante designados por "Estados-Membros", criam um Serviço Europeu de Polícia, adiante designado por "Europol".
2. A Europol ficará ligada em cada Estado-Membro a uma única Unidade Nacional, a criar ou a designar nos termos do artigo 4º.

ARTIGO 2º - OBJECTIVOS

1. A Europol tem por objectivo melhorar por meio das medidas previstas na presente Convenção, no âmbito da cooperação entre os Estados-Membros em conformidade com o ponto 9 do artigo K.1 do Tratado da União Europeia, a eficácia dos serviços competentes dos Estados-Membros e a sua cooperação no que diz respeito à prevenção e combate ao terrorismo, ao tráfico de estupefacientes e a outras formas graves de criminalidade internacional, quando haja indícios concretos da existência de uma estrutura ou de uma organização criminosa e quando dois ou mais Estados-Membros sejam afectados por essas formas de criminalidade de modo tal que, pela amplitude, gravidade e consequências dos actos criminosos, seja necessária uma acção comum por parte dos Estados-Membros.
2. Tendo em vista realizar progressivamente os objectivos enumerados no nº 1, a Europol ocupar-se-á, numa primeira fase, da prevenção e luta contra o tráfico de estupefacientes, a criminalidade ligada a material nuclear e radioactivo, as redes de imigração clandestina, o tráfico de seres humanos e o tráfico de veículos roubados.

A Europol ocupar-se-á igualmente, o mais tardar dois anos após a entrada em vigor da presente Convenção, das infracções cometidas, ou susceptíveis de ser cometidas, no âmbito de actividades de terrorismo que atentem contra a vida, a integridade física, a liberdade das pessoas e os bens. O Conselho, deliberando por unanimidade segundo o procedimento previsto no Título VI do Tratado da União Europeia, pode decidir encarregar a Europol de se ocupar dessas actividades de terrorismo antes de expirado o prazo acima mencionado.

O Conselho, deliberando por unanimidade segundo o procedimento previsto no Título VI do Tratado da União Europeia, pode decidir encarregar a Europol de se ocupar de outras formas de criminalidade enumeradas no Anexo da presente Convenção ou de aspectos específicos dessas formas de criminalidade. Antes de deliberar, o Conselho encarrega o Conselho de Administração de preparar a sua decisão, indicando em especial as incidências que esta terá no orçamento e efectivos da Europol.

3. A competência da Europol para se ocupar de determinada forma de criminalidade ou de aspectos específicos da mesma abrange:

1) o branqueamento de capitais ligado a essa forma de criminalidade ou aos seus aspectos específicos.

2) as infracções conexas.

São consideradas infracções conexas, e tidas em conta nas condições previstas nos artigos 8º e 10º:

- as infracções cometidas para obter os meios de perpetrar actos que são da alçada da Europol;

- as infracções cometidas para facilitar ou consumir a execução de actos que são da alçada da Europol;

- as infracções cometidas para assegurar a impunidade de actos da alçada da Europol.

4. Na acepção da presente Convenção, consideram-se "serviços competentes" todos os organismos públicos existentes nos Estados-Membros que, nos termos da legislação nacional, sejam competentes para a prevenção e o combate à criminalidade.

5. O tráfico de estupefacientes referido nos nºs 1 e 2 é constituído pelas infracções enumeradas no nº 1 do artigo 3º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, de 20 de Dezembro de 1988, bem como nas disposições que a alteram ou substituem.

ARTIGO 3º - FUNÇÕES

1. No âmbito dos objectivos definidos no nº 1 do artigo 2º, a Europol tem prioritariamente as seguintes funções:

1) facilitar o intercâmbio de informações entre os Estados-Membros;

2) recolher, coligir e analisar dados e informações;

3) comunicar sem demora aos serviços competentes dos Estados-Membros, através das Unidades Nacionais definidas no artigo 4º, as informações que lhes digam respeito e informá-los imediatamente das ligações entre factos delituosos que tenha podido estabelecer;

4) facilitar as investigações nos Estados-Membros, transmitindo às Unidades Nacionais todos os dados pertinentes de que disponha;

5) manter colectâneas informatizadas de dados do tipo referido nos artigos 8º, 10º e 11º.

2. A fim de melhorar, por intermédio das Unidades Nacionais, a cooperação e a eficiência dos serviços competentes dos Estados-Membros no âmbito dos objectivos definidos no nº 1 do artigo 2º, a Europol desempenha ainda as seguintes funções:

1) aprofundar os conhecimentos especializados utilizados nas investigações levadas a cabo pelos serviços competentes dos Estados-Membros e aconselhar em matéria de investigação;

2) fornecer informações estratégicas a fim de facilitar e promover uma utilização eficaz e racional dos recursos disponíveis a nível nacional para as actividades operacionais;

3) elaborar relatórios gerais sobre a situação dos trabalhos.

3. No âmbito dos objectivos definidos no nº 1 do artigo 2º, a Europol pode ainda, conforme as suas disponibilidades orçamentais e de pessoal e dentro dos limites fixados pelo Conselho de Administração, prestar apoio aos Estados-Membros por meio de aconselhamento e investigação nos seguintes domínios:

1) formação dos membros dos serviços competentes;

2) organização e equipamento desses serviços;

3) métodos de prevenção da criminalidade;

4) métodos técnicos e científicos de polícia e métodos de investigação. (...)

ANEXO B

ORGANOGRAMA DA EUROPOL

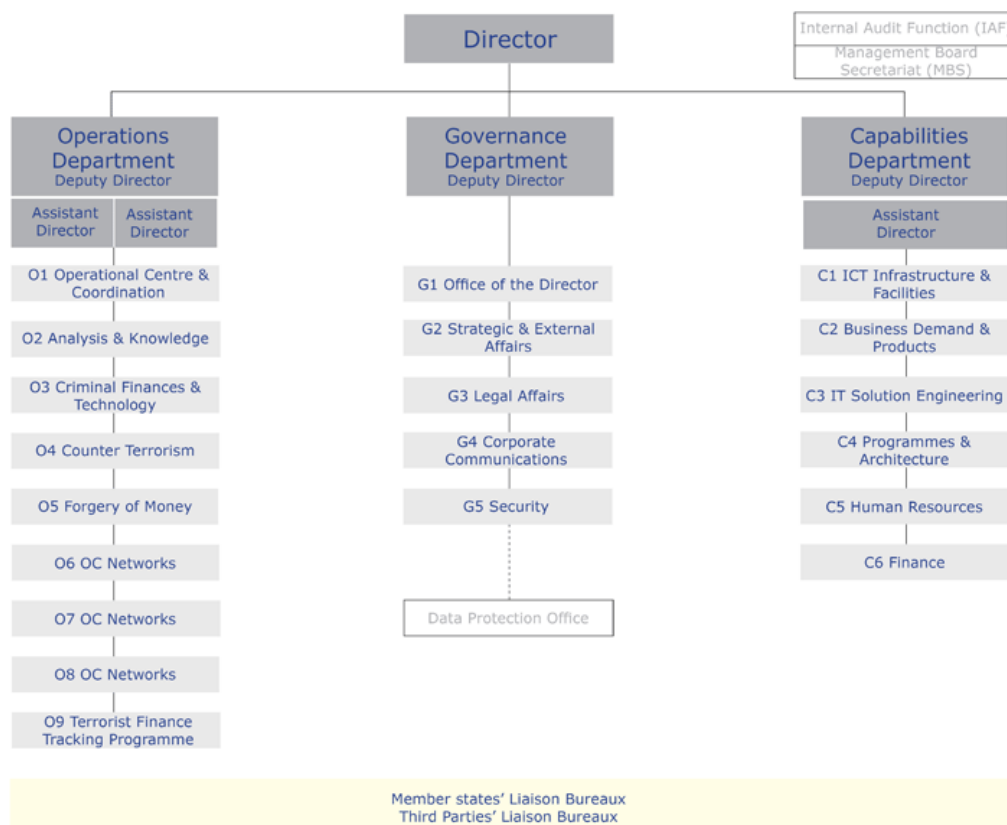


Figura B1: Organograma representativo da Europol.

Fonte: <https://www.europol.europa.eu/content/page/organisational-chart-157>.

ANEXO C

DECISÃO QUE CRIA A ACADEMIA EUROPEIA DE POLÍCIA

Decisão do Conselho

de 22 de Dezembro de 2000

(2000/820/JAI)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, (...)

DECIDE:

TÍTULO I

Organização

Artigo 1.º

1. É criada uma Academia Europeia de Polícia (AEP).
2. Sem prejuízo da evolução futura, prevista no artigo 9.o, a AEP é constituída em rede, agrupando os institutos nacionais de formação de altos funcionários dos serviços de polícia dos Estados-Membros, que para o efeito devem manter uma estreita cooperação.
3. A função da AEP consiste em executar os programas e as iniciativas decididos pelo Conselho de Administração.

Artigo 2.º

1. O Conselho de Administração da AEP é constituído pelos directores dos institutos nacionais de formação de altos funcionários dos serviços de polícia. Sempre que haja vários directores provenientes de um único Estado-Membro, esses directores constituem uma delegação.
2. O Conselho de Administração é presidido pelo director de um instituto nacional de formação do Estado-Membro que assegura a Presidência do Conselho da União Europeia. O Conselho de Administração reúne-se pelo menos uma vez durante cada Presidência. O Conselho de Administração aprova o seu regulamento interno por unanimidade.
3. Cada delegação tem direito a um voto no Conselho de Administração.

Serão convidados a assistir às reuniões, na qualidade de observadores, sem direito de voto, representantes do Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia, da Comissão e da Europol. Os membros do Conselho de Administração podem fazer-se acompanhar por pessoas competentes na matéria.

(...)

Artigo 4.º

1. O Conselho de Administração cria um Secretariado Permanente para assistir a AEP nas funções administrativas necessárias ao seu funcionamento e à execução do programa anual, bem como, eventualmente, de programas e iniciativas suplementares. O Secretariado Permanente pode ficar instalado junto de uma das escolas nacionais de polícia. O Conselho da União Europeia decide do local de instalação do Secretariado Permanente.

2. O Secretariado Permanente é dirigido por um director administrativo nomeado pelo Conselho de Administração por um período de três anos.

3. Todas as decisões do Conselho de Administração relativas ao Secretariado Permanente são tomadas por unanimidade.

(...)

TÍTULO II

Objectivos e missões

Artigo 6.º

1. Optimizando a cooperação entre os diversos institutos que a compõem, a AEP tem por objecto contribuir para a formação de altos funcionários dos serviços de polícia dos Estados-Membros. A AEP apoia e desenvolve uma abordagem europeia dos principais problemas que se colocam aos Estados-Membros nos domínios da luta contra a criminalidade, da prevenção da delinquência e da manutenção da ordem e da segurança públicas, nomeadamente transfronteiras.

2. Os objectivos da AEP são os seguintes:

- a) Aprofundar o conhecimento mútuo dos sistemas e estruturas nacionais de polícia dos outros Estados-Membros, da Europol e da cooperação policial transfronteiras na União Europeia;
- b) Melhorar o conhecimento dos instrumentos internacionais, nomeadamente dos que já existem a nível da União Europeia em matéria de cooperação na luta contra a criminalidade;
- c) Assegurar uma formação adequada quanto ao respeito das garantias democráticas, designadamente dos direitos da defesa;
- d) Favorecer a cooperação entre a AEP e os demais institutos de formação policial;

3. A AEP deve igualmente pôr as suas infraestruturas à disposição dos altos funcionários dos serviços de polícia dos países candidatos com os quais estão em curso negociações de adesão à União Europeia, bem como aos da Islândia e da Noruega.

Artigo 7.º

Para cumprir os objectivos, a Academia pode realizar nomeadamente as seguintes acções:

- a) Realizar sessões de formação, com base em normas comuns, para altos funcionários dos serviços de polícia;
- b) Participar na elaboração dos programas harmonizados de formação de agentes de patente intermédia, de agentes operacionais de patente intermédia e de agentes operacionais, sobre a cooperação transfronteiriça entre as forças policiais na Europa e contribuir para a elaboração dos programas adequados de formação avançada;
- c) Prestar uma formação especializada a agentes de polícia com postos-chave na luta contra a criminalidade transfronteiras, dando especial atenção à criminalidade organizada;
- d) Desenvolver e assegurar a formação de formadores;
- e) Divulgar as melhores práticas e os resultados da investigação;
- f) Desenvolver e assegurar uma formação destinada a preparar as forças policiais da União Europeia para a sua participação na gestão não militar de crises;
- g) Desenvolver e assegurar a formação de autoridades policiais dos Estados candidatos à adesão à União Europeia, nomeadamente a formação de agentes de polícia com postos-chave;
- h) Facilitar o intercâmbio e destacamentos pertinentes de agentes de polícia no quadro da formação;
- i) Criar uma rede electrónica destinada a prestar apoio à AEP no desempenho das suas funções, zelando pela adopção das medidas de securização necessárias;
- j) Permitir aos agentes de polícia de alto nível dos Estados-Membros a aquisição de conhecimentos linguísticos adequados. (...)

ANEXO D

ORGANOGRAMA DA AEP

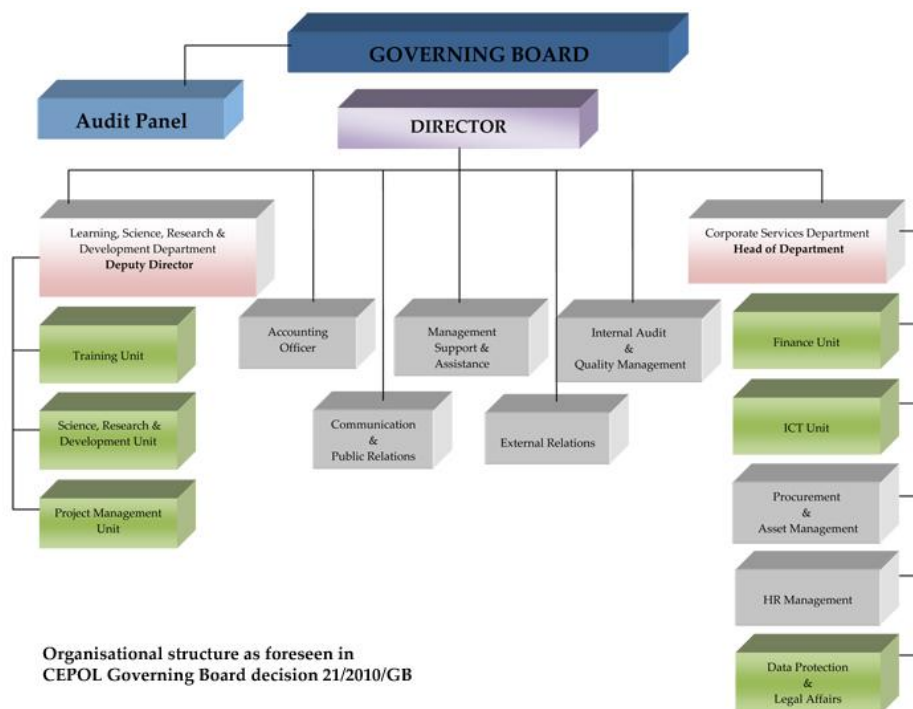


Figura D1: Organograma referente à estrutura do secretariado da AEP.

Fonte: <http://www.cepol.europa.eu/index.php?id=organisational-structure>.

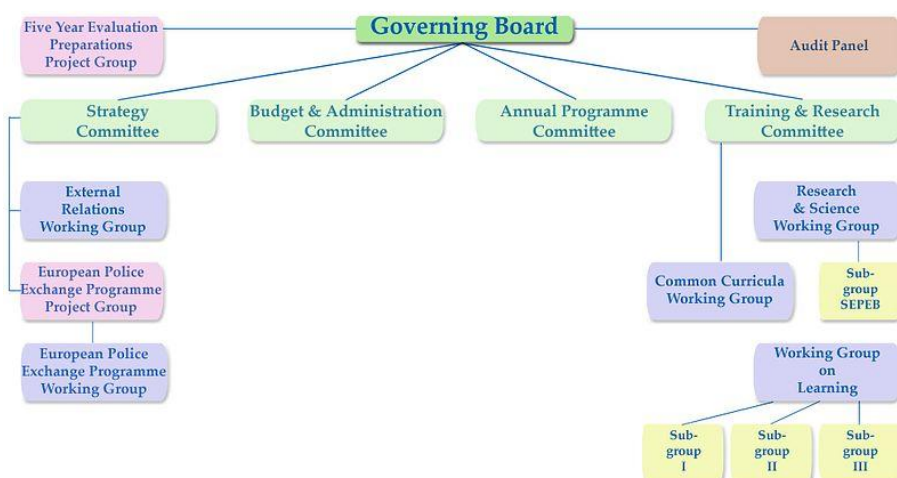


Figura D2: Organograma referente à estrutura do Conselho de Administração da AEP.

Fonte: <http://www.cepol.europa.eu/index.php?id=diagram>.

ANEXO E

EXTRACTO DO REGULAMENTO QUE INSTITUI A FRONTEX

Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho

de 26 de Outubro de 2004

que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, (...)

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

CAPÍTULO I

OBJECTO

Artigo 1.º

Criação da Agência

1. É criada uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (seguidamente designada por "Agência"), tendo em vista uma gestão integrada das fronteiras externas dos Estados-Membros da União Europeia.
2. Embora tendo em conta que a responsabilidade pelo controlo e vigilância das fronteiras externas incumbe aos Estados-Membros, a Agência facilitará e tornará mais eficaz a aplicação das disposições comunitárias actuais e futuras em matéria de gestão das fronteiras externas, assegurando a coordenação das acções dos Estados-Membros na aplicação dessas disposições e contribuindo, assim, para a eficácia, a qualidade e a uniformização do controlo de pessoas e da vigilância das fronteiras externas da União Europeia.
3. A Agência colocará à disposição da Comissão e dos Estados-Membros a assistência técnica e os conhecimentos específicos necessários em matéria de gestão das fronteiras externas e promoverá a solidariedade entre Estados-Membros.
4. Para fins do presente regulamento, as referências às fronteiras externas dos Estados-Membros devem ser entendidas como as fronteiras terrestres e marítimas destes, bem como os seus aeroportos e portos marítimos a que as disposições do direito comunitário sobre a passagem das fronteiras externas por pessoas são aplicáveis.

CAPÍTULO II

FUNÇÕES

Artigo 2.o

Funções principais

1. A Agência tem por funções:

- a) Coordenar a cooperação operacional entre os Estados-Membros no âmbito da gestão das fronteiras externas;
- b) Apoiar os Estados-Membros na formação dos guardas de fronteiras nacionais, e inclusive na definição de normas de formação comuns;
- c) Efectuar análises de risco;
- d) Acompanhar a evolução da pesquisa em matéria de controlo e vigilância das fronteiras externas;
- e) Apoiar os Estados-Membros confrontados com circunstâncias que exijam uma assistência operacional e técnica reforçada nas fronteiras externas;
- f) Facultar aos Estados-Membros o apoio necessário no âmbito da organização de operações conjuntas de regresso.

2. Sem prejuízo das competências da Agência, os Estados-Membros podem prosseguir a cooperação a nível operacional com outros Estados-Membros e/ou com países terceiros nas fronteiras externas, sempre que essa cooperação complemente as actividades da Agência.

Os Estados-Membros abster-se-ão de qualquer actividade que possa comprometer o funcionamento ou a realização dos objectivos da Agência.

Os Estados-Membros informarão a Agência sobre as questões operacionais nas fronteiras externas, que não se enquadrem no âmbito da Agência.

ANEXO F

ORGANOGRAMA DA FRONTEX

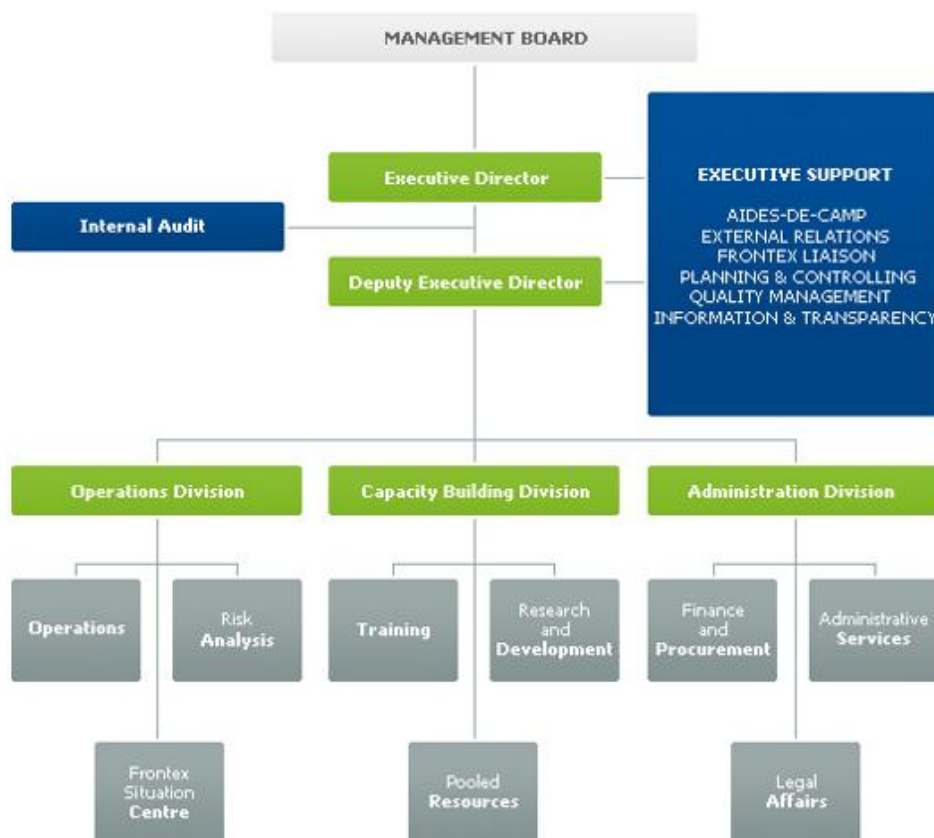


Figura F1: Organograma referente à estrutura da Frontex.

Fonte: <http://www.frontex.europa.eu/structure/>.

ANEXO G

ORGANOGRAMA DA PJ

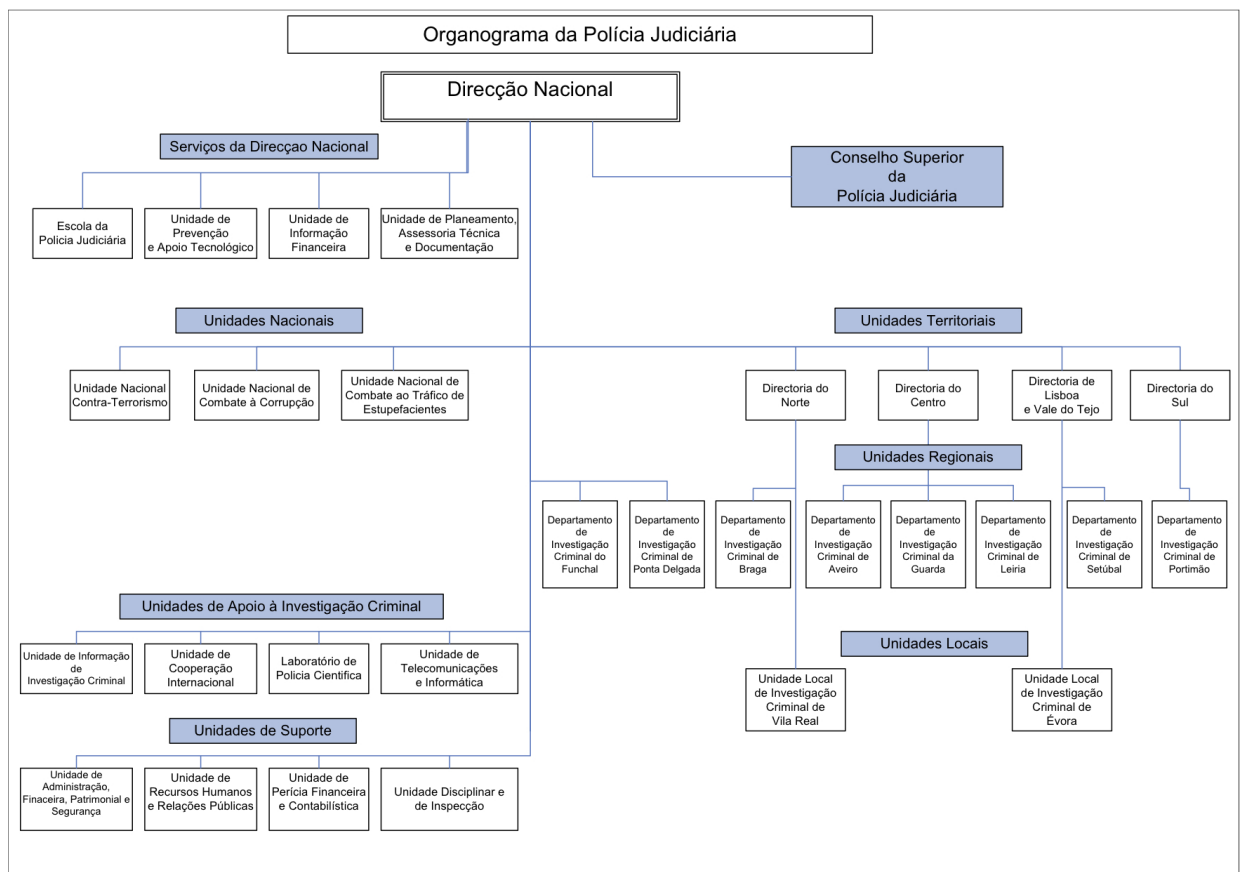


Figura G1: Organograma da estrutura da PJ.

Fonte: <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content/?id={9CB284D9-F20A-46AD-9F38-10EAE45E191D}>.

ANEXO H

DADOS RELATIVOS À UNE

Quadro H1: N.º de Dossiers abertos através da UNE.

Ano	Total	Forças de Seg.	GNR
2005	954	-----	4
2006	946	-----	0
2007	1082	-----	0
2008	945	223	0
2009	1043	235	2
2010	1058	225	1
2011 (até Julho)	-----	-----	4

Fonte: Adaptado de UNE (2009, 2010, 2011).

Quadro H2: N.º de Mensagens trocadas entre GNR e UNE.

Ano	Enviadas para GNR	Recebidas da GNR
2009	305	73
2010	271	58
2011 (até Julho)	169	30

Fonte: Adaptado de UNE (2011).

ANEXO I

EXTRACTO DO DESPACHO 54/09-OG QUE PREVÊ A CRIAÇÃO DO GEACEPOL

Despacho n.º 54/09-OG

Escola da Guarda

A Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, que aprovou a orgânica da Guarda Nacional Republicana, prevê que a criação e extinção de centros de formação e de subunidades da Escola da Guarda, assim como a criação, extinção e funcionamento dos seus serviços sejam aprovados por portaria do ministro da tutela.

A Portaria n.º 777/2009, de 22 de Julho, cria as subunidades e os serviços da Escola da Guarda, bem como os Centros de Formação da Figueira da Foz e de Portalegre, e define o regime de funcionamento daqueles serviços.

O presente despacho visa definir as competências, a estrutura e o efectivo dos órgãos, subunidades, serviços e centros de formação da Escola da Guarda.

1. Definição e Missão

Nos termos do artigo 45.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, a Escola da Guarda é uma Unidade, na directa dependência do Comandante-Geral, especialmente vocacionada para a formação moral, cultural, física, militar e técnico-profissional dos militares da Guarda e ainda para a actualização, especialização e valorização dos seus conhecimentos.

A EG colabora na formação de elementos de outras entidades, nacionais e estrangeiras.

2. Articulação e dispositivo

A Escola da Guarda (EG) articula-se, conforme Anexo A, em:

- a) Comando e Estado-Maior
 - i) Comandante;
 - ii) 2º Comandante;
 - iii) Adjunto do Comando;
 - iv) Secretaria do Comando (SC);
 - v) Gabinete de Apoio (GA);
 - vi) Secção de Justiça (SJ);

- vii) Gabinete de Estudos e Assessoria CEPOL (GEACEPOL);
 - viii) Repartição de Administração de Recursos Internos (RARI);
 - ix) Centro de Novas Oportunidades da Guarda Nacional Republicana (CNO/GNR).
 - b) Órgãos de Conselho
 - i) Conselho Disciplinar (CD/EG);
 - ii) Conselho Escolar (CE/EG);
 - iii) Conselho Pedagógico (CP/EG).
 - c) Direcção de Formação (DF)
 - i) Núcleos de Formação e Ensino, articulados em Grupos Disciplinares;
 - ii) Biblioteca.
 - d) Subunidades
 - i) Corpo de Alunos (CAI), articulado em Batalhões e Companhias de Alunos;
 - ii) Centro de Formação de Condutores Auto (CFCA)
 - e) Serviços
 - i) Companhia de Comando e Serviços (CCS);
 - ii) Núcleo de Transmissões, Informática e Electrónica (TIE).
 - f) Os Centros de Formação
 - i) Centro de Formação da Figueira da Foz (CFFF) - (Anexo B);
 - ii) Centro de Formação de Portalegre (CFP) – (Anexo C).
- (...)

ESCOLA DA GUARDA (QUELUZ)																			
Órgão	Of. Gerais		Oficiais										Sargentos						Obs.
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor Sch	SCh	SCh SAJ	SAJ	1ºSrg	2ºSrg	
Comando e Estado-Maior																			
Comandante		1																	1
2º Comandante			1																1
Adjunto do Comando												1							1
Secretaria														1			1	4	1
Gabinete de Apoio								1		1				1			1	2	1
Gabinete de Psicologia																			1
Secção de Justiça								1						1				2	1
Gabinete de Estudos e Assessoria CEPOL								1						1				1	1
Repartição de Administração de Recursos Internos								1		3	1			3		3	3	4	7
Centro de Novas Oportunidades								1 a)		1 a)						1 a)		1 a)	4
Subtotal	1	1						4		4	1	1		6		5	5	7	16
Direcção de Formação																			
Director				1															1
Núcleo de Apoio					1		2					2		2		4	2	3	5
Núcleos de Formação e Ensino					2		8		6	2				9		17	9	5	8
Biblioteca							1 b)										1	1	1
Subtotal				1		3	10		6	2		2		11		21	11	9	14
Corpo de Alunos																			
Comandante					1														1
Adjunto							1												1
Secretaria														1		1	1	1	2
Batalhão de Alunos (2)							2 c)												7
Companhias de Alunos									4	4						4		4	
Subtotal					1		1		4	4				1		5	1	1	6

Figura I1: Quadro Orgânico de Referência da Escola da Guarda.

Fonte: Anexo D ao Despacho GCG n.º 54/09-OG.

ANEXO A (ao Despacho GCG N.º 54/09-OG) – Estrutura da Escola da Guarda

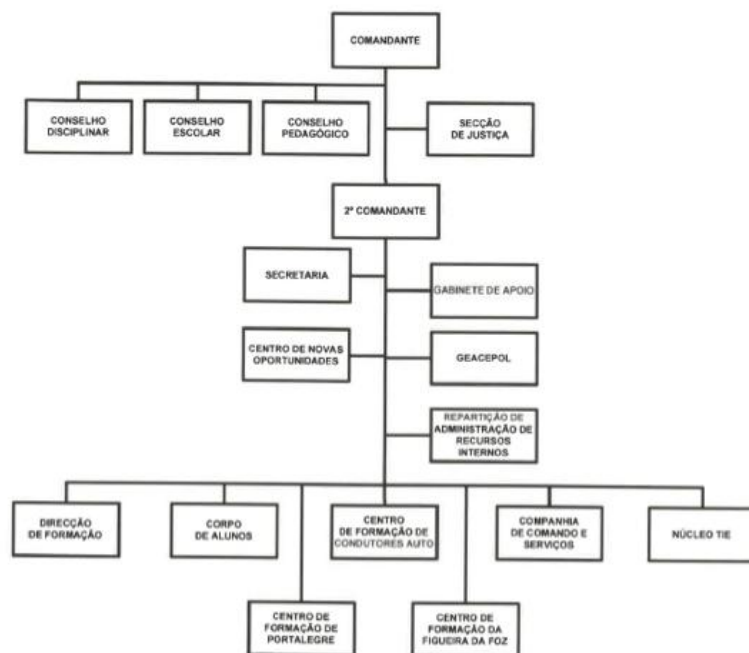


Figura I2: Estrutura da Escola da Guarda.

Fonte: Anexo A ao Despacho GCG n.º 54/09-OG.

ANEXO J

PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS ACTIVIDADES DA AEP

Quadro J1: Participação da GNR nas actividades da AEP em 2008.

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
11	Counter Terrorism Awareness Seminar	5	UNITED KINGDOM (CEPOL)	27/Out	31/Out	Major Pedro Oliveira
15	High-Tech and Cybercrime	4	PORTUGAL	9/Set	12/Set	Não há dados
17	Trafficking of Human Beings	4	BELGIUM	17/Out	20/Out	Capitão Lobo de Carvalho
24	Money Laundering	4	PORTUGAL	6/Mai	9/Mai	Não há dados
25	Crime Control and Traffic Safety	4	GERMANY	17/Nov	20/Nov	Major António Leal
27	Firearms Trafficking	4	PORTUGAL (PSP)	16/Jun	19/Jun	Capitão Lobo de Carvalho
28	Nature and Environmental Crime Awareness Seminar	3	SPAIN	11/Nov	13/Nov	Major Joaquim Delgado
31	Public Order and Crowd Management	4	GREECE	14/Abr	17/Abr	Não há dados
38	Road Safety Awareness Seminar	5	CYPRUS	6/Out	10/Out	Major João Silva
						Major António Leal
47	European Police and Judicial Study Tour	5	PORTUGAL (GNR)	22/Set	26/Set	Major Duarte Monteiro
						Capitão Paulo José
						Tenente João Madaleno
						Tenente César Carvalho
49	Crime Intelligence and Risk Assessment and Intelligence	4	LITHUANIA	28/Out	31/Out	Major Joaquim Grenho

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
74	Q13 Quality and Common Training Standards	4	UNITED KINGDOM (CEPOL)	10/Mar	14/Mar	Não há dados
79	Organising CEPOL Courses, Seminars and Meetings	5	UNITED KINGDOM (CEPOL)	13/Out	17/Out	<i>Capitão Paulo José</i>
	11º Governing Board	2	SLOVENIA	19/Fev	20/Fev	Não há dados
	12º Governing Board	2	SLOVENIA	20/Mai	21/Mai	Não há dados
	13º Governing Board	2	FRANCE	25/Set	26/Set	<i>MGen Melo Gomes</i>
	14º Governing Board	2	FRANCE	11/Dez	12/Dez	<i>Coronel Rui Pereira</i>
	11º BAC	1	FRANCE	4/Set		<i>Maj Nuno Ferreira da Silva</i>
	12º BAC	1	FRANCE	13/Nov		<i>Maj Nuno Ferreira da Silva</i>
	Annual Programme Committee Organization	3	PORTUGAL (GNR)	6/Mai	8/Mai	<i>Major Duarte Monteiro</i>
	11º APC	2	UNITED KINGDOM (CEPOL)	8/Set	9/Set	<i>Capitão Paulo José</i>
	AGIS 1º Period	15	PORTUGAL	14/Jun	28/Jun	<i>Major Rodrigues</i>
	AGIS Final Conference	2	LITHUANIA	4/Dez	5/Dez	<i>Major Rodrigues</i>

Fonte: Adaptado de GEACEPOL (2011).

Quadro J2: Participação da GNR nas actividades da AEP em 2009.

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
01	Crime, Police and Justice in 21 Century	2	SWEDEN	15/Dez	16/Dez	<i>Major João Faria</i>
09	Southwest Organized Crime – Drug Trafficking by sea	4	PORTUGAL (PJ)	24/Nov	27/Nov	<i>TCor Taciano Alfredo Teixeira Correia</i>
						<i>Major Paulo Alexandre Silva Guerreiro (Prelector)</i>
						<i>Capitão João Eufrázio (Prelector)</i>
29/08	Public Order and Crowd Management	5	SPAIN	02/Fev	06/Fev	<i>Major Luís Correia</i>

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
	Seminar					
29	Nature & Environmental Awareness Seminar	3	PORTUGAL (GNR)	03/Jun	05/Jun	<i>TCor Corte Real Figueiredo</i>
						<i>Major Paulo Rebelo Manuel</i>
						<i>Major Duarte Monteiro</i>
						<i>Major Zacarias Belchior</i>
						<i>Capitão Paulo Alexandre Severino José</i>
						<i>Capitão Miguel Madaleno</i>
						<i>Sarg Ajd Pegas</i>
						<i>1º Sarg Picado</i>
						<i>1º Sarg Araújo</i>
30	Public Order and Crowd Management	4	FRANCE	20/Out	23/Out	<i>Major Pedro Emidio da Silva Oliveira</i>
						<i>Major João Carlos Meirim Bento</i>
31	Public Order And Crowd Management: Hooliganismt	4	PORTUGAL (PSP)	09/Mar	12/Mar	<i>Capitão João Duque Martinho</i>
33	Disaster of Large Scale - EU Guidelines Seminar	3	LITHUANIA	23/Set	25/Set	<i>TCor António Francisco Carvalho da Paixão</i>
36	Witness Protection	5	PORTUGAL (PSP)	19/Out	23/Out	<i>Major Jorge Ludovico Bolas</i>
38	Road Safety Awareness Seminar	3	GERMANY	30/Jun	02/Jul	<i>Major João Carlos Redol Lourenço da Silva (Part. & Expert)</i>
48	Crime Intelligence, Risk Assesment And Intelligence-Led Policing	4	LITHUANIA	27/Out	30/Out	<i>Capitão Carlos Alexandre Quatorze Pereira</i>
77	Q13 Quality and Common Standards	5	UNITED KINGDOM	21/Set	25/Set	<i>Major Carlos Alberto Zacarias Belchior</i>
79	Managing CEPOL activities and meetings"-merged with the 79-2008	4	UNITED KINGDOM	16/Jun	19/Jun	<i>Capitão Paulo Alexandre Severino José</i>
87	Training of Sirene Operators	5	FRANCE	14/Dez	18/Dez	<i>Sargento-Ajudante Eduardo Jesus Bossa Bandejas</i>
	2º NCP Seminar	2	CZECH REPUBLIC	02/Abr	03/Abr	<i>Major Paulo Rebelo Manuel</i>

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
	15º Governing Board	2	CZECH REPUBLIC	24/Fev	25/Fev	Major-General Henrique de Melo Gomes
	16º Governing Board	2	CZECH REPUBLIC	26/Mai	27/Mai	Major-General Henrique de Melo Gomes
	17º Governing Board	2	SWEDEN	06/Out	07/Out	Major-General Henrique de Melo Gomes
	18º Governing Board	2	SWEDEN	09/Dez	10/Dez	Major Paulo Rebelo Manuel
						Major Paulo Rebelo Manuel
						Major Paulo Rebelo Manuel
	13º BAC	1	CZECH REPUBLIC	14/Jan	14/Jan	Major Nuno Miguel Parreira da Silva
	14º BAC	1	UNITED KINGDOM	21/Abr	21/Abr	Major Nuno Miguel Parreira da Silva
	15º BAC	1	SWEDEN	08/Set	08/Set	Major Nuno Miguel Parreira da Silva
	16º BAC	2	SWEDEN	12/Nov	13/Nov	Major Nuno Miguel Parreira da Silva
	AGIS CEPOL Exchange Programme 2009 - Inicial Conference	2	HUNGARY	29/Set	30/Set	Major Paulo Rebelo Manuel
	AGIS Programme - Portugal Exchange Period	15	PORTUGAL	16/Out	31/Out	Major Paulo Rebelo Manuel (Tutor)
	CEPOL Exchange Programme 2009/10 - 1st Exchange Period	21	FRANCE	05/Fev	19/Fev	Major Paulo Rebelo Manuel (Exchangee)
	CEPOL Exchange Programme 2009/10 - 2nd Exchange Period	21	TURKEY	07/Mar	26/Mar	Major Paulo Rebelo Manuel (Exchangee)

Fonte: Adaptado de GEACEPOL (2011).

Quadro J3: Participação da GNR nas actividades da AEP em 2010.

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
11	Money Laundering	4	PORTUGAL (PJ)	25/Mai	28/Mai	Major Armando Soares da Costa
12	Nature and Environmental Crime	4	MALTA	14/Set	17/Set	Major Maximiliano Vaz Alves (Supporter)

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
19	Southwest Europe Organised Crime Organizations - OCTA Related	4	PORTUGAL (PJ)	21/Set	24/Set	Major Carlos Jorge Ruivo Tomás
23	Crime Control and Traffic Safety: International Comparison	4	PORTUGAL (GNR)	26/Out	29/Out	TCor Paulo Manuel
						TCor António Leal
						TCor Duarte Monteiro
						Capitão Paulo José
						Capitão Pinheiro
						Tenente Irina Lopes
						Sarg Ajd Pegões
						1ºSarg Ficado
						1ºSarg Araújo
						TCor Gabriel Mendes (participante)
						Capitão Miguel Araújo (participante)
28	Tackling Illegal Motor Racing	3	PORTUGAL (GNR)	28/Jun	30/Jun	TCor Paulo Manuel
						TCor António Leal
						TCor Duarte Monteiro
						Capitão Paulo José
						Capitão Pinheiro
						Tenente Irina Lopes
						Tenente Esteves
						Tenente Ramos
						Sarg Ajd Pegões
						1ºSarg Ficado
						1ºSarg Araújo
						Major João Silva
						Capitão Carlos Pimentel (participante)
						Capitão Jorge Silva (participante)

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
						<i>Capitão Robson Lima (participante)</i>
66	Human Rights and Police Etails	4	SWEDEN	27/Set	30/Set	<i>Capitão Paulo José</i>
78	Research Symposium - Policing Major Public Events	4	PORTUGAL (PSP)	13/Set	16/Set	<i>Capitão José Dias</i>
85	LMS training for Course Managers	3	UNITED KINGDOM (CEPOL)	3/Mai	5/Mai	<i>Capitão Paulo José</i>
88	Managing and Organising CEPOL Activities and Meetings	5	UNITED KINGDOM (CEPOL)	22/Nov	26/Nov	<i>Major Paulo Rebelo Manuel</i>
97	Civil Crisis Management	3	PORTUGAL (PSP)	14/Dez	16/Dez	<i>Capitão António Ramos</i>
	19º Governing Board	2	SPAIN	23/Fev	24/Fev	<i>MGen Melo Gomes</i>
	20º Governing Board	2	SPAIN	25/Mai	26/Mai	<i>Major Paulo Rebelo Manuel</i>
	21º Governing Board	2	BELGIUM	29/Set	30/Set	<i>Major Paulo Rebelo Manuel</i>
	22º Governing Board	2	BELGIUM	8/Dez	9/Dez	<i>MGen Agostinho Costa</i>
	17º BAC	1	SPAIN	20/Jan		<i>Maj Nuno Ferreira da Silva</i>
	18º BAC	1	UNITED KINGDOM (CEPOL)	21/Abr		<i>Maj Nuno Ferreira da Silva</i>
	19º BAC	1	BELGIUM	11/Nov		<i>Maj Nuno Ferreira da Silva</i>

Fonte: Adaptado de GEACEPOL (2011).

Quadro J4: Participação da GNR nas actividades da AEP em 2011.

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
17	Southwest Europe Organised Crime Organizations	4	PORTUGAL (PJ)	03/Mai	06/Mai	<i>Maj Pedro Moleirinho</i>
						<i>Maj Igor Faria</i>
23	Crisis Management and Emergency Planning - School Shootings	4	SWEDEN	06/Jun	09/Jun	<i>Major Pedro Oliveira</i>
48	TOPSPOC IX	5	PORTUGAL (PJ)	23/Mai	27/Mai	<i>TCor Duarte Monteiro</i>

Ref. No	Nome do Curso	Nº de dias	País Organizador	Data de início	Data de encerramento	Nome
59	Dealing with Crime Victims	4	SWEDEN	15/Mar	18/Mar	<i>TCor Carreirinha Branco (Supporter)</i>
64	International Aspects and Experiences of Domestic Violence	4	PORTUGAL (GNR)	05/Jul	08/Jul	<i>TCor João Nascimento</i>
						<i>TCor Paulo Oliveira</i>
						<i>TCor Duarte Monteiro</i>
						<i>Capitão Paulo José</i>
						<i>Tenente Irina Lopes</i>
						<i>Alferes Pona</i>
						<i>1ºSarg Araújo</i>
76	European Police Education Systems: Bologna and Bruges/ Copenhagen Processes	4	PORTUGAL (PSP)	21/Jun	25/Jun	<i>TCor Chitas Soares</i>
						<i>Capitão Gonçalves</i>
90	European Interviews	4	SWEDEN	24/Mai	27/Mai	<i>Major Hugo Faria</i>
	24º Governing Board	2	HUNGARY	09/Mar	10/Mar	<i>MGen Agostinho Dias da Costa</i>
	25º Governing Board	2	HUNGARY	14/Jun	15/Jun	<i>MGen Agostinho Dias da Costa</i>
<i>FUTURE</i>						
	AGIS (1º Período)		A Definir	A Definir		<i>TCor Paulo Oliveira</i>
	AGIS (2º Período)		A Definir	A Definir		<i>Major Guedelha</i>
61	Trafficking Human Beings	3	SWEDEN	20/Set	22/Set	<i>A Definir (Supporter)</i>
104	Kynopol Seminar for Heads of Dog Handling Centres	4	PORTUGAL (GNR)	Dezembro		<i>A Definir</i>

Fonte: Adaptado de GEACEPOL (2011).

ANEXO K

EXTRACTO DO DECRETO REGULAMENTAR QUE VISA ARTICULAR AS AUTORIDADES EM ESPAÇO MARÍTIMO

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto Regulamentar n.º 86/2007 de 12 de Dezembro

O quadro de atribuições cometido ao Sistema da Autoridade Marítima, como sistema interdepartamental de natureza horizontal integrando as autoridades públicas que intervêm em espaços sob soberania e jurisdição nacional, e, bem assim, o quadro orgânico e funcional que criou e definiu o âmbito de competências e de intervenção da Marinha/Autoridade Marítima Nacional (AMN) encontra-se estatuído em diploma próprio desde 2002, tendo recentemente o Governo, designadamente através do Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de Novembro, sedimentado o conceito legal e intervenção dos órgãos da AMN especificamente em matéria de segurança e de polícia.

Também a Guarda Nacional Republicana (GNR) exerce missões em toda a costa, no mar territorial e na zona contígua, cometendo-lhe a lei competências específicas de vigilância, patrulhamento e intercepção marítima ou terrestre, definidas na respectiva Lei Orgânica.

No âmbito do controlo da fronteira marítima e do exercício de competências de fiscalização em espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, importa, ainda, de forma integrada e em razão da matéria, prever a intervenção de um conjunto de outras entidades e autoridades técnicas dependentes de outros departamentos governamentais. Neste âmbito, e face à acrescida importância que as respectivas matérias vêm conhecendo sobretudo em termos do novo perfil de ameaças, dar-se-á relevância específica ao enquadramento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e da Autoridade de Saúde Nacional e respectivas intervenções no quadro do presente decreto regulamentar em razão das respectivas competências legais.

Sem prejuízo da oportuna observância do estabelecido na alínea d) do n.º 3.2. da Resolução n.º 45/2007, de 19 de Março, e tal como previsto na Estratégia Nacional para o Mar, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro, pretende-se clarificar as competências cometidas aos órgãos e serviços da Marinha/AMN e à GNR e sua articulação com as restantes autoridades cujo quadro de atribuições se

desenvolve em espaços sob soberania e jurisdição nacional, bem como a agilização de procedimentos e contactos de forma a garantir uma maior eficácia na actuação policial.

Assim:

Nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição e do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto regulamentar visa regular, de forma integrada, a articulação, nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia, no exercício dessa autoridade, e demais entidades competentes, designadamente órgãos e serviços da Marinha/Autoridade Marítima Nacional (AMN), Força Aérea Portuguesa (FAP), Guarda Nacional Republicana (GNR), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Polícia Judiciária (PJ), Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Autoridade de Saúde Nacional (ASN), Instituto da Água (INAG) e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM).

(...)

Artigo 15.º

Centro Nacional Coordenador Marítimo

1 — Para efeitos de operacionalização do estabelecido no presente decreto regulamentar, é criado, com carácter de permanência, o Centro Nacional Coordenador Marítimo (CNCM), como órgão que visa agilizar os procedimentos de articulação entre os órgãos e serviços da Marinha/AMN e a GNR, bem como com as autoridades referidas nos artigos anteriores.

2 — O CNCM funciona, igualmente, para efeitos dos projectos de cooperação a nível europeu tendentes ao combate à imigração ilegal por via marítima, designadamente a Rede Europeia de Patrulhas Costeiras.

3 — Em situações de crise ou emergência relacionadas com fluxos de imigração ilegal por via marítima, caberá ao CNCM a coordenação das actividades a desenvolver pelas diferentes entidades no âmbito do plano de contingência aprovado para o efeito.

Artigo 16.º

Constituição do CNCM

1 — O CNCM integra, em paridade, um representante nomeado pelo director-geral da Autoridade Marítima e comandante-geral da Polícia Marítima, um representante da GNR

nomeado pelo comandante-geral da GNR, um representante do Gabinete Coordenador de Segurança nomeado pelo respectivo secretário-geral, um representante da Marinha nomeado pelo almirante Chefe do Estado-Maior da Armada/Autoridade Marítima Nacional, um representante da Força Aérea nomeado pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, um representante do SEF nomeado pelo seu director-geral e um representante da PJ a nomear pelo seu director nacional.

2 — Podem ainda integrar os trabalhos e reuniões do CNCM peritos representantes de outras autoridades de polícia ou entidades públicas técnicas cuja participação seja tida como útil ou necessária em razão da matéria.

3 — Na situação prevista no n.º 2 do artigo anterior, cabe ao SEF o exercício das competências decorrentes da sua qualidade de ponto de contacto nacional junto da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia — FRONTEX.

Artigo 17.º

Organização e funcionamento do CNCM

1 — Os representantes designados pelas entidades que fazem parte do CNCM reúnem mensalmente, no âmbito das reuniões ordinárias, podendo ser convocadas, sempre que necessário, reuniões extraordinárias sob proposta de qualquer dos seus membros, designadamente para activação de planos de contingência.

2 — O CNCM disporá de um secretariado permanente, ao qual caberá:

- a) Agendar as reuniões mensais, elaborando a ordem do dia, com base nos assuntos designados em prévia reunião plenária;
- b) Elaborar as actas das reuniões e divulgá-las.

3 — Os representantes das várias entidades no CNCM estão sujeitos ao estrito dever de sigilo quanto ao objecto e conteúdo das reuniões. (...)

ANEXO L

PARTICIPAÇÃO DA GNR NAS OPERAÇÕES FRONTEX

Quadro L1: Participação da GNR nas Operações Frontex em 2007.

Operação	Local	Data início	Data Fim	Meios
INDALO	Espanha	30/Out	20/Nov	1 Meio Naval (LVI)
PANDORA/MINERVA	Marrocos	16/Ago	14/Set	1 Meio Naval (LVI) e Binómios cinotécnicos

Fonte: Adaptado de Gabinete Coordenador de Segurança (2008, p. 130).

Quadro L2: Participação da GNR nas Operações Frontex em 2008.

Operação	Local	Data Início	Data Fim	Meios
EUROCUP 2008	Suiça/Áustria	1/jun	30/jun	1 Perito
GORDIUS II	Ucrânia/Moldávia	15/Abr 16/Ago	28/Abr 8/Set	1 Perito
INDALO	Espanha	24/Out	14/Nov	2 LVI
MINERVA	Marrocos	11/Ago	12/Set	Binómios Cinotécnicos
POSEIDON	Grécia/Turquia	29/Mar	1/Jun	21 Militares 1 LVI 2 Binómios

Fonte: Adaptado de Gabinete Coordenador de Segurança (2008, pp. 33-36).

Quadro L3: Participação da GNR nas Operações Frontex em 2009.

Operação	Local	Data Início	Data Fim	Meios
INDALO	Espanha	11/Set	30/Out	20 Militares 2 LVI
MINERVA	Espanha	Sem dados	Sem dados	Sem dados
URANUS	Grécia	8/Abr	19/Nov	Sem dados

Fonte: Adaptado de Guarda Nacional Republicana (2010, p. 17).

Quadro L4: Participação da GNR nas Operações Frontex em 2010.

Operação	Local	Data Início	Data Fim	Meios
INDALO	Espanha	31/Mai	6/Jul	11 Militares 2 LVI
MINERVA	Ceuta	26/Jul 13/Ago	15/Ago 3/Set	2 Binómios cinotécnicos
POSEIDON	Grécia/Turquia	29/Mar	1/Jun	21 Militares 2 Binómios 1 LVI

Fonte: Adaptado de DPERI (2011).

ANEXO M

EXTRACTO DO QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DE 2011 DO MAI

Objectivos Operacionais			2010	2011
EFICÁCIA			30%	
OB 1	Ponderação de 50%			
Aumentar as estruturas de apoio às vítimas particularmente vulneráveis e à investigação de crimes em acidentes de viação	Ind 1	Nº de Núcleos e de Equipas com elementos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE)	245 - 255	267 - 278
	Peso	60%		
	Ind 2	Nº de Núcleos de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação (NICAV)	23 - 26	26
	Peso	40%		
OB 2	Ponderação de 50%			
Aumentar as estruturas de Investigação Criminal no dispositivo territorial	Ind 3	Nº de Subsecções de Criminalística com valências de Núcleos Técnico-Periciais (NTP) e Núcleos de Apoio Técnico (NAT)	n/d	5
	Peso	50%		
	Ind 4	Nº de Núcleos de Análise de Informação Criminal (NAIC)	n/d	12
	Peso	50%		
OB 3	Ponderação de 50%			
Reforçar a participação da Guarda no âmbito da cooperação policial europeia	Ind 5	(Nº de acções asseguradas/ Nº de acções solicitadas pela Agência FRONTEX) * 100	80 - 85%	80 - 85%
	Peso	100%		

Figura M1: Quadro de Avaliação e Responsabilização do MAI de 2011.

Fonte: http://www.gnr.pt/documentos/InstGestao/Quar_GNR2011_aprovado.pdf.

ANEXO N

REPRESENTAÇÃO DA GNR NOS GRUPOS DE TRABALHO DA UE

Quadro N1: Participação da GNR nos GT da UE em 2009.

Grupo	Local
Reunião do Grupo de Trabalho Cooperação Policial	Bruxelas
Cooperação Policial	Bruxelas
Cooperação Aduaneira	Bruxelas
Reunião Cooperação Aduaneira	Bruxelas
Reunião Cooperação Policial	Bruxelas
Reunião Multidisciplinar Criminalidade Organizada	Bruxelas
Reunião do Grupo de Trabalho EUROSUR	Bruxelas
SIS/SIRENE	Bruxelas
Cooperação Aduaneira	Bruxelas
SIS/SIRENE	Bruxelas
Multidisciplinar Criminalidade Organizada	Bruxelas
Reunião Trabalho Grupo Cooperação Policial	Bruxelas
Reunião Cooperação Aduaneira	Bruxelas
Reunião Multidisciplinar Criminalidade Organizada	Bruxelas
Reunião SIS/Sirene	Bruxelas
Reunião Grupo Eurosur	Bruxelas
Reunião do Grupo de Cooperação Aduaneira	Bruxelas
Reunião de Trabalho do Grupo EUROSUR - 02JUL09	Bruxelas
Reunião Multidisciplinar Criminalidade Organizada	Bruxelas
Reunião Cooperação Aduaneira	Bruxelas
Reunião do Grupo de Cooperação Policial	Bruxelas
SIS/SIRENE	Bruxelas
Reunião de Trabalho do Grupo CITES - 13 e 14JUL09	Bruxelas
GT Terrorismo Seminário Role Community Police Preventing Rad. Recruitment	Bruxelas
Conferência Task Force Cigarettes - Cracóvia	Polónia
5º Seminário de Ponto de Contacto de Criminalidade automóvel	Suécia
Grupo Trabalho de Cooperação Policial	Bruxelas
Reunião Cooperação Aduaneira	Bruxelas

Grupo	Local
Reunião Criminalidade Organizada	Bruxelas
15.ª Reunião do Grupo de Poluição	França
Reunião do Grupo de Cooperação Policial	Bruxelas
Reunião Grupo SIS - Sirene	Bruxelas
Reunião do Grupo de Trabalho do IMTT	Espanha
Reunião Grupo Criminalidade Organizada	Bruxelas
Reunião Cooperação Policial e Aduaneira - Conjunta	Bruxelas
Reunião "19th Meeting Of The Enforcement Group" - CITES	Bruxelas
Reunião Grupo Cooperação Aduaneira - Bruxelas	Bruxelas
Reunião Grupo Sirene	Bruxelas
Reunião Cooperação Policial	Bruxelas
Reunião Cooperação Aduaneira	Bruxelas

Fonte: Adaptado de DPERI (2011).

Quadro N2: Participação da GNR nos GT da UE em 2010.

Grupo	Local	Data Início	Data Fim
Reunião Cooperação Aduaneira	Bélgica	20/Jan	22/Jan
Reunião Criminalidade Organizada	Bélgica	07/Fev	08/Fev
Reunião de Cooperação Aduaneira	Bélgica	16/Fev	17/Fev
Reunião de Cooperação Policial	Bélgica	16/Fev	17/Fev
SIRESP – workshop	Espanha	22/Fev	23/Fev
Police Cooperation - Forerunner Group Communications	Países Baixos	03/Mar	05/Mar
Reunião Eurosur	Bélgica	07/Mar	08/Mar
Reunião Grupo Trabalho SIS-SIRENE	Bélgica	09/Mar	10/Mar
Rede Europeia Vitimas de Terrorismo	Bélgica	10/Mar	11/Mar
Reunião Criminalidade Organizada	Bélgica	11/Mar	13/Mar
Reunião CITES	Qatar	12/Mar	26/Mar
Reunião Grupo Terrorismo	Bélgica	15/Mar	17/Mar
Reunião Grupo Schengen Evaluation (Scheval)	Bélgica	15/Mar	16/Mar
Reunião do Grupo de Cooperação Policial	Bélgica	17/Mar	19/Mar
Reunião Grupo de Cooperação Aduaneira	Bélgica	23/Mar	24/Mar
Reunião Cooperação Policial	Bélgica	05/Abr	07/Abr
Reunião de Criminalidade Organizada	Bélgica	07/Abr	08/Abr
Reunião Grupos de Trabalho - SIS-SIRENE	Bélgica	08/Abr	09/Abr
Reunião Grupos de Trabalho - Avaliação Schengen	Bélgica	12/Abr	13/Abr
Rede Atlas - Reunião de Comandantes	Espanha	26/Abr	29/Abr
SIRESP - Reunião Public Safety Radio Group"	Alemanha	27/Abr	28/Abr
Reunião Bruxelas Grupo Enforcement CITES	Bélgica	28/Abr	30/Abr
Reunião Criminalidade Organizada	Bélgica	04/Mai	05/Mai
Reunião de Cooperação Aduaneira	Bélgica	10/Mai	12/Mai
Reunião Cooperação Policial	Bélgica	11/Mai	12/Mai
Reunião Eurosur	Bélgica	18/Mai	19/Mai
Reunião Anual de 2010 Rede IMPEL	Suiça	01/Jun	04/Jun
Reunião Forerunner Group of Radio Communications	Bélgica	02/Jun	03/Jun
Reunião Criminalidade Organizada	Bélgica	09/Jun	10/Jun
Reunião Eurosur	Bélgica	15/Jun	16/Jun
Peritos em Cross Border Radio	Bélgica	17/Jun	18/Jun
Reunião Eurosur e Avaliação Schengen	Bélgica	11/Jul	14/Jul
Public Safety Radio Group	Dinamarca	27/Set	29/Out
Radio Communication expert Group	Bélgica	04/Out	06/Out
Reunião Grupos Trabalho SHEVAL	Bélgica	11/Out	12/Out
Reunião Grupo Trabalho SIS-SIRENE	Bélgica	18/Out	19/Out
Reunião Enforcement Cites	Bélgica	03/Nov	05/Nov
6.º Seminário Criminalidade Automóvel	Bélgica	09/Nov	10/Nov

Fonte: Adaptado de DPERI (2011).